

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS:** =====

===== *Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro - Oliveira de Azeméis, reuniu, em Sessão Ordinária, sobre a Presidência do Senhor Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva, Secretariado pelo Senhor António Luís da Fonseca e Grifo – Primeiro Secretário e pela Senhora Ana Sofia Ferreira Pinho e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*=====

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.ºs 23 e 24;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== **Ponto três:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 30/06/2016 – Apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30/06/2016 – Apreciação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Relatório anual da Comissão de Acompanhamento da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais no Município de Oliveira de Azeméis – Conhecimento/ Apreciação;*

===== **Ponto seis:** *Prestação de serviços de Auditoria Externa para Certificação de Contas Municipais – Adjudicação de acordo com o n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro;* =====

===== **Ponto sete:** *Proposta de alteração do Dia Municipal dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto oito:** *Contrato interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Macieira de Sarnes, no âmbito do projeto de melhoramento das instalações desportivas, designadamente na colocação de relvado sintético no campo do Viso – Aprovação;*

===== **Ponto nove:** *Contrato interadministrativo de apoio de cooperação financeira a celebrar com a Freguesia de Fajões, no âmbito das ações e iniciativas conjuntas relativamente à execução das obras de retificação da EN327 com alargamento da Rua Padre Leôncio Soares de Pina – Aprovação;* =====

===== **Ponto dez:** *Acordo de parceria a celebrar com o Centro de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE-Porto) – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== **Ponto onze:** *Venda dos lotes 8, 9, 10, 11, 12, 22, 23, 24, 25 e 26 da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2017 – Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** *PI/9141/2009 – Evangelina Soares da Silva Unipessoal, Lda - Pedido de isenção de pagamento de taxas pela ocupação de espaço público com quiosque – Aprovação.*

===== **Ponto catorze:** *Proposta de atribuição de dois lugares de estacionamento de táxi em frente ao Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto quinze:** *Proposta de sinalização vertical na Freguesia de Loureiro – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de alteração da postura de trânsito na Rua General Humberto Delgado, Freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Desafetação de domínio público para domínio privado municipal – Arruamento de acesso ao Reservatório de Mirões, Freguesia de Cesar – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Desafetação de domínio público para domínio privado municipal da parcela de Terreno na Rua Manuel Joaquim Costa Pereira, Freguesia de Santiago de Riba-Ul – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezanove:** *Regulamento de Utilização de Bicicletas Públicas de Uso Partilhado – BikeSharing – Aprovação.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD)**: António Manuel da Costa Alves Rosa, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, Helga Alexandra Freira Correia, José Domingos Campos Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, António Castro Alves da Cruz, Nuno Ricardo Fernando Pires, Maria Helena Soares de Oliveira Lestre, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues dos Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva. =====

===== **Do Partido Socialista (PS)**: Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Bruno Armando Aragão Henriques, Helena Maria Dinis dos Santos, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP)**: António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva. =====

===== **Independente**: Augusto Moreira. =====

===== **Ausência dos Membros**: =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: e Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Ana Raquel Simões Teixeira, em virtude da mesma ter solicitado a sua substituição. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====

===== Boa tarde a todos. Tenho aqui um voto de pesar apresentado pela bancada parlamentar do PSD: “José Luis da Rocha Paris Couto faleceu, em Paris, no passado dia 11, aos 70 anos. Nasceu em Oliveira de Azeméis a 2 de dezembro 1945. Estudou entre nós, deixando Portugal na década de sessenta, incluindo-se nos que se opunham à guerra de Ultramar. Viveu em Londres e Toulouse, fixando-se em Paris onde trabalhou e viveu até ao fim da sua vida. Foi como Paris Couto que assinou o livro para a infância e juventude “ O farol das estrelas cadentes”, ilustrando livros de Ana Folhadela, Manuel António Pina e Alvaro Magalhães. Expos individualmente desde finais de 1960 e os materiais que utilizava eram variados – tela,

papel, madeira, metais, plásticos, textos ou pigmentos – com os quais criava paisagens, fadas, monstros, princesas e toda uma panóplia de figuras de infância. Entre 1975 e 1996 foi professor nas Escolas de Belas Artes de Metz, Dijon, Limoges, Bourges e Metz. Em 2014, José Luís da Rocha recebeu a medalha de ouro da autarquia de Oliveira de Azeméis pelo contributo inestimável para a promoção do concelho. Na oportunidade o artista confessou: “ Adoro a terra onde nasci e, apesar de viver em Paris, é em Oliveira de Azeméis que continuo a nascer todos os dias. Dá-me grande satisfação este reconhecimento pelas pessoas da minha terra – essa cidade luminosa que tenho comigo”. Artista que viveu sempre com uma forte ligação ao seu torrão natal – Oliveira de Azeméis”. Propõe-se que se aprove um voto de pesar pela sua morte e que o seu nome passe a constar, logo que possível, da toponímia do Município. Para além do José Luís da Rocha faleceu também, um advogado muito considerado na praça, o doutor Ferreira Pinto. Encontrava-se no Algarve. E a Assembleia Municipal também pede aqui um voto de pesar pelo seu falecimento. Faleceu também, vítima de atropelamento o senhor Crispim Jorge, um cesarense dos sete costados, sogro do senhor Rui Paulo da Simoldes. Para finalizar, mas também de uma importância que eu quero aqui relevar, um voto de pesar e um sentido abraço à Isabel Bastos que está de luto pelo falecimento da sua mãe. Íamos então fazer um minuto de silêncio por todas estas pessoas que eu enumerei.=====

===== Fez-se um minuto de silêncio. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia continuou a sua intervenção: =

===== Tenho aqui também da Federação da Associação de Pais do Concelho de Oliveira de Azeméis que pede para transmitir este convite no plenário da Assembleia Municipal, que eu passo a ler: “ Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis - A FAPCOA (Federação das Associações de Pais do concelho de Oliveira de Azeméis, em parceria com a Divisão da Educação da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, encontra-se a organizar o II Encontro das Associações de Pais e da Comunidade Educativa da Área Metropolitana do Porto. A data da realização do evento é o dia 22 de outubro, no Auditório da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, em Oliveira de Azeméis. Muito nos honraria poder contar com a presença do Senhor Presidente da Assembleia Municipal neste evento, convite que estendemos a todos os deputados municipais. Na impossibilidade de endereçarmos o convite a todos os deputados municipais sugeríamos que possa transmitir este nosso convite no plenário da Assembleia Municipal. Disponibilizamo-nos para prestar qualquer esclarecimento adicional necessário, o coordenador da equipa gestora de formação parental: Carlos Martins”. Vou tecer algumas palavras como Presidente da Assembleia Municipal, sobre alguns acontecimentos que se têm passado ultimamente no nosso Concelho. Fico muito feliz quando depois de assistir ao Encontro de Bandas ver que estão ultrapassados todos aqueles problemas e aquelas rivalidades que podiam dividir. Este exemplo

de união das Bandas “caiu no goto” de toda a gente. Eles deram o exemplo, principalmente para a classe política, a todos nós. Faz falta as pessoas demonstrarem, mesmo nas acaloradas discussões políticas, esta união e esta bandeira que todos nós temos que respeitar – que é a bandeira do Concelho de Oliveira de Azeméis. Infelizmente, temos sido pródigos - e eu envolvo todos – em muitas vezes não respeitar nem honrar a maneira de fazer política. E faço aqui um apelo – até porque estamos a um ano de eleições e é natural que as posições se extremem um bocadinho mais – para: pararmos um bocadinho, pensarmos, termos a cidadania sempre à nossa frente e darmos o exemplo de oliveirenses de “primeira água” em quem o povo apostou. E temos que ter este respeito para com a comunidade oliveirense para que depois a política não seja, como é muitas vezes, ligada a pessoas sem carácter, a mentirosos, a pessoas sem educação. Não tragam problemas pessoais para a política. Isso não é bom para ninguém. Espero que este exemplo das Bandas como o exemplo da festa de homenagem à dona Maria Adília Alegria Martins, que foi a fundadora do Colégio de Oliveira de Azeméis, uma festa muito bonita que teve muita gente de fora, que já não conhecia e que já não vinha a Oliveira de Azeméis há 30, 40, anos, e que também fizeram um reparo. E eu aqui endereço e sou também o veículo desse recado para a Câmara Municipal, é que as pessoas: ouviram nos discursos falar na Universidade mas, não conseguiram encontrar uma placa para visitar a Universidade; ouviram falar nos pavilhões, nas piscinas, tivemos aqui ainda há pouco tempo um Campeonato Europeu de Hóquei em Patins, E as pessoas perguntavam onde era o pavilhão. Aproveitando a oportunidade agora de termos mudado o trânsito e a sinalética era fundamental que dessemos a conhecer a quem nos visita os sítios e as estruturas que fazem parte do nosso Concelho e que são o nosso orgulho. E, estou a falar de variadíssimas infraestruturas, mas também, do Hospital, do Hotel Dighton. Quando as pessoas chegam ao centro de Oliveira de Azeméis não tem uma placa a indicar onde é que fica o hotel. Portanto, este era o recado que essas pessoas me fizeram chegar e que eu tenho o dever de transmitir ao Município Oliveirense. Foi, portanto, um fim-de-semana em que demos exemplos de que somos capazes. Todos unidos engrandecemos Oliveira de Azeméis. São os votos do Presidente da Assembleia Municipal para os próximos tempos. Que a união a bandeira de Oliveira de Azeméis esteja acima de todas as querelas, a democracia é mesmo assim: temos que divergir, temos outras opiniões, mas fazemos sempre isto com urbanidade e nem sempre o temos feito. E eu estou-me a incluir nesse lote. Muito obrigado. =====

===== PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO) =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”, concedendo o uso da palavra ao senhor deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores vereadores, Senhoras deputadas e Senhores deputados, minhas senhoras e

meus senhores. Dois pontos da minha intervenção. Duas primeiras notas, antes de tocar nos pontos que me traz aqui: Começo, senhor presidente, esta minha intervenção com duas notas que merecem destaque: A primeira para salientar o trabalho que é desenvolvido pelos soldados da Paz que este ano, como sabemos, tiveram um trabalho acrescido mercê dos inúmeros incêndios - uns de origem criminal outros de origem natural - que assolaram o País de norte a sul. O esforço abnegado destes homens e mulheres que dão a sua vida pela vida merecem as minhas primeiras palavras de apreço e reconhecimento. De um modo especial, para os bombeiros do nosso Concelho – da sede do nosso concelho, para os bombeiros da Vila de Fajões que temos também aqui o senhor presidente da Junta de Freguesia e também ao senhor presidente da Câmara que por inerência acompanha e zela também pela dedicação destes homens. Segunda nota é para deixar aqui a todos que estão aqui nesta Assembleia que o descanso ferial tenha sido compensador e retemperador das forças e na companhia dos mais próximos. Faço votos também que, de facto, tenham encontrado um momento de lazer e de relaxamento durante o período de férias. Permita-me ainda, senhor presidente, fazer uma outra nota, creio, pelo menos para mim, seria importante, referir sobre o papel cabe a cada um de nós - até indo ao encontro das palavras do senhor presidente da assembleia - desempenhar como membros ativos desta sociedade oliveirense, acima de tudo nós que temos responsabilidades políticas das escolhas e das decisões que tomamos. Escolher este ou aquele caminho é uma decisão que imprime caráter à própria decisão. E são as escolhas que abrem as vias e as portas para o futuro. Tenho para mim senhor presidente e creio que me acompanham nesta convicção, de que as escolhas e as decisões que o seu executivo tem tomado não são apenas de ordem ideológica, mas são lógicas. Cada decisão do seu executivo, no meu entender, apresenta um sentido diferente ao que normalmente alguns políticos nos fazem ver: - isto é: Cada decisão evidencia um sentido descensional para ir ao encontro das necessidades das pessoas e não ascensional que o mesmo é dizer a promoção do eu sobre o necessário. As decisões que o seu executivo imprime, mostram muito bem que se debruçam sobre o que é necessário fazer e o que é preciso realizar; mostram ainda que as decisões ou as escolhas não são fruto das circunstâncias conjunturais, mas sim alicerçadas em fundamentos estruturais. Falo concretamente na aposta na educação, como também poderia falar na aposta no desporto, como poderia falar na aposta na cultura e, também, como poderia, eventualmente, falar na reorganização e até arranjo urbanístico – como é o exemplo do, arranjo e ajardinamento na zona escolar, agora Jardim Maria Adília Alegria Martins. A este propósito recordo aqui alguns ruídos feitos à volta da requalificação de outros arranjos urbanísticos da cidade, mas não deste. Um ruído nada dignificante chegando mesmo esse ruído a apelar a uma geringonça. E tem razão quando apela a uma geringonça porque na realidade uma geringonça só faz ruído. Queria salientar aqui, e a este propósito, o ajardinamento e a homenagem feita à senhora dona Maria Adília Alegria Martins. Quero notabilizar nesta minha intervenção e não posso deixar de dedicar uma palavra à memória desta grande mulher, que sirva de exemplo para nós, desta grande senhora na educação formal em Oliveira de Azeméis, a quem muitos oliveirenses devem

muito. Já agora também realçar, aquilo que disse há pouco, o arranjo urbanístico junto à zona escolar da cidade. É um agradável e acolhedor espaço, agora profundamente remodelado, que recebeu o antropónimo Jardim Maria Adília Alegria Martins homenageando esta mulher de fortes convicções, decidida e arrojada, como também foi afirmado na sessão de homenagem – “... uma mulher com forte compleição ética, humanista, e de elevada competência pedagógica que na década de vinte, do século passado, trouxe o ensino liceal a esta provinciana Vila de Oliveira de Azeméis”. Uma homenagem de inteira justiça impulsionada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Oliveira Silva, também antigo aluno daquele colégio. E singularizar senhor presidente, também aqui a bancada do PSD se associa e se congratula com a proposta apresentada pelo senhor presidente da Câmara para que as futuras jornadas da educação ou jornadas pedagógicas de 2017, tivessem a homenageada Maria Adília Martins por patrona perpetuando com esta iniciativa um percurso indelével desta senhora, marca de um tempo feito no chão das terras de La-Salete. O nosso reconhecimento para esta grande mulher. Mas também o nosso reconhecimento aos que de hoje, aos do nosso tempo, tem marca de um presidente e de um executivo que também percorre o chão oliveirense. E, por isso, senhor presidente, vemos o senhor presidente e o seu executivo a percorrer o chão oliveirense em inúmeras iniciativas, por todas as freguesias do concelho, no acompanhamento da actividade cívica, social, cultural, desportiva, lúdica, empresarial, acompanhando em fim a actividade humana: que é o mesmo que dizer – viver para o povo e viver com o povo, não como um projecto pessoal mas tornar o projecto pessoal de cada freguesia de cada pessoa em particular num projecto municipal, num projecto do executivo. E vemos o senhor presidente e o seu executivo, a percorrer o chão oliveirense, que não escolhe mas vos escolhe; e porque vos escolhe em liberdade as responsabilidades de quem vos escolhe são as responsabilidades do seu executivo. E por isso vemos o senhor presidente e o seu executivo sempre neste sentido descensional e sempre chamado a percorrer o chão oliveirense: Não de modo retributivo, -isto é: porque me deste isto estou aqui e dou-te aquilo. Mas de modo assertivo para ajudar as pessoas, as instituições, as organizações, as associações e as freguesias, a percorrer não um caminho espontâneo que se toma apenas pela circunstância; Mas um caminho fiel comprometido, pensado, deliberado, movido pelas forças cívicas mas que lhe é sobretudo devido fazer. Mas também senhor presidente é devido dizer aqui e, agora, realçar a forma clara e inequívoca do trabalho do seu executivo no âmbito da educação. Para lembrar mas também para elogiar o árduo trabalho mas sereno eficiente e eficaz que muito bem tem sido conduzido pela batuta do senhor vereador responsável Isidro Figueiredo, A verdade, meus senhores, é que o ano lectivo encerrou, o ano lectivo se iniciou, e nem sequer demos pelo facto não fosse as notícias sobre o arranque do ano escolar e o movimento estudantil junto das nossas escolas. E é desta forma senhor presidente que colocamos Oliveira de Azeméis num patamar de excelência no que toca à Educação. E é um dos catorze municípios que assumiu, como sabemos, mais competências e atribuições conferindo às escolas maior autonomia, maior participação directa, e mais próxima das decisões. Tudo isto foi possível e é possível, senhor presidente, porque mais

uma vez vossa excelência em vez de fazer previsões fez as provisões. Oliveira de Azeméis é hoje uma marca de referência na educação, é um concelho voltado para o conhecimento. Oliveira de Azeméis é assim um município educador, faz parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras, cuja orientação da acção educativa procura responder de um modo eficaz aos anseios dos seus munícipes, da actividade económica, da actividade cultural, da actividade empresarial, desde a infância até ao conceito da formação ao longo do arco da vida. Neste novo ano escolar frequentam as nossas escolas cerca de 7600 alunos, do Pré-escolar ao 12º ano, incluindo neste número alunos do ensino privado/ público, distribuído por 373 turmas. Refira-se, ainda, esta é uma nota que achamos considerada de importância relevante, 554 alunos oriundos de outros municípios. Claro que nestes números não estão incluídos, os alunos do Ensino Superior que acrescentam mais alunos, a Escola de Enfermagem e da Escola Superior Aveiro-Norte. A primeira agora a transforma-se numa Escola Superior de Saúde que passará, num futuro próximo, a ministrar novas licenciaturas ligadas à saúde promovendo deste modo a fixação dos nossos alunos em Oliveira de Azeméis. E a Escola Superior Aveiro-Norte, para além de todas as vagas preenchidas, este ano oferece uma nova licenciatura na área das tecnologias e sistemas de produção. Já para não falar na Universidade Sénior com mais de 300 alunos e 50 turmas. A aposta na educação, essa quanto a nós, está ganha mas não acabada. A acção do executivo nesta matéria não tem parado. Várias têm sido as medidas implementadas, visando o aumentar a satisfação dos alunos, dos pais e dos encarregados de educação e professores. E gostaria de entre estas destacar algumas: Apoio directo às famílias e acção social escolar que procuram minorar as dificuldades dos que têm menos e os que mais precisam; abertura das cantinas em períodos não lectivos; o serviço de reforço escolar; o serviço de ATL; componente de apoio à família; prolongamento dos horários escolares; actividade de animação e apoio à família; distribuição, no início de cada ano lectivo, de conjuntos de material escolar essencial a todos os alunos; rede de transportes; serviço de refeições; visitas de estudo; e poderia muito bem continuar aqui o rol de iniciativas que a divisão da educação tem feito. Mas, senhor presidente, gostaria também de chamar aqui a atenção para uma medida que penso que foi de agrado e que todos podem corroborar comigo: Senhor presidente, o seu governo foi além do próprio governo do Estado. Entendeu e bem o senhor presidente levar o apoio social a todas as famílias atribuindo gratuitamente a todos os alunos que frequentam o 1º Ciclo manuais e fichas escolares no valor de 130 mil euros, exceptuando o 1º ano os manuais. O modelo encontrado para implementar esta medida, garantiu a justa aplicação dos direitos sociais, foi mais além do que o governo e foi inédita. Porque, senhor presidente, no plano económico, quer para as famílias, quer para o comércio local, foi uma boa medida e uma medida assertiva. Através de voucher ou vale o encarregado de educação tinha acesso À aquisição gratuita numa das catorze livrarias do Município. Todas as livrarias aderiram a esta medida considerando-a socialmente económica e justa protegendo e, simultaneamente, incentivando o comércio local. Uma medida que protegeu o pequeno comércio com rosto em detrimento de um comércio agressivo e sem face. Mas, as medidas, senhor presidente, no panorama da acção ainda não se ficam por aqui:

Só este ano, no momento em que apresentamos estas iniciativas de ordem imaterial ao nível do desenvolvimento intelectual e de ordem material no que diz respeito ao apoio ao ensino e aprendizagem - É verdade que é muito importante e foram muitas as intervenções, aquelas que se dirigem ao espaço físico: Só este ano foram renovadas mais de dez edifícios escolares, destacamos: EB23 de Loureiro: Intervenção na sua sala especial (sala de requalificação da unidade e apoio à multideficiência. Renovação de boa parte de mobiliário escolar, investimento que ultrapassa 350 mil euros e, neste particular, é de destacar o esforço financeiro da Câmara Municipal e salientar também aqui as parcerias com as Juntas de Freguesia, associações de pais, não só neste papel mas também ao longo de todo o ano lectivo. Também queremos mostrar a nossa satisfação às obras que vão ter início na requalificação do pavilhão gimnodesportivo da EB 23 Dr. Pereira Tavares, no Pinheiro da Bemposta, que ascendem a cerca de 100 mil euros. Mas o próximo ano lectivo será marcado por grandes intervenções na Escola Dr. Ferreira da Silva em Cucujães e na Escola do Agrupamento de Fajões, num investimento de 3 milhões de euros. A par disto, senhor presidente, lembramos também que foram contratados 27 novos funcionários, pessoal não docente, assistente operacionais. Senhor presidente, vou terminar esta minha intervenção dizendo de facto, o trabalho que aqui referi e até demonstrei sem recurso PowerPoint, um trabalho substancial e bem fundamentado não é uma visão circunstancial e pouco argumentada: Vê-se que aqui o trabalho para além de ideológico tem muito mais de lógico, para além das palavras tem ideias, para além das ideias tem um plano estratégico e para além de plano estratégico tem obra. A obra que se vê. Obrigado, senhor presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado Nuno de Jesus, do PS. =====

===== Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia. Eu, antes de introduzir o assunto que trazia aqui, gostaria de deixar aqui uma nota de satisfação e alguma comoção com a homenagem ao superatleta que fizemos lá fora. Eu quando lhe dei os parabéns disse-lhe que – na minha opinião – aquela medalha de bronze vale mais do que qualquer medalha de ouro dos Jogos Olímpicos. E tocou-me porque... - não é comparável; permitam-me também este aparte, - não é comparável, mas eu também sou portador de uma deficiência física. Repito: não é comparável. Mas estes tipos de situações sejam elas quais forem tocam-me de maneira que se calhar pode ser mais do que a qualquer um de vós. Nesse sentido, como estamos perante um superatleta: O que me tocou mais foi o facto de também o médico – o dr. Jorge - ter dito que é médico do Abílio e explicou-me muito sucintamente qual é o problema dele e também me comoveu ainda um bocadinho mais e me tocou um bocadinho mais. Nesse sentido, e porque el desloca-se numa cadeira de rodas, - eu deixava aqui o apelo e se calhar até dentro do pequeno contributo que eu pudesse dar, senhor presidente da câmara nós continuamos a encontrar inúmeras barreiras arquitectónicas na nossa cidade e nosso concelho. E acho que poder-se-ia paulatinamente resolvendo esse tipo de problemas, esse tipo de

barreiras arquitectónicas para contribuirmos o máximo que podermos para melhor a acessibilidade das pessoas com dificuldade de mobilidade. Depois, gostaria de deixar aqui, relativamente às alterações de trânsito, senhor presidente, um reparo que também tem a ver com esta matéria que acabei de falar que é a deficiência: Na Rua 25 de Abril, foram novamente pintados os lugares de estacionamento do lado direito: Eu relembro que, antes, quando existia lá os lugares de estacionamento, existia lá um lugar de estacionamento para pessoas com deficiência para deficiência e, neste momento não está, existia lá o sinal vertical que foi retirado e não foi recolocado. Já agora, também, se calhar, e eu aí poderia dar o meu contributo; Também estou cá para dar o contributo que for possível: Se calhar na cidade verificar se realmente o número de lugares (estacionamento) para deficientes é suficiente. Permita-me também partilhar aqui uma situação que eu constatei em dois eventos este ano: Confesso que sou portador do dístico de estacionamento para deficientes e confesso que, de vez em quando, também utilizo, principalmente quando tenho grandes dificuldades de estacionamento, mas principalmente fora de Oliveira de Azeméis, e principalmente em Centros Comerciais. Confesso que me dá jeito. E o que aconteceu este ano, e eu apercebi-me, na noite do Mercado à Moda Antiga e agora na Noite Branca, foi que praticamente todos os lugares para deficientes estavam ocupados e a grande maioria não tinha o dístico visível. Mas, também confesso que fiz o seguinte: Em ambas as situações telefonei para a GNR e pedi para passarem e verificarem essa situação. Estacionei em locais sem ser; Porque também não tinha, mesmo que eu quisesse não tinha; Estacionei em locais mais longe do centro da cidade. Mas o que é certo, é que passei em “n” locais de estacionamento e estavam ocupados por viaturas que não tinham o dístico. Relativamente ainda às alterações do trânsito, deixava aqui duas sugestões: Uma era um bocadinho dentro daquilo que disse o senhor presidente da assembleia, tem a ver com a sinalização informativa na cidade – O topo da Rua Salvador Machado, como o trânsito se deriva para dois sentidos, se calhar seria necessário ali uma sinalização informativa, ou com nomes de ruas, ou com a indicação da Zona Industrial e do Hospital. Porque existem pessoas ali que se encostam à direita e queriam ir para a Rua 25 de Abri; Já lhe aconteceu? Eu também já reparei nisso. Já reparei que ficaram ali pessoas atrapalhadas e até pararam e ficaram ali um bocado. Acho que seria necessário. E, depois, na Avenida António José de Almeida, no final da Avenida António José de Almeida junto Às bombas da BP, senhor presidente, como agora inverteu-se a prioridade, eu sugeria o seguinte: Tem na pavimentação o sinal invertido; Mas eu sugeria o seguinte porque também já vi ali, pelo menos duas vezes, situações que se podem tornar perigosas, que é: Eu acredito que sejam oliveirenses muito habituados a passar ali: Mesmo que se vá a 50 km/ hora, que é uma velocidade moderada, as pessoas estão habituadas a quem vem da direita dê a prioridade. E agora é ao contrário. Eu sugeria ali, não seria aquelas lombas que foram colocadas junto ao Caracas mas se calhar aquelas lombas pequeninas de redução de velocidade. Era uma sugestão que eu deixava. Relativamente ao assunto que realmente me trazia cá, senhor presidente, tem a ver com a rede viária. Quer queiramos quer não, nós achamos que uma das grandes prioridades que devia ter uma maior preocupação por

parte do Município tem a ver com a rede viária do nosso Concelho. Tem sido feito algum trabalho mas, nós achamos que poderia ser feito um bocadinho mais. São públicos alguns dos ajustes directos no que toca a tapete frio, tapete quente, a arranjos de vias públicas. Mas, gostaríamos de saber, senhor presidente, o que é que está previsto para um futuro próximo? O que é que está previsto em termos de reabilitação de rede viária, nomeadamente nas nossas freguesias? Há inúmeros exemplos e eu ainda há pouco tempo estive cá e dei alguns exemplos de arruamentos. Alguns ainda não estão intervencionados. Gostaríamos de saber o que é que está previsto em termos de futuro? O que é que está previsto, também, em termos de parcerias com as juntas de freguesia e em que moldes? Portanto, gostaríamos que nos traçasse o que é que o Município pensa fazer para minimizar, nomeadamente, as situações onde há mais urgência, o que é que está previsto fazer para resolver essas situações? Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado José Campos, do PSD.=====

===== Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, restante membros da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores, caros colegas, público aqui presente, comunicação social. A aposta no desporto, na mobilidade e na implementação de medidas de práticas desportivas que permitam uma melhoria do bem-estar dos oliveirenses é uma imagem de marca do Município. É inegável que esta estratégia tem sido uma das prioridades dos executivos PSD, com especial enfoque nos executivos liderados pelo Hermínio Loureiro. Há quem esteja frontalmente contra esta visão, esta estratégia, e o manifeste publicamente. Nós, no PSD, obviamente estamos de acordo com a estratégia seguida no campo desportivo por parte do Município. E achamos que, embora respeitando opiniões diferentes, aqueles que sistematicamente a cada evento desportivo que se realiza, a cada infra-estrutura desportiva ou de lazer que é anunciada vêm logo levantar as vozes contra o que é feito, estão errados. E acreditamos ainda que a maioria dos oliveirenses também estará de acordo com esta estratégia. Apostar no desporto, não é só apostar na melhoria da saúde física e mental das populações mas, também é proporcionar aos nossos agentes económicos a possibilidade de novos campos de negócio e de potenciar a entrada de riqueza no nosso concelho. Oliveira de Azeméis é hoje conhecida como uma das capitais do desporto. E é com muito orgulho que aceitamos esse rótulo. É com muito orgulho que vemos Oliveira de Azeméis ser falada nacionalmente por boas razões e com admiração da parte de outros. Naturalmente, para isso, muito contribuíram e continuam a contribuir os inúmeros eventos de carácter nacional e outros de carácter internacional que por cá se vão realizando, como por exemplo: Europeu de Hóquei em Patins; prólogo da Volta a Portugal; torneio Europeu de Futsal Feminino; e, em anos mais recentes, as Finais de Taça de Portugal de modalidades tão apreciadas pelos oliveirenses, como o Futsal e o Basquetebol, e cuja capacidade organizativa que Oliveira de Azeméis demonstra são dignos de realce. Mas Oliveira de Azeméis é seguramente capital do desporto também por

muitos outros motivos que se prendem desde logo pela importância que aqui é dada à construção ou requalificação dos espaços e infraestruturas desportivas que permitam aos clubes, que permitam às pessoas melhores condições para a prática desportiva. A este propósito, não podia deixar de destacar a aposta que, em parceria com os clubes e muitas juntas de freguesia, o executivo camarário tem feito, no sentido de implementar relvados sintéticos. E louvamos esta iniciativa porque verificamos que é uma aposta transversal, que responde à solicitação dos clubes, das juntas de freguesia e das populações num claro sinal em como é importante o trabalho em cooperação. E é uma cooperação que abrange clubes do norte a sul do concelho, em freguesias que tem na sua governação executivos de Junta de diferentes cores partidárias. Ao proporcionar boas condições para as várias práticas de desportos a Câmara Municipal está numa aposta estratégica com rumo bem definido a pensar no futuro de Oliveira de Azeméis e na qualidade de vida dos oliveirenses. Hoje em dia o concelho tem as ferramentas necessárias para se fazer muitas coisas. Os oliveirenses e as coletividades locais têm feito o resto. E nesta aposta no desporto que reside também um dos segredos para nos dias que correm Oliveira de Azeméis apresentar um dinamismo, uma vida com as pessoas na rua, com as pessoas nos complexos desportivos. Em suma: com as pessoas a praticarem desporto que era algo que não acontecia no passado. Hoje as pessoas saem à rua porque também no âmbito desta aposta estratégica foram e continuam a ser criadas condições de mobilidade muito importantes. A implementação de obras e a requalificação urbana a pensar na mobilidade das pessoas e que incentive a prática do desporto, que incentive o lazer, e dessa forma permita que os nossos espaços urbanos sejam frequentados por cada vez mais pessoas, é fundamental. E por isso, gostaria também de aqui realçar a aposta nas ciclovias que o Município está a fazer. Mas, e como referi no início desta intervenção, esta estratégia traz sinergias positivas em muitos mais domínios, como por exemplo: o domínio económico. O nosso comércio e as nossas empresas agradecem certamente o dinamismo que tem vindo a acontecer aquando dos eventos desportivos e com a existência de muito mais gente nas ruas de Oliveira de Azeméis, oliveirenses e pessoas de outros locais, e com a criação de riqueza e de consumo que daí advém. A este propósito, não resisto a dar um testemunho ocorrido nesta terça-feira no Porto: Como habitualmente almoçava numa pastelaria perto do meu local de trabalho e na mesa ao lado estavam dois jovens que conversavam sobre ténis - verdade seja dita, por causa de apostas online; Mas que, às tantas, decidiram que no dia seguinte viriam a Oliveira de Azeméis ver o jogo do João Monteiro, campeão nacional de ténis em 2016; Claro está, no âmbito do Open de Ténis de Azeméis. Elucidativo do impacto que estes acontecimentos têm e como contribuem para o reconhecimento externo do Concelho. Senhor presidente, sei que não é necessário lembrar-lhe que deve manter esta aposta, esta coerência que o Município tem seguido nos últimos anos, porque melhor do que ninguém conhece todos os benefícios e as sinergias que esta estratégia proporciona em Oliveira de Azeméis. Oliveira de Azeméis, felizmente, não é só desporto mas também é desporto. E, esta mensagem tem de ser diária e passada a todos, esse é o desafio que faço ao executivo: Porque Azeméis sendo desporto, permite que Azeméis seja melhor qualidade de vida, permite

que Azeméis seja saúde, permite que Azeméis seja lazer, permite que Azeméis seja dinamismo, e permite que Azeméis seja melhor e mais economia. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado Carlos Afonso, do PS. =====

===== Boa tarde, Senhor Presidente e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, ilustres membros da Assembleia Municipal, presidentes de Junta, público, funcionários municipais. O Partido Socialista e os oliveirenses congratulam-se pela iniciativa do senhor presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis ter levado a efeito esta justa homenagem à fundadora do Colégio de Oliveira de Azeméis, inicialmente designada por Casa Escola. Durante 50 anos o Colégio de Oliveira de Azeméis foi uma das referências de ensino no distrito de Aveiro. Nele frequentaram oliveirense e não oliveirense que mesmo afastados de Oliveira de Azeméis onde têm a s suas atividades profissionais jamais esqueceram o Colégio, os seus professores, os colegas, a pedagoga e benemérita oliveirense Maria Adília Alegria Martins. Fruto deste estabelecimento de ensino, que precedeu a abertura de uma secção do Liceu Nacional de Aveiro em Oliveira de Azeméis em 1971, mais tarde batizado por Liceu de Oliveira de Azeméis, muitos jovens vieram para cá estudar e daqui obtiveram instrumentos para a sua vida académica e profissional. Esta homenagem veio realçar que o instrumento essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade é o ensino e a escola. Relembremos que havia naquela época, 1922, entre Aveiro e o Porto, apenas o Liceu de Aveiro, o Colégio dos Carvalhos e o Colégio de Oliveira de Azeméis. Efetivamente, bem-haja a esta iniciativa a uma pessoa que veio trazer desenvolvimento a Oliveira de Azeméis através do ensino e da escola. Devemos reconhecer e homenagear publicamente os oliveirenses que no passado distinguiram e deram importantes contributos para que sejamos o município e a comunidade que somos hoje. Dona Maria Adília Alegria Martins foi uma grande senhora e uma oliveirense notável a quem todos devemos muito e esteve bem o Município ao perpetuar o seu nome numa Praça numa zona nobre da cidade. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público aqui presente, imprensa. Minhas senhoras e meus senhores, gostava de elencar aqui dois assuntos de importância para as localidades: falo - como é evidente, das escolas e das estradas, bem como da urbanização de S. Marcos. Senhor Presidente, não podia deixar de passar aqui em claro a recente intervenção que as escolas de Casal Marinho e o Jardim do Tapado tiveram e que em muito veio para além da sua preservação. Não tenho dúvidas que todos os intervenientes, começando pelos alunos,

professores e auxiliares, terão no futuro após os grandes melhoramentos que se efetuaram. Património é património. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis está de parabéns pela coragem que teve através do pelouro da Educação, na pessoa do doutor Isidro Figueiredo que foi incansável na realização desses trabalhos, que muito bem comandado está e nesse conspecto as obras apareceram. E em nome da população de Fajões a que presido, o meu muito obrigado. Todos ficamos a ganhar. Continuando, senhor presidente: As vias de comunicação, principalmente as de Fajões, estão num estado que considero paupérrimo. No entanto, quero aqui manifestar, muito embora com os poucos recursos humanos que Junta de Freguesia de Fajões dispõe colaborou na sua conservação com trabalhadores e mão-de-obra, tendo a Câmara também colaborado com a massa asfáltica e recursos humanos. Se nós não dermos as mãos alguma coisa fica para trás. Meus caros amigos: Se dermos, - O trabalho compensa e até se faz mais com menos. Isto é dos livros e lanço um desafio aos meus colegas: Se tivessem encontrado uma situação de falência nas vossas Juntas, quem teria de governar? A Câmara ou Junta? Fica à reflexão. No entanto, não fico satisfeito com os remendos. Precisamos, em algumas ruas, como o senhor presidente bem conhece, uma intervenção profunda ao nível da pavimentação. Nesse sentido, a minha autarquia e o povo de Fajões aguarda com serenidade esse acontecimento de obras há muito desejadas pela população. São três ou quatro ruas mas merecem, efetivamente, uma intervenção profunda. Outro assunto que aguardamos com expectativa é o das infraestruturas da Urbanização de S. Marcos. Sei, senhor presidente, que por vezes o processo é moroso ao nível de questões administrativas. Mas estes moradores também têm razão. Sei que o senhor presidente da câmara, Dr. Herminio Loureiro, não tem culpa do passado. Sei que tudo tem feito para que essas obras sejam uma realidade, com a agravante do que aconteceu recentemente com a falta de água. Senhor presidente, só mais um esforço para ver se finalmente os moradores desse elemento tenham o sossego desejado. São pessoas de bem. Finalmente, não posso deixar de passar aqui uma palavra de gratidão a todos os Bombeiros de Fajões e outras corporações que foram incedíveis no combate às chamas do flagelo que pairou sobre Fajões muito recentemente. Uma palavra de apreço e um obrigado ao senhor presidente da câmara, Dr. Hermínio Loureiro, que nos momentos decisivos deste flagelo sempre esteve na primeira linha a apoiar os homens da Paz, por vezes, mais de que uma vez no próprio dia. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à senhora deputada Ana Sofia, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Cumprimento todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente. O tema que trago hoje já fez correr muita tinta, já foi alvo de muitas explicações e alvo de tantas ou quantas promessas. O Antigo Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis está, desde que foram transferidos os seus serviços para a nova unidade, abandonado e degradar-se todos os dias, sujeito a atos de vandalismo e sem nenhuma utilidade para a comunidade

oliveirense. Entendo que, face a tudo isto, já não vale a pena estar a recordar as vicissitudes dessa obra porque são do conhecimento geral e em particular desta Assembleia. Mas importa perceber os motivos pelos quais, depois da assinatura de um contrato e respetivos protocolos e após a construção do Novo Centro de Saúde, a cedência deste edifício à Autarquia não tenha ainda sido concretizada. Após o grupo parlamentar do Partido Socialista ter questionado o Ministério da Saúde, eis que o mistério afinal tem ainda outros contornos: Para o Ministério da Saúde este impasse reside no incumprimento contratual, por parte desta Autarquia, porque, segundo o acordado, a Câmara Municipal teria de suportar 30% do valor do investimento faltando participar com cerca de 300 mil euros. Por isso pergunto-lhe, senhor presidente: Está a tutela a faltar à verdade? E, se sim, qual a argumentação desta Autarquia? Para quando é que os oliveirenses, e jovens em particular, podem contar com a tão mencionada Casa da Juventude?=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à senhora deputada Ana Neves, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, membros desta Assembleia, comunicação social, público aqui presente, senhores funcionários do Município. Em Oliveira de Azeméis acontece porque o município de Oliveira de Azeméis é vida, é inclusivo, é jovem, é criativo e competitivo. E, neste contexto, vou enumerar alguns eventos marcantes no nosso concelho: Sénior Party, reuniu mais de 2000 seniores. Tratou-se de um encontro anual de atividades, que juntou no dia 14 de julho as 19 freguesias do concelho oliveirense, tendo subjacente o objetivo de fomentar o envelhecimento ativo e promover o convívio e a animação. A população oliveirense uniu-se em multidão no Antigo Mercado e rodopiou ao som de José Malhoa. Num almoço animado, cheio de risos e danças, os participantes viveram momentos de felicidade os quais permanecerão na memória de todos. Outro evento também importante e que convém destacar: Edição de 2016 do programa “Há Festa na Aldeia” encerrou nos dias 10 e 11 de setembro e coube à Freguesia de Ul encerrar este ano a iniciativa promovida pela Associação Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria, ADRITEM, em parceria com associações locais e entidades ligadas ao desenvolvimento do território. O evento desenrolou-se no Parque Temático Molinológico onde, ao longo destes dois dias, se recuperaram tradições e produtos locais decorrendo paralelamente um programa de animação. O “Há Festa na Aldeia” recorreu á divulgação dos principais produtos gastronómicos locais, tais como o pão de Ul e o arroz descascado. A par desta oferta o programa incluiu, ainda, passeio nas bicicletas conhecidas como “pasteleiras, caminhadas pelas rotas do Moleiro e do Crasto, sessões de leitura de contos, exposições de fotografia antiga, folclores e jogos tradicionais. Num ambiente marcado pela tranquilidade e pela história ligada ao fabrico ancestral do Pão de Ul a partir de moinhos de água e cozido no forna de lenha, a ADRITEM assegurou mais uma vez o desenvolvimento sustentável de pequenos

núcleos rurais. E tivemos a “Noite Branca”. A Noite Branca voltou e viveu a V Edição no passado dia 17 de setembro e reforçou a sua ligação à cidade ao seu património e aos seus cidadãos com propostas culturais diversas que envolveram o comércio local e estruturas da cidade numa apresentação dinâmica e inovadora. A “Noite Branca” está melhor de ano para ano e tem vindo a crescer, sendo que este ano contou com 36 associações mais 12 do que o ano transato. A diversidade e qualidade culturais, que já são marca da “Noite Branca” oliveirense, cresceu, este ano, com animações no espaço público e apresentações de arte performativas. A “Noite Branca” de Oliveira de Azeméis é uma noite diferente, é uma noite bastante animada onde não falta a magia, onde pequenos e grandes podem dar asas à imaginação. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimentar o Senhor Presidente, cumprimentar a Mesa, senhores deputados municipais, meus colegas vereadores que já estivemos hoje de manhã - tivemos reunião de câmara - já nos vimos hoje, público em geral, comunicação social. Senhor presidente dizer-lhe que o executivo acompanha naturalmente a Assembleia Municipal nos votos de pesar aqui aprovados, alguns deles foram aprovados também em reunião de executivo e portanto associa-se aos votos aqui aprovados. Revemo-nos na intervenção do período de “Antes da Ordem do Dia” do senhor presidente da Assembleia Municipal relativamente à união de esforços no sentido de sermos mais fortes, todos. Naturalmente que todos juntos somos mais fortes, mais respeitados, numa lógica territorial. E portanto associamo-nos às suas sábias palavras. Dizer-lhe que naquilo que é fiel portador dos muitos, - podemos chamar - oliveirenses do coração, que estiveram na homenagem à senhora dona Maria Adília Alegria Martins e que se queixaram de alguma dificuldade de sinalética e também o senhor deputado Nuno de Jesus falou nisso, dizer que: Têm razão. A nossa sinalética informativa não está devidamente operacional. E deixe-me dizer-lhe, senhor presidente, logo que esteja concluída esta fase de instalação de trânsito e do trabalho permanente que tem vindo a ser feito nos últimos tempos de sinalização horizontal e também colocação de sinalização vertical, algumas alterações já foram feitas nestes últimos dois dias, dizer-lhe que - essa será a tarefa seguinte naquilo que é a indicação das placas indicativas – sinalética informática. Portanto, senhor presidente, agradeço naturalmente a sua chamada de atenção a sua sugestão e pode transmitir a esses oliveirenses que a próxima vez que cá vierem, já que gostaram tanto de cá vir, seguramente terão as indicações certas e corretas. E assim é que deve ser. Há hoje, inclusive, nós temos isso identificado, placas que levam a sítios que levam as pessoas em erro, - não é? - portanto, às vezes, indica mal e em alguns sítios, agora até com a alteração do trânsito, mandam por estradas que nem se pode ir. Portanto, não está correto, tem de “bater a bota com a perdigota”, vamos ser objetivos e isso vai acontecer logo a seguir a esta intervenção. A

intervenção do senhor deputado Costa Gomes: Eu acho que há uma palavra que se pode associar ao início do ano escolar e uma palavra que descreve tudo aquilo que se passou – eu acho que a palavra indicada é: Tranquilidade. Ou seja, não houve agitação, percebeu efetivamente que o trabalho estava feito e bem feito e as coisas correram dentro daquilo que é a normalidade habitual dentro do Município de Oliveira de Azeméis. Só uma nota: O senhor presidente da Assembleia Municipal, na cerimónia evocativa da dona Maria Adília, fez uma sugestão e a Câmara Municipal aceitou-a, ela não foi hoje aqui falada mas é a colocação de uma placa com o nome da senhora dona Maria Adília Alegria Martins, onde hoje funciona a Câmara Municipal, onde foi o Colégio de Oliveira de Azeméis à semelhança do que temos na Casa Bento Carqueja e na Casa Alfredo Cortez, faz todo o sentido e foi uma oportuna lembrança e sugestão que foi prontamente aceite pela Câmara Municipal. Quanto ao senhor deputado Nuno de Jesus. Senhor deputado, eu estou totalmente de acordo consigo, naquele que o trabalho de integração. E deixe-me dizer-lhe, ainda bem que concorda comigo, o desporto é um dos fatores com maior potencial para a integração. O deputado Nuno de Jesus também foi atleta e sabe perfeitamente que isso é verdade. A aposta no Boccia foi uma aposta conseguida em Oliveira de Azeméis e infelizmente não tem sido muito seguida em outros municípios. O Centro Municipal de Boccia não é uma coisa assim tão difícil de fazer. Eu confesso que achava que isto ia proliferar por muitos municípios. É verdade que é muito apoiado em alguns municípios, mas quando implantamos essa ideia em parceria com a Cerciaz, eu confesso que achava que ela ia replicar-se com mais intensidade por todo o país. Isso não aconteceu. Não deixa de haver apoio naturalmente. E dizer-lhe que esse trabalho da eliminação das barreiras arquitetónicas é um trabalho permanente. Mas é um trabalho, deixe-me também dizer-lhe, que ainda falta fazer muito. Por muito que se faça, ficamos sempre com a sensação que ainda falta fazer muito mais: É o rebaixamento dos passeios para as cadeiras de rodas; é efetivamente a eliminação das barreiras arquitetónicas, os muros, as escadas; é a sinalização visual, auditiva; Há muita coisa que naturalmente temos de fazer. Mas há uma coisa que temos de fazer e aí temos todos que fazer mas é muito difícil: - E aproveito na embalagem da sua pergunta – que é uma outra alteração e essa, não depende da Câmara Municipal, depende de todos nós que é a alteração de mentalidades para que se veja isto de outra maneira. E, efetivamente, nós temos feito esse esforço e temos feito um conjunto de iniciativas ao longo do ano na área da deficiência para que, efetivamente, estas questões da integração não seja preciso nós enaltece-las mas elas aconteçam com naturalidade como têm de acontecer. Mas registo o seu testemunho e agradeço. Quanto às alterações de trânsito: As pessoas até, às vezes, podem achar isto de uma maneira diferente daquela que eu entendo. Mas tem sido positiva a participação proactiva que tem chegado à Câmara Municipal com pequenas sugestões, pequenos ajustamentos; Como o senhor deputado Nuno de Jesus acabou de fazer aqui. Evidentemente que o lugar para deficientes na Rua 25 de Abril tem que ser colocado. Não está lá. O senhor deputado Nuno de Jesus, como viaja com muita frequência pela cidade, também há de reparar que aquele estacionamento não estava lá de início. Eu até pensei que ia falar na pintura - se você reparar

aquilo não fica bem lá traço descontínuo e depois o sítio de estacionamento. Agora, vamos ter de ajustar. Porquê? Por uma razão muito simples, deixe-me dizer-lhe: Porque nós percebemos que na zona de Santo António, com as alterações de trânsito que ali foram feitas, ficou a faltar estacionamento. Estacionamento que tem que se pago, tem que ser de duração limitada para que efetivamente promova uma rotatividade e que permita estacionamento, quer aos que ali moram mas também para o comércio que é muito ali naquela zona. Portanto, já foi uma coisa que se fez depois da implementação da postura. Podem dizer: Mas já deviam ter pensado em tudo. É válido, isso, como também é válido ter esta atitude de efetivamente ir ao terreno perceber os ajustamentos que se vão fazer. Deixe-me dizer: Já foi mudado um sinal na Salvador Machado, aproximação de estrada com prioridade, porque também facilmente percebemos que há um maior fluxo de trânsito vindo pela Salvador Machado e não fazia sentido o sinal estar ali e mudou-se o sinal para o outro lado. Se passou por lá, viu. E, o exemplo que deu, eu não podia concordar mais consigo porque quando eu dei conta queria ir à esquerda, mas já não pude. Não pude, porquê? Nós somos criticados por tudo e mais alguma coisa e, então, nesta coisa do trânsito: deixem-me dizer-vos que toda a gente tem opinião e respeito, naturalmente. Agora, dizem que temos a mania de colocar pilaretes. A semana passada era a mania das bicicletas, hoje é a mania dos pilaretes. Se não houvesse lá pilaretes: Nuno, – você tinha feito e eu tinha feito, - para a esquerda, uma infração, já estava a polícia não via. Estão lá os pilaretes para isso mesmo a dizer – epá, não é por aqui. Mas temos de ter sinalização atrás a dizer para perceber que devíamos ir mais à esquerda para ir para a Rua 25 de Abril. Eu vim cá abaixo à rotunda e voltei para trás e acho que já não me vou engar mais. Portanto, confirmo efetivamente aquilo que acabou de dizer. Não lhe sei dizer de cor quantos lugares de estacionamento para deficientes existem na cidade, mas vou saber logo que esteja concluído este processo. E depois percebermos se têm a dimensão que se adequa a isso ou não. Há uma média que normalmente é indicativa da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária. Falou numa coisa mas permita-me também dizer-lhe que, nesta fase inicial nós temos tido uma extraordinária colaboração da GNR. A GNR tem sido impecável, numa atitude preventiva, está no terreno a avisar as pessoas - nós falamos com eles sobre isso - e têm estado permanentemente no terreno a ajudar, inclusive na hora de maior afluência do trânsito. Essa questão dos dísticos ou da utilização abusiva do estacionamento para deficientes: Não é só em Oliveira de Azeméis. É efetivamente uma cultura do nosso país – que eu lamento – é uma falta de civismo e de urbanidade. Utilizar um estacionamento daqueles que está reservado para deficientes, por quem não usa o dístico ou não possui deficiência: Lamento. É um caso de polícia. E ainda bem que o nuno avisa a policia para eles atuarem em conformidade. Quanto à Avenida António José de Almeida: =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu a intervenção do senhor presidente da Câmara para dar a seguinte nota: =====

===== “Quem estaciona no lugar de deficiente, é deficiente”. =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal continuou a sua intervenção.* =====

===== *Pois, não devia estacionar, como é evidente. A Avenida António José de Almeida e a prioridade da Avenida António José de Almeida: Eu até pensei que o deputado Nuno de Jesus ia falar naquele painel de publicidade que lá que também não ajuda. Ou seja, quem vem na Avenida António José de Almeida tem lá um painel de publicidade que é para a gente ver a publicidade. É para isso que eles estão lá. E a paragem. Isso tem que ser retirado, como é evidente, porque aquilo não ajuda. Imaginem numa viatura de dois lugares, viatura comercial, que não tenha janelas vê-se aflito para olhar. Porque é que para? Porque agora vem muito mais trânsito do outro lado, certo? E também há uma outra razão subjacente a esta: O trânsito na Avenida António José de Almeida, hoje isso não acontece por causa das duas saídas à esquerda para o IC2 mas até aqui, a velocidade que se atingia da zona do “Perdigão” para baixo era brutal, era mesmo brutal, as pessoas andavam ali a mais de 100 km. E não podem, como é evidente, estamos no centro da cidade. Andavam mesmo. Porquê? Arrancavam no semáforo na zona da “Falcão” e pimba, pimba, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, passavam por ali sempre a andar. Não tinham que parar. Também é uma forma aqui de dissuadir esta velocidade. E portanto, estamos atentos a isso e vamos fazer esta alteração da questão do mobiliário. Quanto à questão da rede viária, deixe-me dar-lhe nota do seguinte: Nós temos previstas um conjunto significativo de intervenções na rede viária: Algumas já estão a ocorrer, outras ocorreram recentemente, e outras estão preparadas para o futuro. Deixe-me dizer-lhe que vai haver vários modelos de intervenção: Vai haver obras mistas; Vai haver empreitadas lançadas pela Câmara Municipal; - Quando eu falo obras mistas é cooperação com as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal; E vai haver outras empreitadas que vão trabalhar em diversas freguesias: não aquilo que se chama repavimentação mas requalificação da rede viária, numa linguagem simples – o chamado tapar buracos. E depois há as repavimentações: que é diferente. No âmbito das repavimentações que temos previstas prestes a iniciar: Estamos a falar da ligação do Pinheiro da Bemposta a Palmaz que é uma estrada que está bastante degradada e que precisa de uma intervenção; Estamos a falar da ligação da Ponte do Cavalari a Adães, portanto, de UL ao lugar de Adães o piso está totalmente degradado; Estamos a falar da ligação de Carregosa a Cesar, passando por Fajões, que é uma estrada também com muito movimento e uma extensão significativa, e que vai ter uma intervenção através de empreitada; Estamos a falar em Pindelo/Nogueira do Cravo da rua que vai da Auto Reparadora Elétrica até abaixo da “Tormetais”, da “Sola Ouro”. Nós fizemos uma intervenção na Rua da Industria e agora vamos fazer nesta, portanto começa em Pindelo e acaba em Nogueira do Cravo. Estamos a falar das empreitadas. Depois temos neste momento a funcionar uma empreitada de tapar buracos em Cucujães e na União de Freguesias de Oliveira de Azeméis; Estamos a falar de uma extensão enorme porque a União das Freguesias de Oliveira de Azeméis é aquilo que vocês conhecem, a junção das cinco freguesias, e estamos a falar também de uma extensão considerável em*

Cucujães. Oliveira de Azeméis e Cucujães foi através de uma empreitada de ajuste direto. E as brigadas da Câmara Municipal estão a trabalhar em Fajões/Cesar, vão para Nogueira do Cravo/Pindelo, Ossela, Macieira de Sarnes e Carregosa. Está previsto também obras mistas já concertadas com as Juntas de Freguesia de Loureiro, Ossela e Pinheiro da Bemposta. O que é que são estas obras mistas? São, a Câmara Municipal dá os homens e as máquinas e as Juntas de Freguesia dão o material. E nós temos encontrado bastante disponibilidade junto dos senhores presidentes, - que eu agradeço. Todos os presidentes que mostraram disponibilidade em procurar resolver o problema da sua rede viária e nós encontramos mecanismos que permitem resolver essas situações. Há ainda uma outra situação, que é fornecimento de tapete a frio, conforme o senhor deputado Nuno de Jesus falou: O levantamento é feito pelas Juntas de Freguesia e depois é aplicado. Algumas Juntas de Freguesia, não todas, mas algumas Juntas de Freguesia têm vindo levantar esse tapete betuminoso e têm resolvido essas situações. Do ponto de vista da dimensão das toneladas, destaco, por exemplo, a Freguesia de S. Roque que veio buscar mais de cinco toneladas e naturalmente hoje consegue minimizar os problemas na sua freguesia, Fajões dezanove toneladas, Cesar vinte e tal, Carregosa sete e meio, Loureiro doze toneladas, Nogueira do Cravo/ Pindelo cinco toneladas, Pinheiro da Bemposta doze toneladas. Agora, há Juntas de Freguesia que não têm feito levantamento nenhum. Eu não vou estar aqui a discutir se devem ou não devem fazer, é uma forma de resolver problemas. Nesta matéria aquilo que eu queria aqui destacar é que, na generalidade, tem havido uma cooperação excelente com os presidentes de Junta. Portanto, nós temos reuniões marcadas, vamos ao terreno e, como disse, vamos ter a nossa rede viária requalificada até ao final do ano. Que é para não dizerem – o Senhor Presidente da Assembleia Municipal falou há bocadinho nas eleições – que se anda a requalificar a rede viária na altura das eleições. Aina hoje de manhã eu combinei com o senhor presidente da junta de Loureiro uma intervenção, que já há muito tempo devia estar feita, num acesso à Zona Industrial de um problema que se arrasta e que tem que ser resolvido imediatamente antes que haja chuva. E também fechei um acordo com o senhor presidente de junta de S. Martinho da Gândara de uma intervenção de duas ruas que a Junta de Freguesia considerou prioritárias. E portanto, como digo, temos vindo a fazer esse trabalho e eu arrisco-me a dizer que, até ao final do ano, temos estas intervenções que falei ou concluídas ou a concluir. E mais algumas. Não tenho aqui o mapa, mas alguns presidentes de junta podem dizer isto ou aquilo de algumas coisas que eu me esqueci de dizer. Mas dar-vos essa nota. O senhor deputado José Campos Silva, falou na questão da promoção da atividade física e na questão dos eventos desportivos. Deixe-me só dar-lhe duas notas que têm a ver com a construção das infraestruturas desportivas que permitam a prática de mais modalidades e não uma única modalidade. Dizer-lhe que temos neste momento, a terminar, um investimento com dimensão, na Vila de Cucujães: ou seja, nós estamos a construir um campo de jogos municipal, que não vai ser só para a prática do futebol mas vai ser para a prática de outras modalidades na Vila de Cucujães; investimento municipal num campo de jogos. E temos – já fechamos – e ajudamos a construir, em parceria com a Junta de Freguesia e com o clube, o relvado sintético do Campo

do Viso, em Macieira de Sarnes. Estão a ultimar pormenores com as Juntas de Freguesia e com os clubes: Nogueira do Cravo – que ainda à entrada desta Assembleia Municipal falei com o senhor presidente da Junta e portanto vamos ter uma reunião de trabalho relativamente a essa matéria – numa parceria com o Real Clube Nogueirense; O senhor Armindo Nunes da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca já reuniu com a Câmara Municipal e já está a trabalhar. E o relvado Sintético do Clube Pinheirense vai ser um sonho transformado em realidade. E, na próxima segunda-feira, tenho uma reunião de trabalho, na Freguesia de Loureiro, com o presidente Rui Luzes Cabral para ver se definitivamente resolvemos o problema de Loureiro. É um investimento importante e estratégico, por muito que alguns tentam desvalorizar. Eu peço desculpa – mas quando se criam condições para proporcionar a prática de atividade física a toda a comunidade nós estamos a proporcionar qualidade de vida. Obviamente que há pessoas que gostam de outras coisas. Mas, aceitem que efetivamente é um investimento importante, se não fosse um investimento importante eu não estava a ver os senhores presidentes de Junta também empenhados. Portanto se os senhores presidentes de Junta, que são as pessoas mais próximas, se empenham na realização destas obras é porque efetivamente só vem confirmar que nós não estamos a fazer disparate nenhum e que estamos certos na estratégia que estamos a seguir. Deixe-me só fazer uma referência que também é importante, na área do desporto, a um outro fator que muitas das vezes é esquecido em Oliveira de Azeméis: Já se falou na hotelaria, na restauração, no comércio tradicional, e muitas das vezes esquecemo-nos da indústria e não deixa de ser interessante perceber que ainda recentemente a Azemad comemorou 50 anos. A Azemad hoje é um dos maiores fabricantes de sticks para o Hóquei em Patins e a Azemad começou a fazer sticks quando foi desafiada a fazer o maior stick do mundo. E a Azemad hoje fornece às melhores equipas do mundo. E há ali uma fileira importante na fábrica que era uma fábrica de mobiliário e hoje tem uma vertente desportiva. Isto é válido para a Polisport. A Polisport, na fileira das duas rodas, é líder também. E também é importante criar esta dinâmica desportiva porque, por exemplo, a Polisport trabalha connosco na implementação e na valorização da bicicleta no Município de Oliveira de Azeméis que estamos a levar a acabo com a questão do Bike sharing e a construção das ciclovias. Este é um dado também importante a seguir, a questão da valorização da indústria na criação do emprego e criação de riqueza. O senhor deputado falou e muito bem, e associo e subscrevo integralmente as suas palavras, relativamente à homenagem justa, merecida, e que já devia ter sido feita há muito tempo. E, é verdade e temos que o dizer, o senhor presidente da Assembleia Municipal – drº Jorge Oliveira e Siva foi quem mais lutou e quem mais se empenhou para que essa injustiça fosse reposta. Eu julgo que foi um momento simples mas importante para o nosso Concelho. O senhor deputado Jorge Paiva falou na requalificação das Escolas, o deputado Costa Gomes já tinha falado, nas vias de comunicação. O senhor presidente de Fajões já levantou perto de vinte toneladas de tapete betuminoso e, procurou, com os seus meios, minimizar os impactos negativos da sua rede viária. Contou com a colaboração da Câmara e têm, neste momento, porque outras intervenções de maior dimensão, as equipas operativas da

Câmara Municipal na sua freguesia. Quanto á Urbanização de S. Marcos, posso-lhe dizer que é um problema muito antigo, muito antigo mesmo, mas, ainda esta semana, foram adjudicadas as obras de infraestruturacão de todo aquele loteamento. Portanto, foram ultrapassados os problemas que haviam, tendo em conta os alvarás que eram precisos para realizar aquela obra, estamos a falar de obras que tem a ver com instalações elétricas, tem a ver com gás, tem a ver com obras muito específicas e nem todos os empreiteiros as podem fazer. E portanto, a adjudicaçã, ultrapassada toda a tramitaçã legal, foi feita esta semana. Uma última nota, ainda relativamente á intervençã do senhor deputado Jorge Paiva, para me associar naturalmente, e já foi aqui dito, ao esforço absolutamente gigantesco dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis e dos Bombeiros de Fajões. Notável. Apesar de estarmos no outono, ainda estamos em alerta amarela, as temperaturas estão altíssimas para esta altura do ano. Mas dizer-lhe que: os nossos Bombeiros foram inexcedíveis no combate permanente aos fogos florestais; felizmente que não fomos muito assolados no nosso concelho. Tivemos ali foco permanente em Fajões que ardia todos os dias até a polícia judiciária ter feito o seu trabalho. E também permitam-me que eu possa saudar, porque aconteceu a indigitaçã de um novo Comandante dos Bombeiros de Fajões e de uma nova Direçã e, portanto, aproveitava o mento para saudar os novos Dirigentes e o novo Comandante. Para terminar, senhor presidente - peço desculpa, estou a alongar-me mas as perguntas também foram tantas, a senhora deputada Ana Sofia Pinho falou relativamente à questã do Centro de Saúde. Senhora deputada: Todos nós fomos eleitos e temos como objetivo principal defender os interesses de Oliveira de Azeméis. Eu quero-lhe dizer aqui, não consigo dizer olhos nos olhos porque está aqui ao meu lado, mas quero dizer-lhe aqui preto no branco: não tenha receio de dizer isto a quem quiser, a quem quiser - O Município de Oliveira de Azeméis não tem nenhum incumprimento contratual nessa matéria. Certo? Uma coisa é o que eles querem. E se tivessem tanta razão, não andavam com palavrinhas mansas, acionavam os mecanismos, ponto final, parágrafo. Certo? Portanto, eu estou aqui para defender os interesses de Oliveira de Azeméis. E quero-lhe dizer, que também ninguém se mete connosco, se nós amanhã iniciarmos as obras no Antigo Centro de Saúde. Está a perceber? É verdade que está há um tempo para procurar resolver o problema e não haver nenhuma chatice. Mas, já que andam a insistir tanto com isto, eu não quero fazer disto nenhuma novela, quero-lhe dizer o seguinte: Eu amanhã, não posso fazer de manhã porque tenho uma cerimónia com o senhor ministro da educaçã, mas amanhã de tarde eu vou dar instruções aos serviços da Câmara Municipal para iniciarem os procedimentos para começarem as obras no Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis. E eu quero ver se lá vem alguém meter-se no meio das obras. Está a perceber? Porque o que lhe andam a dizer ao ouvido é conversa. Porque, se não fosse conversa, achava que deixavam andar assim as coisas? Não deixavam. Eu não queria falar sobre isso, porque não quero falar das coisas do passado. Não se esqueça que: o Município de Oliveira de Azeméis tinha um contrato com a Administraçã Regional de Saúde do Centro; o Município de Oliveira de Azeméis pagou o que tinha a pagar; o Município de Oliveira de Azeméis para terminar as obras fez muito mias do que aquilo que estava contratualizado: E ninguém sequer

perguntou sobre as contas; Mas foram feitas as obras pela Câmara Municipal para o Centro de Saúde começar a funcionar. Então, se é para fazer contas é para fazer as contas todas. Certo? E, portanto, é só para lhe dizer que, com a Administração Regional de Saúde do Centro o processo foi encerrado, com a Administração Regional de Saúde do Norte que, felizmente, agarrou no processo e terminou as obras, nós sempre nos entendemos. Por isso é que abriu o Centro de Saúde sem nenhum problema. Nós fizemos pavimentações cá fora; Não somos obrigados a fazer. Não está em nenhum contrato. Nós fizemos obras lá dentro. E as pessoas que lá trabalham sabem. A Administração Regional de Saúde, os diversos presidentes, sabem. Ainda agora houve uns senhores deputados que fizeram um requerimento à Assembleia da República. Eu ainda não sei a resposta desse mesmo requerimento. Mas também estou expectante para saber essa resposta. Eu já reuni duas vezes, com este novo presidente da ARS, por uma outra razão que é a criação de uma ULS (Unidade Local de Saúde) para gerir todo o sistema de saúde da nossa região, e já por duas vezes o ponto do Centro de Saúde foi agendado. E o senhor presidente da ARS diz-me: “Presidente aguenta lá mais um bocadinho para ver se nós resolvemos isso, os meus serviços jurídicos estão quase a arranjar uma solução.” Ouça: Nós estamos empenhados em resolver; A partir de amanhã a Câmara Municipal começa a trabalhar e logo que tenha condições começa a fazer as obras no Centro de Saúde. Depois, se houver algum problema seguramente que a senhora deputada será testemunha da Câmara Municipal. Quanto à intervenção da senhora deputada Ana Neves que falou no “Sénior Party”, falou no “Há Festa na Aldeia” e também falou na “Noite Branca” e deu os parabéns a todos. Quem merece os parabéns são os oliveirenses, ponto final, paragrafo. Porque isto sem o empenho das pessoas, nós podemos ter muito boas ideias se as pessoas depois não aderirem, isto não resolve nada. E portanto os oliveirenses é que estão de parabéns pelo exemplo dão e, falando nos oliveirenses, tenho que fazer uma referência às associações. Porque sem as associações nós podemos ter a excelente ideia da “Noite Branca” - e eu disse na conferência de imprensa na apresentação da “Noite Branca”: não é melhor nem pior do que as outras, é diferente das outras, é branca mas é diferente. Porquê? Porque aqui há uma intensidade associativa que ressalta à vista de toda a gente. O empenho das associações naquela noite é fantástico, é só uma noite, aquilo começa ao final da tarde e acaba de madrugada, é uma alegria contagiante, é uma coisa impressionante e isso também faz o sucesso da “Noite Branca”. Portanto, ouça, não é a Câmara Municipal, é Oliveira de Azeméis que está de parabéns e muito em especial as associações. Senhor Presidente desculpe, eu julgo que me alonguei um bocadinho mas eram tantas as questões. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra à senhora deputada Ana Sofia, do PS, para o direito de resposta em relação á intervenção do Senhor Presidente da Câmara. =====

===== *Senhor Presidente, fico feliz que este impasse esteja a acabar. E se me diz que efetivamente se dá tão bem com a ARS Norte e a colaboração entre as entidades sempre foi positiva, não percebo então porque estamos há tanto tempo para isto avançar. Como deve calcular, ninguém me veio dizer isto ao ouvido. Existe um documento público, que é a resposta que foi dada pelo Gabinete do Ministério da Saúde, que tenho aqui comigo, que vou fazer então juntar à ata para ser entregue ao senhor presidente e também ser distribuído pelas bancadas, para que verifique que a resposta não é minha a resposta é de quem de direito. E por isso, também peço que acelere esta situação, para finalmente termos a Casa da Juventude em Oliveira de Azeméis.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.* =====

===== *Eu não conheço a resposta. Eu já fui deputado e sei como é que essas coisas funcionam. Se estamos a falar de um requerimento que pergunta ao Ministério da Saúde sobre o que é que se passa com o Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis? Se a Câmara Municipal é parte, quero dizer que a Câmara Municipal não foi ouvida nem achada. Logicamente que a partir do momento que tenha resposta da tutela, seguramente que a Câmara Municipal vai ter posição. Obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado José Ribeiro, do PS.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas. Trago novamente aqui um tema que já falamos hoje, sobre o desporto e os espaços do desporto. Já se falou aqui muito na prática, falou-se muito nos espaços que temos e nos espaços que vamos criando. Infelizmente, nem tudo me parece que sejam rosas. Recentemente, o Município inaugurou um novo espaço, a que chamou de espaço multidesportivo de lazer, com pompa e circunstância habitual e teve até honras de descerramento de placa pelo presidente do Comité Olímpico de Portugal, senhor José Manuel Constantino. Uma obra que custou cerca de 120 mil euros, passados menos de cinco meses e a exemplo de outros parques recentemente inaugurados está voltado ao abandono e com claros sinais de falta de manutenção. Por conseguinte, não vemos aí ser desenvolvida nenhuma atividade, nem desportiva nem de outra natureza, numa clara demonstração de que este poderá ter sido mais um investimento bastante avultado e que não resultou ou não trouxe qualquer benefício aos oliveirenses. Senhor presidente, a minha pergunta é a seguinte: O objetivo pretendido com a construção está a ser atingido? O que é que está a ser feito para promover este espaço? Senhor presidente informe também esta Assembleia porque que é que foi*

aprovado em reunião de Câmara o Auto de Trabalhos Contratuais que referia que esta obra estava completamente executada quando, rigorosamente, nada havia sido feito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado António Cruz, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Sintam-se devidamente cumprimentados, nas pessoas Presidentes dos órgãos eleitos. Um dos temas que aqui me traz é na área da saúde. Recentemente surgiram notícias vaticinando o encerramento das Urgências e outras até mesmo do próprio Hospital. A nossa pergunta é simples: Há motivos para temermos estas notícias? Na área da saúde muito nos apraz a informação de que a Câmara Municipal irá disponibilizar meios que facilitem o acesso de alguns utentes, do Serviço Nacional de Saúde, aos cuidados a que têm direito nos respetivos postos de saúde. A nossa pergunta é: Há mais dados, nomeadamente quando vai iniciar, qual o público-alvo, eventuais parceiros ou facilitadores desta ação? Uma segunda temática que eu gostaria aqui de partilhar e ver algumas dúvidas esclarecidas, tem a ver com a circulação rodoviária, ciclovias, arruamentos, começando pela IC, a pergunta é simples: As obras estão concluídas? Parece que não se fez grande coisa, pelo menos aos olhos dos comuns mortais dá a entender que não se fez grande coisa. E, qual é a expectativa dos técnicos que intervieram em relação à sinistralidade, pela via dessa mesma intervenção? Ainda neste âmbito - zonas pedonais e ciclovias: Neste início de século, nas cidades e aglomerados urbanos, as ciclovias, as vias facilitadoras e promotoras das deslocações a pé e que proporcionam também caminhadas urbanas, são de capital importância. Estes aglomerados urbanos existem para as pessoas. Os seus arruamentos, que suportam a circulação motorizada, outrora foram sinónimos de modernização e desenvolvimento, hoje são tidas como um mal necessário. Neste contexto, todas as alterações promovidas no território oliveirense que promovam hábitos saudáveis como caminhar, andar de bicicleta, sociabilizar ao ar livre, com condições de segurança são bem-vindas. Contudo, e sabendo que em detalhes não se pode agradar a todos, não se percebe certas nuvens de resistência maldizente que até aplaudem esta filosofia quando é implementada em outras cidades e quando é na nossa já são do contra. Neste contexto, a bancada do PSD saúdo o executivo camarário e aplaude todas, digo: todas as obras que estão a ser realizadas na zona envolvente do Parque Desportivo e Escola Soares de Basto. Algumas zonas do nosso concelho necessitam de intervenções do género das que estão aia serem feitas. Isso já foi reconhecido aqui nesta Assembleia por alguns deputados. Sabemos que algumas são difíceis e complicadas na sua realização, contudo, outras haverá que para além do investimento, não devem as tutelas ter receio da resistência maldizente. Sem querer atribuir responsabilidades às Juntas ou à Câmara Municipal, mas sabendo que ambas tutelam o mesmo espaço de território com responsabilidades diferentes e também complementares, quero salientar aqui dois exemplos: Primeiro – Ligação do Centro da cidade ao Parque de La-Salette e duas ou três questões: Há estudos - Ou, o assunto nem sequer está a ser abordado, pelas

dificuldades que se avizinham? Segundo – Tem a ver com aquilo que eu conheço pelo nome – e não conheço exatamente pelo nome da rua – Reta do Bessa em Cucujães. Eu pergunto – Quando é que se vai evolver aos peões os passeios, naquele sítio? Aquele espaço, em grande parte do seu percurso, é uma inutilidade. Senão vejamos: o piso é tão irregular que não permite que se ande lá com uma cadeira de bebé, que ande lá um carro de deficiente, que ande lá uma pessoa de bengala; As árvores estão de tal maneira a obstruir os passeios que de inverno ninguém lá transita porque tem de ter o guarda-chuva aberto; Aquele rua tem um crescimento tremendo, toda a gente sabe disso; Porque é que não se intervém? Aquele rua está numa área comercial - do Couto de Cucujães – vital, tem o Centro de Saúde ali perto, tem as Escolas ali ao lado. De que estamos á espera?=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente. E desejar, naturalmente, que neste último ano mandato possamos cumprir, aproveitando as suas palavras “ com renovado espírito de missão”. E, senhor presidente permita-me que lhe diga que, apesar das suas palavras, parece que entramos já pelo tom de algumas intervenções no espírito de pré-campanha. O que não deixará de ser sintomático quanto temos quase tanto a dizer sobre a oposição como sobre as iniciativas da Câmara Municipal. Mas no apelo á urbanidade que o senhor presidente apelou (passe a redundância) e na qual naturalmente nos revemos, devo dizer, senhor presidente de câmara, que é justo que faça publicamente o reconhecimento da evolução que vejo no seu pensamento político. Pela primeira vez nos sete anos que leva á frente do executivo, o ouvi falar na rede viária como uma questão que merece realmente preocupação – e estou a usar palavras suas. Pela primeira vez senhor presidente, o ouvi dizer que a rede viária não só precisa de intervenção como não há a desculpa que o senhor sempre utilizou em todas as intervenções da extensão de 700 quilómetros quadrados. Senhor presidente, revejo-me também no que disse de – ainda bem que não é junto às eleições que fazem este tipo de intervenções – como aconteceu ainda no último mandato. O senhor presidente reconheceu é porque naturalmente isso era uma questão. Fico naturalmente reconhecido. Mas, também relativamente à evolução em outras matérias como por exemplo, agora, enfim, vai gerando muita discussão e muitos tiros de pólvora seca, relativamente ao Bike sharing. Mais uma vez aconselho as pessoas, que às vezes têm memória curta, a ver quem foi a força que pela primeira vez falou na necessidade de ter bicicletas, de ter outro tipo de mobilidade com propostas concretas que os senhores votaram contra. Tem mais de seis anos. Relativamente aos manuais escolares, promessa do Partido Socialista na última campanha, que os senhores e muito bem este ano resolveram dar, que o governo já dá ao primeiro ano e será progressivo, eventualmente dependendo da execução orçamental do país, poderá estender até ao primeiro ciclo. Ficamos contentes que possam ter evoluído. Há quatro anos ou há três anos já propúnhamos isso. Da

mesma forma que foram evoluindo em outras matérias muito recentemente ou nos últimos meses, isso não pode deixar de ser reconhecido, como foi por exemplo, a enorme necessidade de olhar para o centro histórico de Oliveira de Azeméis, de olhar para o imenso património que temos e que está a degradar-se e que resulto num diagnóstico aterrador de um plano para o ARU que aprovamos ainda numa Assembleia anterior. E também senhor presidente devo reconhecer a sua perseverança na resolução do Antigo Centro de Saúde. Há sete anos, senhor presidente, se o senhor for recordar as suas intervenções, o senhor já dizia que era no ano a seguir e depois no ano a seguir e depois já não era Casa da Juventude e depois era Fórum. Senhor presidente – o senhor é há sete anos perseverante e isso não deve deixar de ser reconhecido. E dizer-lhe também que nós não esquecemos as indústrias. Há muito tempo que falamos na necessidade de termos zonas industriais devidamente ordenadas que potenciam, essas sim, a economia e a instalação de empresas no concelho de Oliveira de Azeméis. Senhor presidente da Assembleia Municipal, atendendo ao espírito que apelou no início desta Assembleia, acrescentar apenas, se me permite, às suas palavras, aquilo que as pessoas esperam dos políticos - é que os políticos cumpram: que cumpra quem tem que cumprir; que fiscalize quem tem que fiscalizar; que execute quem tem que executar; que se oponha quem tem que se opor. Palmadinhas nas costas e foguetes ficarão naturalmente para as instâncias próprias. Senhor presidente da Câmara Municipal, sem tiros de pólvora seca, duas questões concretas relativamente a deliberações desta Assembleia Municipal para duas respostas concretas suas: Primeira deliberação desta Assembleia Municipal - relativamente à auditoria no Centro de Línguas – Como disse na última Assembleia Municipal e tentando não usar o tom mais exaltado que usei na altura, naturalmente é preocupante que nós não tenhamos ainda resposta. O senhor presidente de Câmara, publicamente, e muito bem, disse que iria ter muita atenção a essa matéria. Senhor presidente virei cá todas as Assembleias, até à exaustão, para que possamos esclarecer o desaparecimento de um valor superior a meio milhão de euros. Segunda deliberação desta Assembleia Municipal – No início deste ano e que mereceu a aprovação unanime, para não dizer ate com aclamação de todas as bancadas, relativamente à possibilidade de termos em Oliveira de Azeméis um orçamento participativo. Palavras que o senhor presidente da assembleia disse – “Para lá da necessidade de os políticos cumprirem, que é isso que dá credibilidade, um outro fator extremamente relevante é a possibilidade ou o sentimento que as pessoas têm de se poderem envolver também nas decisões que todos os dias lhes dizem respeito e que esse envolvimento possa ser para lá dos momentos eleitorais ou de momentos concretos como referendos ou períodos de discussão pública”. Senhor presidente, relativamente ao orçamento participativo, à deliberação desta Assembleia Municipal, iremos aprovar o orçamento para o próximo ano sem que tenha ocorrido um projeto deste tipo no concelho de Oliveira de Azeméis, enfim, com práticas até onde nos podemos inspirar em muitos outros concelhos que já trabalham esta matéria há muito tempo. Senhor presidente, duas questões concretas, relativamente a duas deliberações desta Assembleia Municipal, agradecendo naturalmente respostas concretas também da sua parte. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor deputado António Rosa, do PSD.* =====

===== *Boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas, minhas senhoras e meus senhores. Eu seguirei a minha intervenção também sem poder deixar de destacar e manifestar a minha satisfação pelo arranque desta Assembleia Municipal, pela intervenção do senhor dr. Jorge Oliveira e Silva. Começo antes de mais, pela primeira parte não menos importante, pela referência ao encontro de Bandas em Oliveira de Azeméis. De facto referiu, e muito bem, um encontro histórico onde reinou a união numa área onde no passado, por ventura, seria inimaginável que tal acontecesse. E, portanto, isto também é evolução. A evolução acontece em todos nós, nos políticos, nas instituições e nas pessoas. Portanto, esse foi seguramente um marco histórico que aconteceu no nosso Concelho. Mas eu gostava de pegar neste tema também por uma outra perspetiva, para qual sou particularmente sensível; E dizer desde já que não tive oportunidade de acompanhar na íntegra todo o dia de atividade mas estive um bocadinho a assistir e pude confirmar aquilo que é uma realidade, é que para além desta manifestação de união há aqui de facto uma enorme manifestação de qualidade musical em Oliveira de Azeméis que poderia seguramente ombrear com qualquer outro concelho deste país e, por ventura, deixar a léguas muitos concelhos que investem muito nesta área mas que seguramente não têm a diversidade e a qualidade que temos em Oliveira de Azeméis. E isso, eu creio que é motivo de orgulho para todos. E não posso também deixar de dizer que, obviamente, isto é mérito também das instituições, das Escolas de Música destas instituições. Mas é mérito também de uma estratégia que o Município há anos tem em mente, de apoio, de colaboração, de partilha com estas instituições. E, obviamente, também, uma importância enorme de parceria destas instituições com a Academia de Musica de Oliveira de Azeméis onde há uma aprendizagem cruzada com estas Bandas Filarmónicas do nosso Concelho. E portanto não podia deixar de destacar este enormíssima qualidade e ter uma pena enorme de não poder ter assistido à grande apoteose das seis Bandas a tocarem em uníssono ao fim da tarde do passado domingo. Na segunda parte da sua intervenção também quero aproveitar esta oportunidade para subscrever na íntegra e, penso eu entender a profundidade das suas declarações e a motivação para as mesmas. E aqui tenho que dizer, enquanto oliveirense e enquanto político, que, me revejo inteiramente no apelo que faz; E junto a minha voz á sua também e, obviamente, também naquilo que me toca enquanto político deste concelho de interiorizar este apelo que eu penso que é importante também todos fazermos este exercício. Eu gostaria aqui, contrariamente ao que disse o deputado Bruno Aragão; não é ao contrário do que disse, melhor dito; dito de uma forma diferente – Esta Assembleia, eu creio que, talvez pelo apelo do senhor presidente ou não, é um bom exemplo daquilo que deve acontecer não havendo naturalmente um unanimismo em tudo o que se diz, que haja perspetivas diferentes, mas que sejam feitas com elevação. Não vejo mal nenhum que se sinta em pré-campanha, é natural. E na verdade é esse o curso normal de*

projetos políticos distintos que se apresentam aos munícipes para que sejam escolhidos. Portanto, isso é perfeitamente normal e não vamos esperar que se esbatam essas diferenças. Agora, o teor e sobretudo a forma como são colocadas essas questões, é que eu penso que é muito relevante. E hoje, até este momento, pelo menos, nesta Assembleia, eu diria que merece destaque. Gostava também de fazer aqui uma outra reflexão que eu creio que é extremamente importante, e que, honestamente, enquanto oliveirense e particularmente enquanto deputado desta Assembleia Municipal e autarca, me entristece e acho que era importante que todos refletíssemos um pouco e olhássemos para o nosso umbigo relativamente a isto: Somos deputados municipais aqui, mas somos deputados municipais também, na nossa vida, no nosso dia-a-dia, nas nossas redes sociais e em todos os comentários que fazemos. E é importante termos noção disto, porque não conseguimos de modo algum separar estas personalidades. Eu creio que esta é uma questão extremamente importante e devemos dignificar onde quer que estejamos e onde quer que nos expressemos, enquanto oliveirenses responsáveis e que são deputados municipais. Mudando um pouco de tema, mas na continuidade daquilo que temos vindo aqui a falar: Eu não vejo mal nenhum – e creio que isso é elogio – haver uma evolução nas posições. Às vezes nem é tanto uma evolução nas posições. Às vezes é uma evolução das condições que permitem alterar as posições. E isto é importante também que tenhamos essa noção. Mas também não há mal nenhum que reconheçamos que tínhamos uma determinada posição e que a mudemos. Portanto, se, por ventura, há aqui algum teor de acusação ao executivo municipal, relativamente a qualquer atitude deste género, eu não vejo que isto possa ser visto com um mal mas sim como um bem de alguém que exerce o poder e que procura corresponder às expectativas da população. E, obviamente, também acho que não deve de haver aqui uma disputa de autoria de responsabilidades e de ideias. Até porque, permita-me aqui – deputado Bruno Aragão - fazer esta referência: prometer não custa, embora responsabiliza mesmo que não tem a missão de cumprir. E portanto, se eu começar a pensar para trás, ao longo destes anos, numa determinada quantidade de propostas de promessas e de sugestões, se todas elas fossem cumpridas também seguramente, ou melhor, se houvesse condições de as cumprir a todas seguramente também que chegaríamos à conclusão de que não tínhamos condições para o fazer. E portanto, a cada momento, há decisões que se tomam, há realizações que se fazem e, cumpridos determinados objetivos, podemos pensar em outras áreas. E portanto hoje o arranque da rede de ciclovias em Oliveira de Azeméis, eu creio que é um motivo – e falo enquanto oliveirense – e falo enquanto privilegiado oliveirense que vivo no seio da ciclovia de Oliveira de Azeméis – que nos deve de encher de orgulho a todos. Há pouco o senhor presidente da assembleia, referia comentários de pessoas que visitam Oliveira de Azeméis. Pensei que se referia a estes comentários que eu ouço muitas vezes quando alguém já não via o centro de Oliveira de Azeméis algum tempo e fica maravilhado com o espaço que temos e acha que somos verdadeiramente privilegiados por termos um espaço desportivo, educativo e, para as pessoas, com a qualidade e com o prestígio que temos hoje no centro da nossa cidade. Agora também, permita-me, e percebo, enfim, reflito, que possa a sua opinião ou a

sua intervenção seja feita por não ter a experiência do ter que executar as ideias que apresenta. E queira crer que, apresentar ideias, fazer propostas tem um pouco de diferente relativamente aquilo que é a necessidade de as concretizar e de as executar. Seguramente que se a Câmara Municipal hoje tem uma primeira ciclovia, por exemplo, ou tem campos de jogos que estão a surgir e que estão a ser construídos, é porque terá sido pensado há muito tempo e muita coisa aconteceu até que isto pudesse ser uma verdade. Portanto, há uma diferença, que não pode deixar de registar, entre o desejar, entre o propor ou anunciar e o executar. E, portanto, eu creio que hoje nós temos uma cidade que, claramente, ninguém pode dizer o contrário, pode-se encontrar um ponto negro aqui, pode-se transformar este ponto negro numa gigante sombra. Mas a verdade é que na realidade temos uma cidade, temos uma escola, temos condições para ter os nossos filhos no Agrupamento de Escolas Soares de Basto que são inequivocamente melhores do que aquelas as que tive enquanto aluno. Portanto, eu creio que este é um aspeto que deve ser registado, hoje, marcado, e acima de tudo que interiorizemos que foi o Hermínio Loureiro e a sua Câmara Municipal que os executou. Sem dúvida e sem equívoco. Mas é acima de tudo, um conjunto de espaços e de equipamentos que estão ao dispor de todos os oliveirenses, sem exceção, os que são a favor e os que são contra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Cumprimentos, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, funcionários, colegas, público e imprensa. Não esteja preocupado doutor que eu também não vou estragar o ambiente. Não sei se vão concordar com a proposta que eu tenho, mas pelo menos acho que merece uma reflexão, sobre a identificação dos terrenos urbanos e rurais. Quando nós precisamos de contactar alguns proprietários, seja porque é necessário o seu endereço par a limpeza do mato, ou do lixo que entretanto lá é depositado, seja para a implementação de algum equipamento, seja até porque se iniciou um incendio, é sempre um problema. Parece que o terreno nunca é de ninguém. Assim, atrevo-me a propor: Para salvaguarda dos interesses dos proprietários e das respetivas autarquias, todos os terrenos deveriam ter uma identificação na respetiva propriedade: No centro do terreno, num canto qualquer convencionado, deveria constar a identificação do proprietário, da matriz e da respetiva área e limites. Seria uma boa prática. Eu não sei se vocês presidentes de Junta e colegas tem o mesmo problema: telefonemas da Câmara da Indaqua dos telefones, porque querem passar com água, telefones, querem fazer saneamento, querem fazer qualquer infraestrutura; Nunca se sabe de quem é o terreno. Quer-se mandar cortar o mato, porque o mato está a vir para rua; Nunca se sabe de quem é o terreno. Eu acho que isto era uma boa prática. E alguma coisa tem que ser feita neste sentido. Outro assunto que eu queria trazer aqui é sobre a zona industrial. Venho novamente solicitar o ponto de situação sobre a zona industrial Costa Má – S. Roque. Pois, recorrentemente somos confrontados por industriais e

proprietários, quer seja na Assembleia de Freguesia, quer seja na rua, protestando: Uns, contra o facto de se continuar a permitir ou legalizar a implantação de fábrica junto das habitações: Concedo que não havendo zona industrial disponível, é um mal menor; Outros, por estarmos a deixar sair as empresas mais promissoras para fora da Freguesia e do Município. Note-se que, nos últimos 12 anos, perdemos mais de 1200 trabalhadores: Se continuar assim, realmente, não é preciso zona industrial. Senhor presidente – Depois do difícil caminho até aqui percorrido, dos avultados investimentos da Câmara Municipal em projetos, uns em gabinete próprio outros pagos a gabinetes externos, de tantas promessas de vossa excelência e de legítimas expectativas da Freguesia, nunca nos conformaremos com a eventual imperdoável perda deste importante equipamento para a Freguesia e para o Município. Para ajudar, estamos sempre disponíveis. Tanto mais que agora a Freguesia é detentora de uma pequena parcela. Conte connosco. Um aparte: Uma vez que a rede viária não é preocupação da Câmara Municipal em S. Roque. Não é? Falou em cinco toneladas. Desde há dois anos já gastamos mais de cinquenta. Em agosto e setembro, cinco toneladas? Sim. Agosto e Setembro? Mas não está aí nas suas preocupações nenhuma repavimentação? Então, agradeço que nos comunique para ficar um bocado tranquilo de fazer parte da lista. Estou disponível para colaborar com a Câmara Municipal nas repavimentações. Vamos entrar com repavimentações e fazer passeios no centro da freguesia porque são importantíssimos para atrair as pessoas ao centro da freguesia e para a segurança das pessoas. Mas conto com a Câmara Municipal ajudar no desbloqueamento da zona industrial. Vou prometer aqui uma coisa: Em todas as Assembleias Municipais, ou tenho uma resposta antecipada, ou tenho de vir aqui intervir. Presidente: É uma necessidade. Estou há vinte anos quando comecei o meu mandato a falar na zona industrial. No PDM foi das coisas que na altura foi difícil e a Câmara Municipal consegui legalizar a situação em termos de PDM. Portanto, está legalizada, formalmente no papel está legalizada. Mas não sai do papel. E eu não queria acabar o meu mandato autárquico sem ver o problema da zona industrial, minimamente, iniciado. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, senhor presidente. O senhor deputado José Ribeiro colocou uma questão pertinente. Deixe-me dar-lhe esta explicação e que vem claramente ao encontro da nossa estratégia para o espaço entre o pavilhão desportivo municipal António Costeira e as piscinas municipais. Sabe que, (dito por quem estuda estas questões relacionadas com o desporto), há muita gente, e há cada vez mais pessoas que gostam da prática desportiva informal, gostam de praticar desporto sozinhos, calçar as sapatilhas, vestir o fato de treino, não gostam de fazer com equipas, não gostam de fazer com pessoas, gostam de fazer sozinhos. O espaço entre o pavilhão e a piscina, conforme foi dito desde a primeira hora, é um espaço de

prática desportiva informal. Por isso, é que não tem lá marcações, não tem lá um campo, não tem lá balizas, não tem lá cestos de basquete. Mas, se passar por lá em algumas horas do dia, há lá jovens a jogar basquete. Eles não têm lá os cestos mas andam a bater á bola, uns para um lado, outros para outro. Andam lá jovens de skate. Andam lá em atividades de jogging pessoas da melhor idade e juventude que sobe, desce, fazem flexões naquele cimento lisinho porque permite quase tudo. Ou seja, aquilo é um espaço de prática desportiva informal. E vou-lhe dizer: Vamos ter um outro na cidade de Oliveira de Azeméis, que é na Feira dos Onze, que também não é para uma prática limitativa é para quem quiser praticar desporto. É muito importante haver estes espaços. Numa nova política de cidades é assim, criar estes espaços. Depois, há espaços para jogo organizado, trabalho de equipa, formação desportiva, inscrição na associação desportiva da modalidade respetiva. E há outras pessoas que preferem caminhar, saltar, pular e que reclamam não terem espaço para isso. E esse é um espaço destes. É verdade, o senhor disse e bem, esteve lá o senhor presidente do Comité Olímpico, professor José Manuel Constantino e adorou o espaço porque não há muitos espaços daqueles para a prática desportiva informal. Aquilo é só mesmo para quem tem vontade de praticar desporto e atividade física. Falta ali uma coisa, são duas, eu vou já dizer qual é e que já podia estar colocada: São duas máquinas – aquelas máquinas que temos no Parque de La-Salette que permite às pessoas fazerem movimentos com os braços e com as pernas – que são as máquinas de fitness ao ar livre. São feitas com um material que não tem desgaste da chuva e são de utilização também intensa. Portanto, são umas máquinas de ginásio adaptadas ao ar livre. E nós temos a intenção de colocar ali duas. Portanto, só para lhe dizer que, efetivamente, nós temos desenvolvido esse projeto. Aliás, temos ali dois pequenos problemas, deixe-me dizer-lhe: Um, são os vidros da piscina; Porque, se reparar o vidro da piscina está encostado aquelas duas plataformas de cimento. E, às vezes, vai-se para lá skate e o skate escorrega e, pimba, contra o vidro. E temos medo que algum jovem, um dia destes, se possa aleijar. Partir o vidro ainda é o menos, agora aleijar-se é que é o pior. E, depois, há umas escadas de aceso a uma arrecadação das piscinas por aquele lado. E a juventude com a sua irreverência também aquele espaço é perigoso porque alguém lá cair e vai para lá as bolas. Portanto, é verdade que não temos ali uma aula disto ou uma aula daquilo, ou para praticar a modalidade a) ou a modalidade b); Aquilo é mesmo um espaço de prática desportiva informal. Quanto à questão que colocou. Nós já demos essa explicação antes, senhor deputado são questões técnicas e disponibilizo o engenheiro Américo Martingo, que é o responsável da Divisão de Empreitadas para lhe dar as explicações que o senhor quiser. O senhor pode consultar todos os documentos e ficará seguramente esclarecido relativamente à questão que colocou. Quanto às perguntas do senhor deputado Antonio Cruz. Ele fez várias. Deixe-me dizer o seguinte: Na área da saúde, nós estamos perante uma grande transformação, neste momento. Está criada uma Unidade Técnica para transformar o nosso espaço territorial, aquele em que estamos inseridos, na maior Unidade Local de Saúde do País, aquilo que se chama – ULS. Que é deixar de haver o ACES, o diretor do ACES de Oliveira de Azeméis que é o dr. Miguel Portela, o ACES da Feira, o dr. Miguel Paiva no Hospital do Entre

Douro e Vouga - deixa de haver estas coisas e passa a haver uma Unidade Local de Saúde. A vontade do governo é que esta Unidade Local de Saúde englobe o nosso espaço territorial e acresça Ovar – Hospital de Ovar. Depois, há uns movimentos pendulares de Ovar para o Hospital de Santa Maria da Feira, pela proximidade e pela rede viária. Portanto, são questões importantes num setor importante; Dizer-lhe que, ainda, muito recentemente, saiu na comunicação social anúncios nos jornais de contratação de médicos para o Hospital de Oliveira de Azeméis. Portanto, é a prova inequívoca que, efetivamente, o Hospital está para continuar. Aquilo que nós temos de estar atentos, é verdade, e aqui sim, estarmos também, respondendo ao apelo, que já foi aqui hoje bastante falado, do senhor presidente da Assembleia é daquelas matérias que temos de estar sempre unidos e sempre atentos - mas as ameaças são permanentes como é evidente – portanto nesta matéria temos de continuar atentos, vigilantes, atuantes. Nós temos tido reuniões - como disse – com a ARS - e já tive a oportunidade de dizer à deputada Ana Sofia Pinho, relativamente à questão da ULS e depois aproveitamos para falar na questão do Centro de Saúde. E dizer que nós estaremos atentos e não deixaremos de defender os interesses de Oliveira de Azeméis e do Hospital S. Miguel integrado que seja nessa ULS, que será a maior do País. Neste momento há uma em Matosinhos que, segundo os indicadores que temos, funciona bem. Mas aqui há alguma ambição por parte do governo para levar esse projeto para diante. Nós estaremos atentos defendendo, obviamente, os cuidados de saúde a prestar à população do nosso Concelho. Mas, fundamentalmente, quer as Unidades de Saúde, quer aos Centros de Saúde, quer o Hospital, aquilo que desejamos é que funcionem cada vez melhor. Esperamos em 2017 implementar o sistema de transporte, para as pessoas idosas que têm que ir ao médico às unidades de saúde fora da sua freguesia e não têm transportes públicos para o fazer. E, portanto, nós estamos a desenvolver e afinar esses mecanismos e esperamos que, em janeiro 2017, esse transporte à medida esteja disponível para levar e trazer as pessoas ao Centro de Saúde. Portanto, não é só levar e deixa-las lá ficar é preciso também trazer. Isso é um trabalho que tem de ser articulado, depois, também, com as Unidades de Saúde na marcação das consultas para que naquele dia haja – como falou o senhor deputado Antonio Cruz: no dia em que os utentes de S. Martinho da Gândara tiverem de ir a Cucujães (Centro Saúde), que nesse dia mais pessoas de S. Martinho possam ter a consulta naquele dia específico porque nesse dia há transporte de S. Martinho da Gândara para Cucujães e de Cucujães para S. Martinho da Gândara. É válido para Ossela, é válido para aqueles que não têm. Na Freguesia de Palmaz, por exemplo, há lugares que distam muito da Unidade de Saúde do Pinheiro da Bemposta e não há transportes públicos. Portanto, as pessoas nem sempre têm dinheiro para irem de táxi. E nem sempre as IPSS têm possibilidades de irem buscar essas pessoas. E portanto nós temos de rapidamente implementar esse sistema de transporte para essas pessoas que precisam. Quanto à IC2: Eu tenho frequentemente oficiado as Infraestruturas de Portugal. A indicação que eu tenho, aliás basta passar lá e perceber, as obras ainda não estão terminadas. Portanto a última informação que eu tenho da Infraestruturas de Portugal é que, na primeira quinzena de outubro, vai haver mais trabalhos de sinalização horizontal que devem terminar a

intervenção para reduzir a sinistralidade naquele ponto negro do IC2. Eu não tenho aqui os dados da sinistralidade dos últimos tempos, aparentemente, aparentemente não tem havido sinistros. Também é verdade que não tem havido chuva. E muitos dos acidentes que ali aconteciam eram com chuva. Portanto vamos aguardar. Lembram-se que foi compromisso foi - durante algum tempo também termos a expectativa da intervenção ter resultado para ser ou não preciso implementar outras medidas. Portanto, vamos aguardar pela primeira quinzena de outubro para este trabalho de sinalização horizontal. O senhor deputado falou na reta do Bessa, falou na La-Salette, falou na intervenção na Escola Soares de Basto. Neste momento tivemos até conversas com o senhor presidente da Junta de Freguesia Cesar que vai fazer uma requalificação, com alguma profundidade, em algumas ruas que carece mexer nas árvores. Eu não digo cortar as árvores. Porque se às vezes se abate uma árvore, plantam-se duas ou três. E portanto essa situação de Cesar, o senhor presidente da Junta está neste momento a tratar dos pormenores para naturalmente fazer essa requalificação. Fizemos – como disse – na General Humberto Delgado e em toda a envolvente à Escola Soares de Basto, associada à construção da ciclovia, mas, não tem a ver com a construção da ciclovia, tem a ver com a questão da mobilidade. Portanto, é um contributo para uma cidade mais moderna e mais preparada para os novos desafios, tendo essa preocupação do incentivo e do incremento de uma mobilidade alternativa ao automóvel. Isso não vai lá por decreto, é um bocadinho como as mentalidades que precisam de ser transformados na área das pessoas com deficiência. Nós podemos ter muitas leis, senão tivermos depois as mentalidades diferentes as leis pouco resolvem. Aqui efetivamente é preciso dar condições. O que acontece é que as pessoas que lá andam de bicicleta, a pé, hoje dizem que: - se sentem bem; - sentem-se seguras; - podem andar os avós, os netos e os primos, os tios: uns de bicicleta, outros de triciclo, outros a pé. Porque tem luz, tem espaço, não andam carros, sentem-se seguros. E basta passar ali par perceber que de dia para dia aumenta o número de pessoas que ali andam. E ainda esta semana vi pessoas que vieram de fora. Há pessoas que valorizam quando vão pessoas daqui para outro e depois esquecem-se quando vêm pessoas de para aqui. Mas, ouça, vale o que vale, o que importa é pensar nas pessoas de Oliveira de Azeméis e criar essas condições para uma melhor qualidade de vida. Dizer que, a ciclovia é ambiciosa, nós temos previstas 14 ciclovias numa extensão de 17 quilómetros. A mais ambiciosa é a que chega à La-Salette, obviamente, pela diferença de cotas entre o Centro da cidade e o Parque de Nossa senhora de La-Salelte. E há aqui uma obra de arte que tem de ser feita para minimizar o tal impacto, que é o atravessamento da IC2, que não dependente só de nós. Nós podemos ter um projeto brilhante, excelente. Mas que as Estradas de Portugal depois dizem ou sim ou não. E portanto, nós já estamos a trabalhar com as Estradas de Portugal no sentido de haver esse atravessamento. Está ser feito neste momento um no IC19. O IC19 é a rua com mais carros em Portugal. Aquela rua que se houve sempre de manhã, na rádio, que está sempre fila: IC19. Neste momento o IC19 vai ter uma ciclovia por cima do IC19. Mas teve de ter aprovação das Infraestruturas de Portugal e nós também já estamos a trabalhar com eles nesse sentido. Quanto á questão que colocou da reta do Bessa: É uma intervenção na

Vila de Cucujães. Teremos que voltar a falar com a Junta de Freguesia se há efetivamente vontade e determinação na requalificação daquele espaço. Acertar uma estratégia para o fazer e fazer. Porque, efetivamente, nós também reconhecemos que aquilo não está bem, a Junta de Freguesia também reconhece que não está bem. Temos de nos sentar e decidir o tempo de intervenção, o timing de intervenção, e o que é que lá vamos fazer. Se vamos construir ciclovia, se não construímos ciclovia. Temos é de dar outra dignidade aquele espaço e fazer com que os passeios sejam feitos para aquilo que foram feitos, que é para passar as pessoas, andar pessoas, não é? Não é para estarem completamente deteriorados como estão. Fez-me várias perguntas – acho que respondi a todas? Quanto á intervenção do senhor deputado Bruno Aragão, dizer-lhe o seguinte: Falou da evolução do nosso pensamento, está muito satisfeito porque efetivamente nós temos evoluído o pensamento. Só me apetece perguntar-lhe o seguinte: Se nós temos tantos pontos de convergência, se estamos quase de acordo em tudo, porque é que os senhores criticam tanto, não é? – Realmente, esta ideia é boa, mas fomos nós. Então, para que é que andam sempre a criticar, se são as mesmas coisas? É legítima a crítica, e não me incomodo nada com as críticas, naturalmente. E, deixe-me dizer, nada me envergonha a evolução no pensamento e seja naquilo que for. Aquelas pessoas que sabem tudo é normalmente dá asneira. Ainda agora demonstramos, nestes dois primeiros dias de alteração ao trânsito, a nossa humildade ao falar com as pessoas todas para tentar minimizar e resolver alguns problemas. Porque efetivamente reconhecemos que a sugestão que nos davam era melhor do que tínhamos feito. Qual é o problema? É uma crítica? Não é uma crítica. Os comerciantes da zona de Santo António vieram falar comigo: E achavam que vinham perder tempo. É verdade. Achavam que vinham perder tempo e que a gente não ia mudar nada. E ficaram surpreendidos quando a gente lá chegou e as mudanças estão á vista, já estão feitas, algumas, não estão todas mas algumas estão feitas. E ficaram surpreendidos. “Nós achávamos que vínhamos lá só protestar.” Protestar o quê? Então, se é possível melhorar, vamos melhorar. Como ainda hoje o Nuno de Jesus deu uma sugestão. E vamos naturalmente aproveitar. E qualquer um dos cidadãos o pode fazer. Senhor deputado António Rosa, naturalmente associar-me á sua brilhante e excelente intervenção. Quanto ao senhor deputado Amaro Simões: O senhor deputado Amaro Simões vai perceber no Orçamento de 2017 o sinal que a Câmara vai dar à Freguesia de S. Roque, relativamente á zona industrial da Costa Má – S. Roque. Vai perceber. Agora, senhor Amaro, - a gente pode bem com o mal dos outros -, o senhor está a dizer: “...eu - há vinte anos que falo nisto ...”. Olhe, zona industrial de Loureiro: – Eu não estou a dizer há quarenta – Eu não sei há quantos anos o Mário Alberto Pires Lopes foi presidente de Junta – O Mário Alberto falava nisto todos os dias. Demorou quase vinte anos a implementar-se e hoje temos lá uma área empresarial moderna, apelativa, está a terminar o Businesses center, com procura. Estas coisas são processos que demoram imenso tempo. Você diz: “Epá - demora tempo a mais”. Eu também concordo. Você sabe, até porque o dr. Ricardo falou consigo ainda recentemente: Há questões do PDM; Há questões de licenciamentos industriais; Há questões que têm a ver com o Ministério da Economia; Há questões que têm a ver com o Ministério do Ambiente; É preciso sentir, naturalmente, também, a

vontade, e o senhor Amaro tem feito esse trabalho, a vontade da comunidade empresarial no sentido de poder investir. Aliás, hoje tive uma reunião do Conselho Regional do Norte, na CCDRN, antes de vir par cá e foi lá falado: Há áreas de acolhimento empresariais construídas na região norte que não tem uma empresa e estão feitas, não têm lá uma empresa. Isso faz mal à economia. Houve expropriações de terrenos. Mas não tem lá uma empresa - O professor Frei de Sousa deu esse exemplo. E, depois, há outras onde precisamos de criar as tais infraestruturas para poderem ser apelativas e chamarem os investimentos. Portanto, é como lhe disse: Vai ver o sinal; Vai perceber o sinal e até lá iremos continuar a conversar, como vamos conversar relativamente à rede viária. Quando eu falei na rede viária – senhor Amaro desculpe lá – o senhor já me conhece há bastante tempo – Eu até disse que havia aqui algumas coisas que eu não tinha dito: É verdade que não tenho aqui a rua xpto de S. Roque. Não tenho. Mas vamos naturalmente intervir em S. Roque. Eu quis fazer uma referência à pró atividade da maioria dos presidentes de Junta para resolver o problema. Ou seja: tem massa asfáltica; tem tapete; vem buscar. Foi uma forma que nós encontramos. Há quem não faça isto. Eu não vou dizer que é bem ou que é mal, mas há quem não faça e há quem faça. Eu não vou qualificar, obviamente, o presidente de Junta que faz ou que não faz, o que vai buscar massa asfáltica, o que tapa os buracos ou o que não tapa os buracos. Eu só estou a fazer uma constatação, ponto final, parágrafo. E nem me vou meter nisso, porque isso é autonomia total dos presidentes de Junta. Agora, tem havido, e o senhor Amaro tem sido um deles, naturalmente, que vai buscar massa asfáltica; O Rui Luzes Cabral ainda fez isso recentemente; O Jorge Paiva; Há outros que não fazem. Pronto. É opção deles, paciência, não há problema nenhum temos que ir nós resolver o problema. Como eu disse: Temos neste momento uma empreitada em curso de requalificação/ tapar buracos, na União de Freguesias de Oliveira de Azeméis e na Vila de Cucujães. Isto, não é nenhuma crítica a ninguém, é uma constatação. Por isso, desculpe lá por não ter referido nenhuma rua de S. Roque; Mas naturalmente que o senhor sabe que a sua rede viária vai ser requalificada. Até porque, o senhor sabe que a sua rede viária está em bom estado: Até porque o senhor também tem tapado os buracos. É um trabalho de cooperação entre todos e ninguém se zanga com isso, como é evidente. Senhor presidente, muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao senhor deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Foi absolutamente genuína, a minha intervenção sobre a evolução do pensamento que vi no senhor presidente de câmara, não teve nada de errado. E não teve nada de errado e não teve nada de jocoso, exatamente porque as críticas fazem-se nos dois sentidos. Tal como nós criticamos determinadas medidas de determinadas intervenções que o executivo entende fazer, o que assistimos nos últimos anos, muitas vezes, foi a críticas, ferozes, também, sobre as propostas sobre as ideias do Partido Socialista. E portanto, quando vemos que há uma aproximação, naturalmente devemos ficar contentes. Aliás, eu fico até empolgado, senhor presidente, quando

o senhor fala de prática desportiva informal porque eu já imagino que o próximo passo seja o senhor presidente reconhecer que precisamos mesmo de um Parque da Cidade para a prática intensiva de desporto. E naturalmente isso faz deixar ficar entusiasmado. Senhor presidente - só para terminar – a forma de funcionamento desta Assembleia Municipal não permite que eu possa responder ao senhor deputado António Rosa que veio fazer uma intervenção exclusivamente sobre a minha intervenção; exclusivamente – pode reler. A modalidade desta Assembleia não permite que eu diga ao senhor deputado Antonio Rosa, que as intervenções em muitas escolas são do poder central, que as ciclovias existem também em outros sítios e, não são necessariamente uma questão de orgulho, são uma prática assumida do dia-a-dia, faz parte, é assim, já estão, enfim, em outro campeonato e que vão para esses concelhos; não permite que eu diga que fomos acusados da prática despesista quando propusemos os manuais escolares. Essas tais ideias, que enfim, o senhor aventou que seria leviandade da nossa parte propor, porque não pensamos, porque não executamos. Que não foi também leviandade da nossa parte propor 100% de saneamento, quando sabíamos que ele não era realizável. Coisas deste tipo. Uma modalidade desta Assembleia, senhor presidente, não permite dar estas respostas. O que achava interessante, até no espírito que o senhor apelou, era que pudéssemos fazer uma tertúlia, informal, noutra contexto - Estou absolutamente disponível; Estamos disponíveis – em que os municípios possam intervir num registo mais de resposta – diretamente. Aí sim, podemos refletir e respondermos uns aos outros. O que mostra, naturalmente, senhor presidente, que em política o que interessa é discutir ideias e não é discutir pessoas. Penso que numa modalidade desse tipo pode intervir e, então, aí poderei responder ao senhor deputado Antonio Rosa e ele responder-me a mim, naturalmente. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao senhor deputado José Ribeiro, do PS. =====

===== Senhor presidente, ainda bem que os seus comentários corresponderam aos meus anseios. Acabou por confirmar que davam jeito lá umas tabelas e da mesma forma os equipamentos de fitness, eram essas as coisas que eu falava quando era necessário, se calhar, promover e de alguma forma explicar às pessoas qual a ideia daquele espaço. Mas a minha crítica maior ia mesmo era para a falta de manutenção. Estamos a falar de um investimento de 120 mil euros que neste momento está voltado ao abandono, assim como na Feira do Onze temos árvores a morrer á sede e ervas a crescerem por todos os lados; No caso deste parque os holofotes, se calhar, é melhor mandar desligar aquilo porque eles não estão a fazer, estão cobertos de ervas e mais vale desliga-los. Em relação á questão do auto? Eu percebo que a resposta seja técnica, seja complexa, mas nós aqui também percebemos de coisa informais e de certeza que essa ordem para assinar esse auto terá uma explicação mais óbvia que todos nós possamos perceber. Senhor presidente, se quiser informar-nos acho que não faz mais do que a sua obrigação e nós agradecemos. =====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos.* =====

===== *Senhor presidente, eu não quero ser cansativo nem maçador. Quando eu falei no espaço de prática desportiva informal: É mesmo isso. Eu não disse que aquilo devia ter umas tabelas de basquete. Eu disse é que há outros espaços. E vou-lhe dizer: Na Feira dos Onze, vai ter umas tabelas de basquete. Agora, aquele espaço ali não tem que ter tabelas e basquete. Aquilo é mesmo assim que é para as pessoas se divertirem. Eu vou fazer o seguinte: Doutor Pedro Marques há-de pedir aos funcionários do pavilhão Municipal e das Piscinas que com uma máquina fotográfica (agora com os telemóveis fotografasse tudo e depois manda-se para outros países e não sei quê...) - tirem lá fotografias. Para nós termos isso, para mostrar que efetivamente aquilo é para isso mesmo. E os jovens vão para lá, os jovens e os menos jovens. Eu falei nas tabelas, dizendo precisamente o contrário. Há de haver espaços para a prática desportiva organizada para uma modalidade, com as regras da modalidade em que um rapaz faz de árbitro, uma rapariga faz de árbitro. Ali não. Ali é para jogarem tudo e mais alguma coisa, acima de tudo prática da atividade física. Depois, deixe-me responder-lhe ao seguinte que é para dizer depois que não tem resposta: Ainda hoje na reunião de câmara abrimos procedimento concursal para três jardineiros. Senhor deputado - faça-nos lá um bocadinho de justiça também, porque isto da evolução é uma coisa simpática: Porque da última Assembleia Municipal de umas pistas de bicicletas que andam para aí a fazer para umas ciclovias, já há uma evolução a dizer que nós estamos a fazer ciclovias, como os outros já fizeram. Mas na última Assembleia Municipal “andam aí a fazer umas pistitas de bicicletas” – foi assim o termo. Já evoluíram também de pistas de bicicletas para ciclovias. Eu fico satisfeito também. Mas só estamos a falar de uma primeira ciclovia. Nós vamos fazer catorze ciclovias. E não é nenhuma mania das bicicletas é os Fundos Comunitários Portugal 2020, na área da mobilidade, que aponta para este caminho. Somos nós e são os outros municípios, não somos só nós naturalmente que estamos a fazer. Na região norte, todos os municípios vão fazer ciclovias. Uns mais depressa do que outros. Vai haver municípios que vão ter sistemas de Bikesharing de sistema de bicicletas elétricas, outros vão ter sistema sem ajuda elétrica. Um concelho plano não precisa de uma ajuda elétrica. Mas um concelho como o nosso precisa das bicicletas com ajuda elétrica. Se tudo correr bem, dentro de pouco tempo, temos bicicletas normais sem ajuda elétrica à disposição da comunidade se, efetivamente, se justificar, se sentirmos que esta estratégia tem resultados. Está a ver o Fernando Medina, em Lisboa, - É diferente - Não queira comparar Lisboa com Oliveira de Azeméis. Mas comprou um conjunto de milhares de bicicletas, como se justifica, estou a falar da capital do país, umas com ajuda elétrica outras sem ajuda elétrica. Está a ver, estiveram aqui pessoas de Lisboa a ver o nosso modelo. É simpático ver isso. Está se a rir? Não se está a rir está a sorrir. Eu estou-lhe a dar uma informação. Como? A*

Orbita, que é a empresa nossa fornecedora, veio fazer o spot de gravação das bicicletas que quer vender em todo país, aproveitando o incremento dos fundos comunitários, a Oliveira de Azeméis. Eu fico satisfeito. Se calhar para si isto é indiferente? Eu acho que é simpático. Aquele programa dos sapatos - da APICCAPS, que a Ana Viriato faz um programa bonito à segunda-feira - não sei viu? A última segunda-feira foi no parque Temático Molinológico. Ouça, é fantástico. Eu fico satisfeito. É um sinal interessante que damos às pessoas, mostramos aquilo que temos de bom. Eu gosto de fazer isso. Há pessoas que gostam de fazer completamente o contrário que é mostrar tudo o que está mal. Porque há coisas que estão mal. Eu não estou a dizer que é você, era o que mais faltava. Você é uma pessoa responsável. Não conhece? Então você vem cá poucas vezes. Aí na sua bancada muitas pessoas lhe podem dar exemplos de pessoas que só falam de coisas negativas. O orgulho é uma coisa importante que todos nós sentimos. Eu estou-lhe a dizer que não estou a ver aqui pessoas a fazer isso. Sabe porquê? Porque a partir do mento em que nós assumimos responsabilidades políticas temos outro grau de responsabilidade - acho eu e eu entendo isso e reconheço em todos essa autoridade: autoridade de terem recebido votos para o exercício da função pública. Como o senhor sabe, há pessoas que são profissionais da maledicência. Em todo o lado, senhor deputado. Acho que expliquei tudo, senhor presidente. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Como sempre vou informar o período de tempo gasto pelas bancadas: O PS gastou 26 minutos e 24 segundos; O PSD gastou 29 minutos e 54 segundos; O CDS/PP gastou 3 minutos e 30 segundos. =====

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

*===== **Ponto um**: Votação das atas n.ºs 23 e 24; =====*

===== Presentes para aprovação as seguintes atas: n.º 23 – Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 30.06.2016; n.º 24 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30.06.2016, realizada em 11.07.2016; =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação, a ata n.º 23 da Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30.06.2016 foi aprovada por unanimidade. =====

=====
Colocada à votação, a ata n.º 24 da Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30.06.2016, realizada em 11.07.2015 foi aprovada por maioria com uma abstenção.
=====

=====
Ponto dois: *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*
=====

=====
Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.
=====

=====
Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Pedro Paiva, do PS.
=====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Pedro Paiva, do PS.
=====

=====
Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do senhor presidente da Assembleia Municipal. Aqui chama-me acima de tudo uma dúvida que colocou no relatório apresentado pelo doutor Carlos Patrão, sobre o contencioso e informação sobre processos judiciais. Existe aqui uma menção que foi proposta uma ação contra o Município: Ação de processo comum proposta por Maria Cândida Nadais Lopes Quental e Marcelino Francisco Quental, na qual pedem a condenação do Município no pagamento da quantia de 509.551,34€, pela ocupação de terrenos para a construção do campo de treinos do Atlético Clube de Cucujães. Atendendo ao montante em causa, desconhecendo minimamente o assunto em questão, gostaria que esclarecesse a Assembleia Municipal sobre os contornos desta questão.
=====

=====
Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.
=====

=====
O que nós estamos a falar, se a memória não me atraiçoa, - eu não gosto de falar de cor e tenho de consultar – Estamos a falar daquele campo ao lado do campo do Atlético Clube de Cucujães, aquele campo que há lá, onde os miúdos jogam, peado que até nem tem as medidas, que é um campo de formação. Ouça - eu não sei qual é a relação da Câmara Municipal com esse processo. Posso ver. Tenho que ver a ação. Não queria estar a falar de cor – peço-lhe desculpa. Posso até durante a semana convida-lo a vir à Câmara Municipal e falarmos do assunto. Mas não tenho neste momento indicações e não quero dar informação errada. Mas, não me parece que isso tenha a ver com a Câmara, sinceramente. A Câmara pode

participar aí, não sei de que forma. Mas se o doutor Carlos Patrão colocou aí informação é porque tem a ver alguma coisa com a Câmara. Agora, sinceramente, não lhe consigo dizer. E não vale a pena estar aqui a inventar e isso não o vou fazer. Durante a semana falo consigo, chamo-o, ou, então, falaremos na próxima Assembleia Municipal sobre a matéria. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao senhor Pedro Paiva, do PS. =====

===== A questão que se coloca é que o Município é ré. De facto, desconheço a intervenção do Município. Agora, atendendo ao montante que está aqui a ser mencionado, é de facto interessante sabermos o que é que se passa? =====

===== A Assembleia tomou conhecimento da referida informação. =====

*===== **Ponto três:** Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 30/06/2016 – Apreciação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão, do PS. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor presidente, muito obrigado. Continuando neste espírito, que temos vindo a manter hoje, vim muitas vezes senhor presidente a este púlpito falar sobre estes pontos dizer que não estávamos a cumprir; mostramos vários gráficos; o que é que ia acontecer se não cumpríssemos, as condicionantes que isso ia trazer para investimento em Oliveira de Azeméis; em “n” Assembleias, enfim, como todos se recordarão, umas mais quentes do que outras. É justo dizer quando as coisas estão a ser cumpridas, tal como todos os relatórios dizem, dos estão a aprovação no ponto três e no ponto quatro. É óbvio que eu vou dizer aqui que, é a nossa obrigação, é aquilo que nos comprometemos, é aquilo que temos de fazer, foi o nosso compromisso quando fizemos um Plano de Saneamento Financeiro mas estamos a cumprir efetivamente, enfim, mas só estamos a meio do ano, a bem dizer. Queria apenas deixar uma reflexão muito sincera, que foi a reflexão pessoal que eu fiz quando estava a preparar e a olhar para estes documentos e a ver os gráficos da evolução da dívida e aqueles vários gráficos que vou apresentar do endividamento líquido, endividamento total, endividamento a médio e longo

prazo. Uma década, senhor presidente. Passou uma década. Andamos há dez anos a ver este tipo de relatórios: no calor das Assembleias; acaba um mandato começa outro; são dois mandatos e meio. Dez anos é o tempo que nós andamos nestas Assembleias Municipais a ver relatórios sobre Plano de Saneamento Financeiro, sobre pagamento de dívidas, sobre a evolução da dívida. Dez anos - uma década - é de facto muito tempo e significa muito para um concelho: - Era só essa a minha reflexão. Obrigado. =====

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

*===== **Ponto quatro:** Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30/06/2016 – Apreciação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de António Rosa do PSD. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Rosa, do PS. =====

===== Só uma referência muito rápida, também, em relação aos dois pontos, como o colega sugeriu. Só destacar obviamente aquilo que eu creio que é inequívoco: De facto, há uma continuidade naquilo que tem sido uma tendência ao longo destes últimos anos. Obviamente também, aqui, com consciência e com responsabilidade dizer que, da nossa parte, mantemos aquilo que sempre dissemos e, hoje, podemos ser coerentes com aquilo que sempre dissemos. E, obviamente também, por outro lado, reconhecermos que finalmente estejamos em sintonia relativamente a esta tendência que para nós é inequívoca há muito tempo e que, hoje, eu acho que as evidencias são de facto por demais relevantes. Apenas dizer que isto o que tem de bom e o que encerra de facto de maior valor, não é propriamente quem tem razão ou quem deixa de ter, é sim o que revela em termos de estrutura do Município e da sua capacidade para um futuro e um presente que, obviamente, vai ser exigente também em relação à assunção de um conjunto de compromissos e de execuções que serão muito relevantes para uma nova onda de crescimento e de desenvolvimento do nosso Município, a bem de todos os oliveirenses. Portanto, esse, eu creio que é o aspeto que ressalta de mais valor desta conclusão. Obrigado. =====

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

===== **Ponto cinco:** *Relatório anual da Comissão de Acompanhamento da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais no Município de Oliveira de Azeméis – Conhecimento/ Apreciação;*

===== *Pela Câmara Municipal foi presente o relatório anual da Comissão de Acompanhamento da Concessão, conforme estipulado na Cláusula 83^a do contrato de concessão, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Lourenço, do PS e António Rosa, do PSD.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Lourenço, do PS.* =====

===== *Boa tarde. Senhor Presidente, Secretários, executivo, vereadores, colegas, público, comunicação social. “Os oliveirenses podem ter a certeza que durante os quatro anos vamos ter água e saneamento a 100%”. – Esta afirmação foi proferida no calor de uma campanha eleitoral pelo atual presidente de Câmara. Até agora, nada aconteceu e já lá vão sete anos. Aquando da concessão, enviou uma carta aos munícipes onde alegava ter dado um passo importante para atingir os 100% de cobertura no abastecimento de água e de saneamento. Foi ainda garantido que os tarifários seriam controlados pela Autarquia e que o concessionário não poderia aumentar os preços como entendesse. Não é isso que tem acontecido e todos nós, oliveirenses, já sentimos o aumento substancial das nossas faturas de água e saneamento. Mas passemos agora a uma breve análise ao relatório da Comissão de Acompanhamento, que contratualmente deveria estar constituída ao fim de alguns meses da concessão e só ao fim de dois anos é que iniciou funções. Este documento que aqui nos é remetido, vem atestar uma série de indicadores que comprovam o muito que não está feito e o quase tudo que está por fazer. Estamos a poucos meses do final do ano de 2016. Será pertinente referir que no final de 2015, a concessionária contava com 15847 clientes de água ativos e somente 8814 clientes de saneamento. Este indicador diz-nos que metade dos clientes de saneamento não estão ligados rede porque, em grande parte, esta não existe. E o resultado de que nada foi feito é constatar que, no ano de 2015, a título de exemplo, a Indaqua conseguiu a grande proeza de dotar saneamento a apenas 57 famílias. Ao nível do plano de investimentos a concessionária previa investir nos primeiros três anos cerca de 9,7 milhões de euros e nos três anos seguintes mais 7 milhões de euros. Não investiu como que estava previsto e olhando para o acumulado dos investimentos a realizar pela concessionária nos anos de 2014 e 2015, o total deveria ter sido de 9,19 milhões de euros e foi investido pouco mais de 2 milhões de euros de investimento: ou seja, menos 78% do que o que deviam ter feito. Mas se reparamos com atenção, verificamos que destes 2 milhões de euros investidos; 400 mil euros foram gastos na constituição e instalação da*

concessionária; 328 mil euros em obras na loja e armazém; 441 mil euros em viaturas e ferramentas; 217 mil euros em contadores. Ou seja: quase nada foi feito em termos de investimento nas redes o que quer dizer que, na prática, estamos exatamente como começamos. A única diferença óbvia é que o lucro que a concessionária está a ter não está onde deveria estar que é nos cofres do Município. Quer isto dizer que para a concessionária, a concessão está a ser verdadeiramente uma mina de ouro. Vejamos porquê: Está a ter lucros nos anos de arranque da concessão que não estavam previstos no caderno de encargos; E é com esse dinheiro que está a investir e naturalmente poupa muito dinheiro ao não investir quando devia investir os 7 milhões previstos no plano de investimentos. Dos quase 6 milhões de euros previstos investir no plano de investimentos na rede de água e saneamento, foi investido praticamente zero. Neste caso em apreço, é o relatório da própria Comissão que, num parágrafo do item 4.2, confirma o que acabei de dizer e passo a citar: “... na comparação como previsto, no caso base, destaca-se o desvio nas rubricas relacionadas com a execução das obras e infraestruturas de água e saneamento, aquisição de terrenos, e atividades de fiscalização conexas que espelha o atraso no arranque das obras.” Para concluir, senhor presidente, finalizaria com um outro aspeto que tem a ver com os riscos do negócio. A cláusula 88 do contrato de concessão estabelece os proveitos mínimos que, a concessionária terá direito na eventualidade de os proveitos serem inferiores aqueles mínimos. Como se poderá observar, a concessionária tem apresentado proveitos tarifários reais acima daqueles mínimos definidos. Deixo, no entanto, o alerta para o facto de que, em 2015, os proveitos reais terem ficado um pouco acima dos mínimos na ordem dos 17.236€; Correndo a Autarquia o risco de ter de indemnizar a concessionária o que seria dramático no contexto de todo este negócio. Esperemos assim, que o segundo relatório da Comissão traduza uma realidade francamente melhor do que esta. Termino, com uma última nota, senhor presidente: No âmbito do acompanhamento desta concessão, gostava que o senhor presidente da Câmara se pronunciasse sobre o facto de a advogada que está a prestar serviços à Indaqua ser a alegadamente respeitosa doutora Graça Rodrigues, esposa do doutor Ricardo Tavares que, para além de vereador, é o responsável no executivo camarário pelas negociações com a Indaqua – Quando muito se fale em ética, não vê inconveniente nesta situação, senhor presidente? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Parece-nos relevante, antes mais, fazer duas notas prévias de caráter genérico, relativamente a este ponto em análise. Em primeiro lugar - Registrar com naturalidade e dando cumprimento às decisões tomadas por esta Assembleia Municipal, a Comissão de Acompanhamento da Concessão da Exploração dos Serviços de Água e Saneamento do nosso Município está em plenitude de funções tendo produzido o primeiro relatório de acompanhamento que aqui hoje nos é presente para apreciação. Segundo lugar – Realçar que,

em conclusão, a Comissão de Acompanhamento considera, após análise detalhada e informada, que, de uma forma geral, considera que, o contrato de concessão está a ser cumprido pelas partes. Duas notas prévias que, embora de carácter manifestamente generalista, representam para os decisores políticos - para todos nós – um sinal de confiança relativamente a tão relevante processo. Orientando agora a minha análise para a substância da informação que nos foi apresentada no presente relatório merece-nos os seguintes estaques: No final do ano de 2015, verificou-se um aumento do número de clientes com o serviço de abastecimento de água e com saneamento, bem como nos respetivos consumos. Apenas o número de clientes de água alcançado ficou aquém do previsto, no caso base da concessão; Verifica-se uma melhoria significativa nos indicadores de eficiência dos serviços prestados, quer no abastecimento de água, quer no saneamento. Os parâmetros de qualidade da água e do serviço prestado evidenciam que a qualidade da água fornecida em Oliveira de Azeméis é competentemente monitorizada e merece a confiança dos consumidores. Estas conclusões até aqui destacadas revelam que o aporte da experiência, competência, Know-how, e profissionalismo do concessionário trouxe, por si só, mais-valias que são atribuídas aos oliveirenses. Outros destaques: Execução do plano de investimentos previsto para os primeiros anos de vigência da concessão encontra-se em atraso. Conforme justifica a mesma Comissão, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis considerou ser oportuno e economicamente vantajoso candidatar a fundos comunitários por forma a permitir realização de obras adicionais conducentes a um aumento significativo face ao cenário previsto no plano de investimentos. Contudo, ficamos conhecedores que estão já concluídas ou em fase de elaboração- apesar do atraso verificado e inequívoco em relação à evolução do plano de investimentos – projetos para a execução de aproximadamente 2 milhões de euros de obras de abastecimento de água e perto de 5 milhões de euros de obras de águas residuais, para projetos constantes no plano de investimentos da concessão. Sabemos ainda, que estão igualmente em elaboração projetos que permitam acrescer ao plano de investimentos, inicialmente previsto, obra de perto de 15 milhões de euros para estas duas áreas. Merece-nos particular relevo, o facto de, como refere a Comissão de Acompanhamento, apesar deste atraso na execução das obras, as taxas de cobertura atuais (dezembro de 2015) encontram-se acima dos valores previstos no caderno da concessão. Apesar do aumento generalizado nos consumos e no número de clientes, é também um facto de que os proveitos tarifários da concedente se encontram ainda abaixo dos proveitos tarifários previstos na concessão, para o período, mas acima dos proveitos mínimos previstos revelando, portanto, um equilíbrio na estrutura económica e financeira desta concessão. Em conclusão: cremos que, do ponto de vista global, são positivos os sinais transmitidos pelo presente relatório. A Comissão termina destacando que no ano de 2016 estão já em curso os procedimentos concursais para a adjudicação das obras do plano de investimentos da concessionária, prevendo-se que estas possam estar concluídas no início do ano de 2018. Esperamos pois, que estas expectativas se confirmem por forma a que os objetivos atribuídos ao concessionário destes

serviços em Oliveira de Azeméis se concretizem, a bem da contínua qualidade de vida de todos os oliveirenses. Muito obrigado. =====

===== Ausentou-se o Senhor Presidente da Assembleia, ficando a presidir aos trabalhos o Senhor António Luís da Fonseca e Grifo – Primeiro Secretário. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Senhor presidente, o ponto é para apreciação e conhecimento da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal entregou o relatório, está apreciado. =====

===== A Assembleia tomou conhecimento e apreciou o referido documento. =====

*===== **Ponto seis:** Prestação de serviços de Auditoria Externa para Certificação de Contas Municipais – Adjudicação de acordo com o n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Com base no Projeto da Decisão de Adjudicação dos Serviços de 12 de setembro de 2016 e de acordo com o Convite à Apresentação de Proposta, o Caderno de Encargos e a proposta do concorrente relativo ao Ajuste Direto em Regime Geral para “Prestação de Serviços de Auditoria Externa para Certificação de Contas Municipais” - Processo n.º 92/2016, proponho: a. Que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 1, do artigo 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações, submeta à Assembleia Municipal para efeitos de adjudicação do procedimento mencionado em epígrafe ao concorrente Júlio Alves, Mário Baptista & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo valor global de EUR 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. b. Que se proceda ao compromisso da despesa; c. Que se proceda à dispensa da audiência prévia do concorrente em conformidade com o n.º 2, do artigo 125º, do CCP, por a decisão ser favorável ao único concorrente a concurso. d. A solicitação, nos termos do exigido no n.º 2, do artigo 77º, do CCP, do documento de habilitação (declaração modelo Anexo II) e de cópia do pacto social na sua última versão, previsto na alínea a), do n.º 1, e do n.º 4 e 5, do artigo 81º, do já citado diploma legal, devendo os mesmos ser apresentados, para o e-mail contratacao@cm-oaz.pt, num prazo de 5 (cinco) dias. A dispensa da solicitação do comprovativo de situação regularizada relativamente a dívidas por imposto ao Estado Português e dívidas por contribuições para a Segurança Social, do documento para comprovação de que os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da entidade, que se encontrem em efetividade de funções,

não foram condenados por sentença transitada em julgado por alguns dos crimes mencionados nas alíneas b) e i), ii), iii) e iv), do artigo 55º, do CCP (certificado do registo criminal de cada um dos elementos dos corpos sociais da entidade, dado que os mesmos foram apresentados juntamente com a proposta. e. A celebração de contrato escrito por, conforme o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 95º, do CCP, o preço contratual exceder o montante de EUR 10.000,00 (dez mil euros) e ainda por não estarem reunidas outras condições que permitam a sua dispensa, de acordo com a minuta do contrato, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, conforme previsto no n.º 2, do artigo 98º, do já citado diploma legal, devendo a mesma ser enviada ao adjudicatário para pronúncia. f. A imediata publicitação, nos termos do artigo 127.º, do C.C.P., da celebração do contrato no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos. g. Que se notifique o concorrente. Junta-se para conhecimento e anuência, o Convite e Caderno de Encargos do procedimento e o Projeto da Decisão de Adjudicação, em anexo, encontrando-se os restantes elementos apensos ao processo.” =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor presidente: Estamos a falar de uma prestação de serviços que é preciso fazer, por obrigação legal, para certificar as contas do nosso Município.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto sete:** *Proposta de alteração do Dia Municipal dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As deliberações, referências e registos diversos sobre a instituição do Dia Municipal dos Bombeiros nos Órgãos Municipais; - Que a primeira vez em que se comemorou e homenageou de forma própria e digna tal dia, foi em 12 de agosto de 2013; - A anuência e concordância das duas corporações de Bombeiros Voluntários existentes no território de Oliveira de Azeméis, quanto a alteração do dia instituído por força de circunstâncias trágicas associadas mais uma vez à prestação de socorro e ao serviço dedicado e ímpar em defesa das populações e do património; - Que tal data, não obstante estar correlacionada com fortes ligações emocionais, mostra-se de alguma forma desajustada em face do período de mais elevado risco de incêndios,*

*exigindo redobrados esforços de coordenação, de prontidão de meios e dos respetivos voluntários, o que não se coaduna com a disponibilidade e disposição para atribuir o devido reconhecimento, valor e papel nobre a estes soldados da paz, bem como homenagear, enaltecer, dignificar e prestar a devida atenção às comemorações deste dia pela comunidade oliveirense. Assim, nestes termos proponho: Ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º, e alínea k), do n.º 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 e posteriores alterações, e pelos fundamentos atrás mencionados, **Que seja fixado o Dia Municipal dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, a data de 16 de maio, coincidente com o dia de elevação a cidade.** No caso, em que tal dia seja concomitante com dia útil, tal efeméride passará para o fim-de-semana seguinte. Se submeta à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É um assunto que já foi várias vezes discutido aqui em sede de Assembleia Municipal e na Reunião de Câmara, nomeadamente com os Comandantes dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis e de Fajões e os presidentes das Direções e as Direções, e tem a ver com o seguinte: Nós, tínhamos decidido, no Município - tendo em conta o trabalho, que já aqui hoje foi elogiado, dos nossos Bombeiros Voluntários - instituir o Dia Municipal do Bombeiro e, a data que foi escolhida era 12 de agosto, por uma razão pouco feliz, ou seja, infeliz. Foi a data do trágico acidente que vitimou três Bombeiros em Ferreiros, Palmaz, a caminho de um incêndio em Nespereira. É sempre um momento muito triste todos os 12 de agosto lembrar esses Bombeiros que partiram. Mas, quando queríamos festejar o dia com os Bombeiros, dava-se sempre as circunstâncias de que em 12 de agosto é sempre uma época muito alta de incêndios florestais e/ou, havia incêndios em Oliveira de Azeméis, no concelho, ou os Bombeiros de Fajões e os de Oliveira de Azeméis estavam destacados para apagarem incêndios em outros pontos do país. Era sempre difícil conjugar com as Direções, com os Comandos, essa mesma comemoração que, ainda, chegamos a fazer num dia que coincidiu com um fim-de-semana e até se fez um jogo de futebol, depois, fez-se umas ações (uma tarde) a fazermos de bombeiros; e depois, houve um jantar e foi um convívio engraçado que coincidiu com o fim-de-semana e não havia incêndios. Mas nos últimos anos tem havido sempre essa situação e, depois, somos confrontados com os Comandos e com as Direções, relativamente a essa matéria. Auscultamos as duas Direções; E a solução que nos deram, que nós depois levamos á reunião de Câmara, foi que estivesse associado ao dia 16 de maio, dia da elevação a cidade. Mas que, fosse a 16 de maio, a comemoração fosse, se o dia 16 de maio não fosse a um sábado ou a um domingo a comemoração fosse feita no sábado ou domingo posterior ao dia 16 de maio. De preferência ao domingo. Porque se é para envolver as famílias, há muitos bombeiros que trabalham também ao sábado, que pudesse ser ao domingo. Nós fomos sensíveis a essa vontade dos Bombeiros e*

levamos á reunião de Câmara e naturalmente que agora tem que ser também sufragado pela Assembleia Municipal. Mas é a razão que nos leva a solicitar a alteração do dia 12 de agosto para o dia 16 de maio, ou para sábado ou domingo a seguir ao dia 16 de maio. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Carlos Afonso, do PS e Jorge Pereira de Melo, do CDS/PP. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Afonso, do PS. =====

===== Apesar de já existir o Dia Municipal dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, comemorado a 18 de agosto, o Partido Socialista reafirma a necessidade de se fixar um dia Municipal dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis. Se é certo que a data 12 /08 coincide com o período crítico de fogos de 01/07 a 30/09, a alteração para o dia 16 de maio, dia de elevação a cidade, salvo melhor opinião, não será certamente a melhor data para o dia Municipal dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis. O reconhecimento e a preocupação do Município de Oliveira de Azeméis e de todos os oliveirenses pelos seus Bombeiros merecia certamente um dia especial e específico para os nossos Bombeiros onde pudesse ser realçada qualidade de serviço e de missão de paz de áreas dos mesmos. O Dia Municipal do Bombeiro diferente do dia de elevação a cidade, para não haver confusão de sentimentos em eventos, dignificaria melhor os nossos Bombeiros e certamente seria melhor reconhecido o trabalho e a dedicação dos Bombeiros e melhor implementada a solidariedade dos Bombeiros para com a população e os oliveirenses e vice-versa. Mas mais relevante do que fixar o Dia Municipal dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, é também o do Município estabelecer incentivos para que continue a haver Bombeiros, e bons, no Município de Oliveira de Azeméis. Exemplos de incentivos e da demonstração do reconhecimento do trabalho dos nossos Bombeiros seria, por exemplo, isenção de determinados serviços, reduções de taxas de licenciamento e benefícios fixados nos diversos Regulamentos do Município. É um desafio que se deixa ao Município para pensar como reconhecer o trabalho dos nossos Bombeiros com benefícios concretos, em benefício dos mesmos, para além daquele que é o de fixar o Dia Municipal do Bombeiros de Oliveira de Azeméis. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Jorge Pereira, do CDS/PP. =====

===== Boa noite, a todos os presentes. Eu só queria, neste ponto, chamar aqui uma pequena atenção. Porque parece que isto fica um pouco redutor. Estamos a falar do Dia Municipal dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis e parece que é de um Corpo de Bombeiros só.

Eu só queria sugerir, aqui, uma alteração e acrescentar: Ou Bombeiros do Concelho de Oliveira de Azeméis ou do Município de Oliveira de Azeméis. Era só este reparo. Porque parece que fica só centralizado apenas num Corpo de Bombeiros e temos dois. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Muito obrigado. Foi tomada nota. Eu gostaria de perguntar ao doutor Carlos Afonso se propõe outra data? Não. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Só para informar a Assembleia Municipal, julgo que é importante: A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis ouviu a Direção dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e a Direção dos Bombeiros Voluntários de Fajões, sobre a data. Obviamente que, temos 365 dias do ano, fugindo ao mês de agosto todos os dias, queremos é que seja um dia com dignidade. Mais do que o dia o que importa são as ações e tudo aquilo que pudermos fazer para valorizar o papel dos Bombeiros que é um papel insubstituível e imprescindível. Depois, falamos com o Comandante de Fajões e com o Comandante de Oliveira de Azeméis. Dando-lhe esta nota: Só depois de termos a anuência dos dois Comandantes e dos dois Presidentes da Direção, é que nós aprovamos. Portanto, não há aqui nenhum fetiche relativamente ao dia. Aquilo que queremos é, naturalmente, assinalar o dia e criar condições, isso sim, dar cada vez mais condições aos Bombeiros para que possa haver mais Bombeiros no exercício dessa nobre missão e o Município poder dar, já hoje damos nas Piscinas Municipais e um conjunto de regalias. Mas, queremos dar mais, naturalmente, como é evidente, porque eles merecem tudo. =

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto oito:** Contrato interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Macieira de Sarnes, no âmbito do projeto de melhoramento das instalações desportivas, designadamente na colocação de relvado sintético no campo do Viso – Aprovação;*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo

7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; Ao abrigo da alínea j) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas, proponho: - A aprovação da minuta do Contrato interadministrativo de Apoio de Financeiro celebrar com a freguesia de Macieira de Sarnes, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com o compromisso de fundo disponível número 3664/2016, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito rapidamente só para dar nota do que está aqui em causa. Eu, há pouco, no período de Antes da Ordem do Dia, a responder ao senhor deputado José Campos, falei sobre os investimentos que estávamos a fazer e possivelmente nas próximas Assembleias Municipais virão outros assuntos semelhantes a este. Portanto o acordo que nós temos aqui feito é tripartido, com as Juntas de Freguesia, com o Clube e com a Câmara Municipal, e isto: é válido para Macieira de Sarnes, é válido para Pinheiro da Bemposta - que neste momento está a ser desenvolvido e, é válido para Nogueira do Cravo. E espero – como disse – que também seja possível ser válido para Loureiro. Porque o investimento em Cucujães é completamente diferente. Ou seja, o investimento na Freguesia de Cucujães, por parte da Câmara Municipal, é

único e exclusivamente da Câmara Municipal. É um campo de jogos Municipal que vai permitir a prática de várias modalidades: Futebol, Atletismo. Mas é um investimento só Municipal. Aqui não há qualquer participação da Junta de Freguesia. Aqui: as Juntas de Freguesia comprometem-se, a trabalhar o terreno, a criar condições para a colocação do tapete de relva sintética: as pendentes, a questão das águas pluviais, das grelhas, portanto, a preparar o terreno para a colocação do tapete de relva sintética; e a Câmara Municipal compromete-se, feito este trabalho preparatório, em assegurar o pagamento da relva sintética. É o que está aqui em cima da Mesa – ou seja, o tapete de relva sintética, as balizas, e aquelas coisas acessórias são 135 mil euros, é a nossa participação. Tudo até aquele momento foi assegurado quer pela Junta de Freguesia, quer pelo Clube que se organizam das mais diversas formas. Portanto, é um acordo tripartido que passa, naturalmente, por ser aprovado (já passou na reunião de Câmara) na Assembleia Municipal. Mas, como disse, outras situações semelhantes a estas terão que passar também por esta Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do contrato interadministrativo de apoio financeiro com a Freguesia de Macieira de Sarnes, no âmbito do projeto de melhoramento das instalações desportivas, designadamente na colocação de relvado sintético no campo do Viso. =====

*===== **Ponto nove:** Contrato interadministrativo de apoio de cooperação financeira a celebrar com a Freguesia de Fajões, no âmbito das ações e iniciativas conjuntas relativamente à execução das obras de retificação da EN327 com alargamento da Rua Padre Leôncio Soares de Pina – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; Que a Junta de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; A regras contidas nos art.ºs 336º, 337º e 338º do Código dos Contratos Públicos, designadamente no: ”N.º1 - As disposições da parte iii do Código dos Contratos Públicos não são diretamente aplicáveis aos contraentes públicos que contratam entre si num plano de igualdade jurídica, segundo uma ótica de harmonização do desempenho das respetivas

atribuições; N.º 2 - O disposto no número anterior não impede a aplicação, com as adaptações necessárias, do regime substantivo dos contratos administrativos aos contratos celebrados entre contraentes públicos pelos quais um deles se submeta ao exercício de poderes de autoridade pelo outro”; Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabeleça formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências próprias das freguesias; Que as obras desenvolvidas pela Junta de Freguesia, acarretaram despesas para a mesma, pelo que se justifica o interesse público municipal e por tal facto a celebração do presente Contrato; Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho; Ao abrigo da alínea j) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas, proponho: - A aprovação da minuta do Contrato interadministrativo de Apoio de Cooperação Financeira celebrar com a freguesia de Fajões, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com o compromisso de fundo disponível número 3665/2016, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.” ==

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de um contrato com a Junta de Freguesia de Fajões, conforme o senhor presidente leu, de alargamento da Estrada Nacional 327, num ponto de muito tráfego que era um estrangulamento tremendo colocando pessoas e bens em risco, nomeadamente as casas que ali estavam. E tivemos a felicidade, muito trabalho do senhor presidente da Junta de Freguesia de Fajões, no convencimento da sociedade civil, nomeadamente de um particular (uma família) que procedeu à cedência de muito terreno permitindo um corte muito significativo da sua propriedade possibilitando o alargamento da estrada. Este foi um processo moroso porque, como sabem, é uma Estrada Nacional (EN327), precisa naturalmente das aprovações e dos licenciamentos das Estradas de Portugal. Mas é uma obra muito importante, muito interessante, numa zona perigosa e que hoje se circula felizmente com outro á vontade. Às vezes até com excesso de velocidade, que não devia acontecer tanto, porque a via agora é muito mais

larga e há muito trânsito pesado nesta estrada fruto do acesso a Arouca que efeito por ali, nomeadamente o comércio das madeiras – há uma pedreira e uma série de outras situações. Mas, hoje, a situação está muito melhor do que o que estava no passado e eu não posso deixar de enaltecer o trabalho que foi feito pelo senhor presidente da Junta, Jorge Piava, no convencimento dos particulares na cedência do terreno. E, portanto, o que está aqui em causa é efetivamente para o pagamento dessas obras. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Jorge Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== Só para dizer o seguinte: Efetivamente, conforme o senhor presidente da Câmara disse, o reconhecimento á minha pessoa: não é nenhum, é o meu dever enquanto autarca zelar e fazer mexer as coisas. Quero fazer aqui o agradecimento público à Câmara Municipal, que efetivamente reconheceram o trabalho que está feito e à Assembleia Municipal o meu muito obrigado por também colaborarem na aprovação deste protocolo. Não seria possível termos feito esta obra se, porventura, não tivesse havido um acidente grave – um camião ficou pendurado e o outro ficou desfeito. Felizmente, os proprietários da Quinta, doutor António José Guedes de Pinho e a esposa, de uma forma voluntária, (e dada a amizade que nos une por laços familiares afastados, mas são - e ela como oliveirense que é – família do senhor Alegria, talvez reconhecendo esses méritos), prontificaram-se a doar uma casa que tinham comprado e autorizaram a Junta de Freguesia a alargar nesse mesmo local. A obra está feita. Bem dita por toda a gente que por lá passa. Foi eliminado um ponto negro na Estrada Nacional 327 que começa em S. Jacinto e termina em Mansores. Mas, efetivamente, a obra não terminou. Há uma outra casa, a seguir, da qual ao Casal Guedes de Pinho estou na disposição de oferecer 15 mil euros para ajudar a comprara a casa. E eu espero a benevolência da Câmara Municipal e de todos nós para ser feito. Nós conseguiremos reduzir os custos dessa operação. Muito obrigado.

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do contrato interadministrativo de apoio de cooperação financeira com a Freguesia de Fajões, no âmbito das ações e iniciativas conjuntas relativamente à execução das obras de retificação da EN327 com alargamento da Rua Padre Leôncio Soares de Pina. =====

===== **Ponto dez:** *Acordo de parceria a celebrar com o Centro de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE-Porto) – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A aprovação do acordo de parceria com o CRE-Porto - Centro de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto, na reunião de Câmara de 14/01/2016 e Assembleia Municipal de 19/02/2016; - Os projetos desenvolvidos em colaboração com o Município, destacando-se, entre outros, o FUTURO - projeto das 100.000 árvores da Área Metropolitana do Porto (AMP), a Rede de Escolas do Futuro, a rota das árvores e das Florestas na AMP, os embaixadores dos Rios, a formação especializada; - O ofício remetido pelo CRE- Porto, a solicitar a comparticipação municipal para o ano de 2016 e seguintes, proponho: Que seja autorizado o pagamento da quota no valor de € 4.000 (quatro mil euros), relativa ao ano de 2016 e seguintes. Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportado em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível nº 1398/2016, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto- Lei nº 127/2012, de 21 de Junho e respetivas alterações.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto insere-se na estratégia de desenvolvimento sustentável e da plantação de árvores que vai ser feita em toda a área Metropolitana do Porto, neste caso numa parceria com o Centro de Excelência em Educação e Desenvolvimento Sustentável.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, autorizando a repartição de encargos em mais do que um ano económico.* =====

===== **Ponto onze:** *Venda dos lotes 8, 9, 10, 11, 12, 22, 23, 24, 25 e 26 da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O estipulado no contrato promessa de compra e venda de 05/10/2012 entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Sociedade Wuhan Industries, Lda.; - O acordo entre ambos os*

outorgantes para a celebração da escritura de compra e venda dos lotes 8, 9, 10, 11, 12, 22, 23, 24, 25 e 26 da AAE de Ul /Loureiro durante o mês de Setembro de 2016; - A importância da realização deste negócio para a promoção e valorização desta área industrial. Propõe-se: - A aprovação da minuta da escritura de compra e venda, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nos precisos termos dela constantes; - A submissão da mesma a aprovação da próxima Assembleia Municipal, nos termos da al. i) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar da venda dos lotes, conforme o senhor presidente enunciou - eu não vou repetir. Nós estamos a falar dos lotes de terreno onde está implantado, neste momento, um pavilhão concluído e um pavilhão em fase de conclusão, aquilo que é chamado o investimento da OneIndustrie, na Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro. Como sabem, este tem sido um processo difícil que tem outros intervenientes, nomeadamente o AICEP e o Governo de Portugal, tendo em conta os mecanismos fiscais que esta empresa tinha, que lhe foi atribuído em sede de Conselho Ministros e todos os apoios que obteve através de acordo governamental através do AICEP e também aqui na Câmara Municipal com a isenção das taxas e dos licenciamentos. Acontece que, com tudo isto, a empresa em questão pagou o sinal do terreno e era preciso o processo ir andando para se assinar a escritura definitiva e para podermos naturalmente também proceder ao respetivo encaixe financeiro do terreno, conforme é evidente em todo este processo. Dizer-vos que o valor em causa: - Podem os senhores deputados perguntar: Então, já venderam tantos terrenos na Área de Acolhimento Empresarial nunca veio à Assembleia Municipal, porque é que vem este? Este vem pelo valor. Ou seja, pelo valor que está associado à venda do terreno obriga a ser aprovado, não só, pelo executivo camarário, mas também, em sede de Assembleia Municipal. Portanto, é mais um passo para o processo que tem vindo a decorrer com uma lentidão inesperada mas que, naturalmente, fruto dos contactos que temos vindo a fazer, acreditamos que definitivamente isto pode chegar a bom término. Mas também precisamos deste passo, ou seja, de assinar a escritura e, portanto, dizer-vos mesmo que, a assinatura está marcada para amanhã às nove da manhã, que só é possível fazer se a Assembleia Municipal aprovar hoje esta mesma venda. E portanto, tudo indica que às nove da manhã os representantes da OneIndustrie estarão na notária em Oliveira de Azeméis para assinar a escritura e proceder ao respetivo pagamento. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Rui Luzes Cabral – Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Rui Luzes Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro.* =====

===== *Boa noite, a todos. Sobre este assunto o senhor presidente já disse alguma coisa e respondeu a parte de uma questão que eu tinha aqui para colocar. Referiu que, de facto, este processo não tem sido um processo fácil e tem demorado; as obras têm estado paradas. O que eu queria perguntar: é se há mais algumas informações sobre o que vem a seguir a este processo, ou seja: há a venda - o que é que a OneIndustrie vai agora fazer de seguida? Completar os pavilhões? Iniciar a atividade? Foi, no fundo, uma grande empresa que se instalou nesta Área de Acolhimento Empresarial, uma empresa que foi muito referida na comunicação social, tanto pela dimensão como pelos postos de trabalho que iria criar. Sabemos que houve uma venda desta empresa a um outro grande grupo chinês. Mas sabemos muito pouco. Obviamente que a Área de Acolhimento Empresarial precisa que se consolide esse investimento. E, já agora, sobre as outras vendas de lotes da não necessidade de vir a esta Assembleia se, no futuro, - Sabemos que já está a Yser instalada algum tempo - há agora nos próximos tempos mais alguma empresa que queira ou que vá iniciar a infraestruturização dos lotes que já comprou? Pelo que sabemos, parte dessa Área de Acolhimento Empresarial já foi adquirida por algumas empresas. E, já agora, saber se há alguma informação mais recente sobre a ligação da via estruturante, chamada via do Sudoeste? Ajudei nisso na questão da expropriação, ou, na negociação, melhor dizendo, que tem vindo a ser feita entre a Câmara Municipal e esses proprietários – se há alguma data prevista para a obra se iniciar no terreno? Obrigado.* =====

===== *Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.* =====

===== *Portanto, nós já iniciamos o procedimento da questão dos terrenos para a via. Há um sinal positivo, senhor presidente (Junta Freguesia de Loureiro). E o senhor presidente tem-nos acompanhado nesta “aventura” burocrática da tramitação de processual das expropriações. E acho que todos temos aprendido neste processo: Quem compra e quem vende. E em cima da mesa está – na minha opinião – na minha perceção – a questão da negociação da venda amigável. Ou seja, nós procuramos resolver o problema proprietário a proprietário, parcela a parcela, para rapidamente podermos implementar a via de acesso que é fundamental também para as empresas que lá estão instaladas. Investimento em curso neste momento: Uma fábrica de máquinas de moldes – Chetocorporation que está a fazer a implantação da fábrica; Já agora, dizer que o Business Center está em fase final de conclusão da obra. Schneider-form tem intenções bastante evidentes – Esteve cá o senhor Schneider muito recentemente, mesmo o*

presidente do conselho de administração, e deu essas indicações à administração portuguesa; JDD; E neste momento fruto de um rearranjo acionista a Euro-Yser; Goodryser e a AFS já solicitaram à Câmara uma reunião de trabalho, porque precisam de saber se podem crescer. Como sabe, na venda destes lotes houve ali umas reservas temporárias, naturalmente. E eu acho que não engano muito, mas estas empresas vão acionar a opção de compra porque efetivamente têm investimentos nesta área previstos e precisam dos terrenos. AFS, estamos a falar de uma empresa americana com uma nova tecnologia nestas áreas do ambiente e das energias alternativas e a vontade é efetivamente de crescer. Portanto, nós estamos á espera de um dos administradores, que não está em Portugal, regresse para podermos conversar com ele. Portanto, naturalmente que daremos também as informações ao senhor presidente da Junta que, como disse, tem sido um parceiro impecável nesta caminhada. Nem sempre é fácil, normalmente as reuniões com os proprietários dos terrenos são sempre algo tensas, muito piores que as Assembleias Municipais, porque quem compra quer comprar por menos dinheiro e quem vende quer sempre mais dinheiro. É legítimo. Mas eu acho que na questão da via vamos chegar a bom termo nestas questões. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze:** Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2017 – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: A Lei n.º 5/2004 de 10 fevereiro e posteriores alterações veio permitir a cobrança por parte dos Municípios respetivos, de uma taxa municipal de direitos de passagem, com o intuito de mitigar os encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público (Operadores), em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal; Que a taxa municipal de direitos de passagem é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; Que o percentual a aprovar por cada município deverá ser aprovado anualmente até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina (art.º 106, n.º 3, alínea b)), e o seu valor máximo é de 0,25%; Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento (art.º 106, n.º 4); Propõe-se nos termos e ao abrigo do preceituado no n.º 3 do art.º 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas) e posteriores alterações, conjugado com os art.º

33º, nº 1, alínea ccc) e para efeitos do art.º 25º, nº 1, alínea b) e c), do anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 setembro, a aplicação de um valor percentual de 0,25% com Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, para vigorar no ano de 2017.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É um repetir do que fizemos no ano passado. Ou seja, todos nós queremos que esta taxa tenha um outro impacto nos orçamentos. E isso é válido para a Associação de Municípios que tem vindo a reclamar junto dos governos, não é só do governo já são vários governos, de vários partidos. Mas não há meio de esta coisa andar. Portanto, enquanto não anda nós temos de aplicar a taxa e a proposta é manter, ou seja, 0,25% que é aquilo que nos é permitido para esta Taxa Municipal dos Direitos Passagem, neste caso, para o ano de 2017. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Ramos, do PS. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Ramos, do PS. =====

===== Boa noite, a todos. Como em anos anteriores esta taxa continua a ser injusta: No sentido em que não é quantificada; Não existe controlo; Gera desigualdade entre os consumidores de oliveirense, pois há operadoras que cobram esta taxa e outras não, dou como exemplo: sou consumidor da “NOS” e não pago esta taxa e há outros consumidores que a têm de pagar. Pelo que iremos votar contra. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresenta, com a seguinte votação: - a favor: dezasseis votos do PSD, três votos do CDS/PP e o voto do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - contra: dezasseis votos do PS. =====

===== **Ponto treze:** PI/9141/2009 – Evangelina Soares da Silva Unipessoal, Lda - Pedido de isenção de pagamento de taxas pela ocupação de espaço público com quiosque – Aprovação. =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre os pedidos de isenção de taxas não previstos em regulamento municipal, - a necessidade de promover, consolidar e estimular as atividades comerciais no concelho, nomeadamente o comércio local, - a política e o incentivo à regeneração urbana, que inclui também o mobiliário urbano, mesmo que privado, tendo este (quiosque) sido completamente substituído por um novo, o que acarretou um elevado investimento para a requerente, - que na atual conjuntura económica do país e das empresas, o pagamento de taxas desincentiva o investimento dos agentes económicos, - que se percebe que toda a envolvente do local desta ocupação do espaço público beneficiou com esta nova estrutura, embelezando-a, proponho: - ao abrigo da Lei nº 73/2015 de 12 de setembro, que seja deliberado pelo executivo municipal a intenção de isentar a requerente do pagamento da taxa pela ocupação do espaço público com o quiosque, para o ano 2016, num valor aproximado de 800€, como forma de compensação pelos constrangimentos provocados pelas obras que decorreram e ainda decorrem no local.”*=====

=====*O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*Estamos a falar do quiosque na General Humberto Delgado, junto à escola Soares de Basto. Aquele quiosque foi transformado, foi alterado e o proprietário fez um grande investimento naquele estabelecimento, também adaptando-o um pouco aquelas transformações que toda aquela zona está a levar, e agora vem, é um direito que lhe assiste, requerer esta isenção do pagamento de taxa. Estamos a falar de 800€, portanto, que é para mais um ano. Como sabe sempre colaboramos com o comerciante – até lhe emprestamos uma barraquinha de madeira – mas a logística foi sempre complicada. Nós percebemos que há ali um esforço de investimento para que aquilo ficasse uma coisa mais bonita. O senhor diz que gastou mais dinheiro. Nós já na reunião de Câmara associamo-nos a este pedido e votamos favoravelmente. E tem que vir à Assembleia Municipal e, portanto, deixo naturalmente aos senhores deputados a decisão de aprovarmos ou não. Sendo certo, como disse, para vir à Assembleia Municipal já passou pela reunião de Câmara Municipal.*=====

=====*Entrou o Senhor Presidente da Assembleia.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresenta, com a seguinte votação: - a favor: dezassete votos do PSD; três votos do CDS/PP e o voto Presidente da Junta*

de Freguesia de Cesar; - contra: treze votos do PS; - abstenções: voto do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara e o voto do Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== **Ponto catorze:** Proposta de atribuição de dois lugares de estacionamento de táxi em frente ao Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis – Aprovação;=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º1, alínea rr); - O pedido registado no E/13812/2016 para a criação de dois lugares de táxi em veículos elétricos frente ao Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, para pessoas com deficiência. - Atendendo que não existe no Conselho nenhum serviço igual ao proposto. Proponho: a. Que sejam criados dois lugares para táxi junto à entrada principal do Centro de Saúde. A colocação do sinal H1a com a inscrição TAXI 2 lugares e linha amarela M7. b. A colocação de dois postos de carregamento elétrico, sendo um para os táxis e o outro para o público. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quinze:** Proposta de sinalização vertical na Freguesia de Loureiro – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); - O pedido registado no E/10617/2016 da Junta de Freguesia de Loureiro para a colocação de sinalização vertical dentro da sua freguesia. Proponho: a. Que sejam aprovados os seguintes sinais de trânsito para a freguesia de Loureiro: Sinais de cedência de passagem (B1): 1. Na Travessa do Serrado no entroncamento com a Rua do Serrado. 2. Na Travessa Ferreira de Castro no entroncamento com a Rua Ferreira de Castro. 3. Na Travessa

da Igreja no entroncamento com a Rua César Pinho. Sinais de paragem obrigatória (B2): 1. Na Rua do Freixo, no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 2. Na Rua da Londreira no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 3. Na Rua Alma da Moura no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 4. Na Rua da Moura no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 5. Na Rua do Faial no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 6. Na Travessa do Outeiro no cruzamento com a Rua da Vidigueira. 7. Na Travessa Bento Carqueja no cruzamento com a Rua Dr. Sá Carneiro. 8. Na Rua da Cova da Raposa no cruzamento com a Travessa do Faial. 9. Na Rua do Ervedal no cruzamento com a Rua do Feital. 10. Na Travessa Ferreira de Castro no entroncamento com a Rua do Feital. 11. Na Rua da Boavista no entroncamento com a Rua da Póvoa. 12. Na Rua do Pinhal no entroncamento com a Rua da Póvoa. 13. Na Calçada de Macieira no entroncamento com a Rua de Macieira. 14. Na Rua do Marco no entroncamento com a Rua de Macieira. 15. Na Rua Manuel Alves Pereira da Cruz no entroncamento com a Rua de Macieira. 16. Na Rua da Boavista no entroncamento com a Rua de Macieira. 17. Na Travessa de Valverde no cruzamento com a Rua Dr. António Duarte. 18. Na Praça da Alumieira (que vem da Rua dos Correios) no cruzamento com a Rua da Indústria. 19. Na Travessa da Industria Norte no entroncamento com a Rua da Industria. 20. No Beco da Industria no entroncamento com a Rua da Indústria. 21. Na Travessa das Alminhas no cruzamento com a Rua do Pinhal. 22. Na Travessa da Boavista no cruzamento com a Rua do Pinhal. 23. Na Travessa das Agradas no entroncamento com a Rua das Agradas. 24. Na Rua Banda Musical no entroncamento com a Rua do Barão. 25. Na Travessa do Barão no entroncamento com a Rua do Barão. 26. Na Travessa Bento Carqueja no entroncamento com a Rua do Outeiro. 27. Na Rua do Penedo no cruzamento com a Rua Pombal da Igreja. 28. Na Rua D. Afonso III no entroncamento com a Rua Pombal da Igreja. 29. Na Rua de S. Pedro no entroncamento com a Rua Cónego Pires Valente. 30. Na Rua de S. Pedro no entroncamento com a Rua de S. António. Sinais de lomba (A2a) e de passagem de peões (A16a): Na Rua Nossa Senhora da Esperança, um poste com o sinal de passagem de peões (A16a) + um sinal de lomba (A2a) antes da assadeira elevada e outro poste com os mesmos dois sinais depois. Sinais de Estrada sem Saída (H4): 1. No início do Beco da Cruz. 2. No início do Beco do Barão. 3. No início do Beco da Fonte. Sinais de Sentido Proibido (C01): 1. Na Rua do Penedo no cruzamento com a Rua Pombal da Igreja, no sentido Rua do Barão, (Sul – Norte). 2. Na Rua da Praça da Alumieira (Este, junto à EBI) no entroncamento com a Rua Pombal da Igreja, no sentido Sul - Norte. 3. Na Rua da Praça da Alumieira (lado Sul), no entroncamento com a Rua César Pinho, no sentido Poente – Nascente. Sinal de Sentido Obrigatório virar à Esquerda (D1d): 1. Na Rua César Pinho no entroncamento com a Praça da Alumieira. 2. Sinal de Sentido Obrigatório de seguir em frente (D1c): 3. Na Rua do Pombal da Igreja no entroncamento com a Praça da Alumieira. Sinal de Proibido a Trânsito de Pesados (C03b): 1. No início da Rua da Fonte no entroncamento com a Rua do Emigrante. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É uma proposta da Junta de Freguesia de Loureiro, e acho que não há dúvidas relativamente a essa matéria.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de alteração da postura de trânsito na Rua General Humberto Delgado, Freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - O histórico de congestionamento de trânsito na Rua Eng.º Arantes de Oliveira aquando da descarga de alunos na escola Secundária Soares Basto, derivado do trânsito na rua General Humberto Delgado ser no sentido Nascente – Poente; - Considerando que a rua Eng.º Arantes de Oliveira é uma das principais artérias da cidade que dá ligação a vários equipamentos e serve de entrada e saída do lado Sul da cidade, sendo que o congestionamento verificado, provoca conflitos e atrasos na livre circulação de trânsito; - Afigura-se mais conveniente fazer tal descarga de alunos, alterando o sentido da Rua General Humberto Delgado para Poente – Nascente com acesso pela Rua da Imprensa Oliveirense, visto esta ser mais perimetral, mais larga e facilita a maior fluidez do trânsito no núcleo central da cidade; e - O parecer favorável da GNR e dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, entidades que integram a Comissão Municipal de Trânsito. Proponho: a. A alteração da postura de trânsito na Rua General Humberto Delgado para o sentido Poente – Nascente. b. Os sinais a implementar serão os seguintes: Sinal de sentido único (H3) no início da rua; 3 Sinais de passagem de peões (H7) junto das passadeiras; Sinal de aproximação de travessia de crianças (I8); Sinal de trânsito proibido na entrada da rua Otão Luís; Sinal de paragem obrigatória em cruzamentos e entroncamentos (B2), sinal de sentido proibido (C1) e sinal de sentido obrigatório (D1a) no final da rua. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Carlos Afonso, do PS. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Afonso, do PS. =====

===== Em primeiro lugar, esta Assembleia não sabe qual foi a votação desta proposta no executivo, aquilo que foi entregue aos membros desta Assembleia era uma proposta que ia a votação do executivo na data de hoje e nós não sabemos se foi aprovada ou rejeitada essa proposta. O Partido Socialista também lamenta que o Executivo Municipal desrespeite esta Assembleia executando e implementada uma nova postura de trânsito para a Rua General Humberto Delgado sem que a mesma tivesse sido aprovada por esta Assembleia, órgão próprio para o efeito. Parece que o Executivo vê esta Assembleia como um órgão Autárquicos decorativo e não com funções de fiscalização e de aprovação. Sim: sem a aprovação desta Assembleia Municipal, a postura de trânsito não poderá entrar em vigor sendo toda aquela sinalética ilegal por não aprovada podendo daí advir consequências para o Município por alteração da postura sem a devida aprovação pela Assembleia Municipal. O Partido Socialista nada tem contra a inovação e as novas soluções. Contudo, a solução apresentada, parece-nos não ser a mais adequada para aquela situação em concreto. Senão, vejamos: A Rua General Humberto Delgado tem um sinal de STOP para entrar na Rua Engenheiro Arantes de Oliveira: - Logo, o trânsito na Rua Humberto Delgado fica congestionado. A Rua General Humberto Delgado ficaria certamente mais descongestionada, caso não tivesse construído estacionamento do lado da Escola. O que se passa na realidade e por experiência própria, temos que o trânsito na Rua General Humberto Delgado ficou altamente congestionado e impossível de transitar nas horas de ponta. A razão é que os pais dos alunos estacionam os carros perpendicularmente os estacionamentos em espinha do lado dos prédios e o intervalo entre esses carros e o estacionamento do lado da Escola e as árvores, não passa um carro; Um veículo de emergência tem dificuldade se não impossibilidade de lá circular nas horas de ponta. Assim, é fundamental, na nossa perspetiva, que haja vigilância policial, junto à Escola Soares de Basto, para os pais não estacionarem os carros em segunda fila e estorvarem o trânsito. Por outro lado, o sinal de STOP terá que ser reavaliado, para poder dar uma melhor fluidez de trânsito para sair da Rua General Humberto Delgado, para entrar melhor na Rua Arantes de Oliveira. Como este modelo não foi testado anteriormente, vamos aguardar pelo seu resultado. =

===== Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Senhor presidente, em primeiro lugar dar nota que a intenção da Câmara Municipal (seu Executivo) não foi em nenhuma circunstância desrespeitar o órgão Assembleia

Municipal. Permita-me, senhor presidente, contextualizar: Concordando, em parte, com o que disse o senhor deputado Carlos Afonso, naturalmente naquilo que diz respeito à legalidade e essas questões, porque todos sabemos a necessidade de aprovação em sede de Assembleia Municipal. Mas, o que aconteceu foi que: nós fomos sensíveis - eu já expliquei isto - a uma sugestão que nos foi apresentada pela GNR e pelos Bombeiros. Porque, como sabem, estas alterações ao trânsito tiveram uma participação ativa, quer da Comissão – já foi aqui discutido muitas vezes, vocês lembram-se, estivemos aqui muitas horas a discutir esta matéria – e, conforme já também aqui foi feita a referência, a GNR tem feito um acompanhamento preventivo, colaborativo; E na altura coincidia com a abertura do ano escolar. E a GNR disse-nos: É a altura de nós mudarmos o sentido do trânsito. Tendo em conta os congestionamentos que ocorriam na Arantes de Oliveira, quando o trânsito era no sentido contrário aquele que está hoje. Eu tenho que confessar senhor deputado: Fomos sensíveis a este pedido da GNR. Correndo naturalmente o risco que o senhor deputado ali explicitou. Não vamos estar aqui a dourar a pírula, não é? Acontece que - conforme já hoje foi dito em resposta ao deputado Nuno de Jesus – esse STOP eu vim para aqui cedo e vim por baixo – mas eu quase que me atrevo a dizer que o STOP já lá não está. Ainda está? De certeza? Se estava quando eu vim para aqui ainda lá deve estar. Ok, senhor Ramos, eu estou a dizer porque eu não passei lá. Eu não estou em condições, porque não sei daqui, de dizer que já lá não está. Porque senão dizia. Mas quando sairmos daqui vamos lá passar e ver se está. Porquê? A ideia é, perante o que se passou esta semana, proceder ao levantamento desse STOP, colocar uns pinos - Já está? Pronto, o Nuno de Jesus está a dizer que já está. Que é para quê? A via General Humberto Delgado não ter que parar, é uma via dedicada à direita e não faz o constrangimento do para/ arranca. Esta solução pode não ser a definitiva mas, as indicações que nos deram é que, permite o desanuviamiento da paragem para deixar a criança para a Escola, a pessoa arranca com o carro e já não para mais. Não para mais se não houver trânsito, percebe o que estou a dizer? Não tem que para é no STOP. Corta à direita e, depois, volta a ter duas vias e vai à Rotunda das 19 Freguesias um só Coração. E também é uma sugestão que a GNR nos deu. Portanto, da Rotundo das Rotários (antiga Churrasqueira) passa a haver uma via mais encostada ao lado esquerdo; Como é proibido cortar à direita o trânsito fluiu pelo lado esquerdo e o trânsito que vem da Escola entra pelo lado direito e depois volta à situação normal. De alguma forma desanuvia, não é? O que estava lá era o STOP, - Carlos Afonso - ponto final parágrafo. E, o STOP provocava o constrangimento, porque as pessoas paravam: para, arranca. Como eu disse – Nós estamos atentos ao que se passa. E voto a referir – mas já devia ter pensado nisso tudo antes – há aqui coisas que é só mesmo no terreno, conforme já aqui descrevi a situação de Santo António, só mesmo indo ao sítio para perceber que aquilo não estava bem, ponto final parágrafo. E aqui é essa a situação. Eu não disse aqui ao microfone mas, para ficar registado em ata, a proposta foi aprovada na reunião de Câmara. Percebo a pergunta do senhor deputado. Ela foi aprovada e nós partimos do pressuposto que ela ia ser aprovada. Se calhar pode haver aqui algum abuso de sugestão de convocatória.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno de Jesus, do PS. =====

===== A proposta fala no sinal de STOP. Se ele ainda lá está vai sair? Temos de ter em conta isso porque a proposta está com o STOP. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para mais esclarecimentos. =====

===== Então~, é assim: - se é por causa de tirar o STOP: Podem votar a favor porque a proposta é a dizer que o STOP sai, não está aqui mas fazemos essa retificação. Só para não fazermos uma Assembleia Municipal por causa do STOP. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, com a seguinte alteração: "b. Os sinais a implementar serão os seguintes: Sinal de sentido único (H3) no início da rua; 3 Sinais de passagem de peões (H7) junto das passadeiras; Sinal de aproximação de travessia de crianças (I8); Sinal de trânsito proibido na entrada da Rua Otão Luís; Sinal de sentido proibido (C1) e sinal de sentido obrigatório (D1a) no final da rua". =====

===== **Ponto dezassete:** Desafetação de domínio público para domínio privado municipal – Arruamento de acesso ao Reservatório de Mirões, Freguesia de Cesar – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: "O arruamento de acesso ao reservatório de Mirões, Cesar, foi aberto em terra batida e posteriormente pavimentado. Através das sucessivas operações urbanísticas que com ele faziam, tem sido promovida a beneficiação do seu perfil transversal, sobretudo na margem norte, através de cedências para domínio público, do qual o alvará de loteamento n.º 78/88 é um exemplo. Contudo, não tendo existido um plano de alinhamentos ao longo do tempo, existem alargamentos que se traduzem num zigzaguear das áreas destinadas a passeio e a estacionamento que nada contribuem para a legibilidade e coerência do espaço público. A situação em apreço é um destes casos, pelo que para efeitos de qualificação do espaço público existente se pretende a desafetação de área inserida em domínio público através da emissão do alvará de loteamento n.º 78/88, para domínio privado municipal, tendo em vista a regularização do alinhamento desse troço de arruamento público. O bem a desafetar, 67,11 m², já foi previamente avaliado, conforme documento anexo, perfazendo um valor total de 2.712,15€ (dois mil setecentos e doze euros e quinze cêntimos). Foi ouvida a Junta de Freguesia de Cesar, que não se opõe ao pretendido. Em termos urbanísticos, o arruamento, construído para acesso ao

depósito da água, apenas dá acesso para edificabilidade na margem norte a 3 terrenos, dois deles já ocupados com unidades industriais. Considerando a reduzida intensidade de tráfego rodoviário, bem como a manutenção da largura consolidada da faixa de rodagem e de passeio, o pedido formulado não afeta a segurança rodoviária nem as condições para ações de salvaguarda de bens e pessoas por veículos de emergência. Ou seja, não ofende a utilidade pública, e permite a regularização do alinhamento. Nestes termos, e ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, venho propor que seja solicitado à Assembleia Municipal a aprovação para desafetação de 67,11 m2 de área cedida para domínio público para domínio privado municipal.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é um pedido da Junta de Freguesia Cesar de uma desafetação. Julgo que é uma situação simples e não tem grandes inconvenientes.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezoito:** *Desafetação de domínio público para domínio privado municipal da parcela de Terreno na Rua Manuel Joaquim Costa Pereira, Freguesia de Santiago de Ribai - Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando a informação do assistente técnico Humberto Graça, que tem por objetivo o reordenamento do território, nos termos do artigo 23.º, n.º 2 alínea n) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, proponho a aprovação da desafetação do domínio público, da parcela identificadas na informação anexa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, devendo a mesma ser remetida para a Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 25.º n.º 1 alínea h) do mesmo diploma.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Uma informação prévio: A proposta foi aprovada com os votos favoráveis do PSD e com os votos contra do Partido Socialista com declaração de voto. Foi assim o resultado da votação. Posto isto, dar nota do seguinte: Nesta desafetação do domínio público estamos a falar,*

de uma nova entrada, da requalificação da entrada de Oliveira de Azeméis (cidade) via S. Martinho da Gândara / Madail / Santiago / Ovar, portanto, estamos a falar do acesso que é feito pela zona da elétrica de Santiago, na zona de Figueiredo. É uma nova acessibilidade. Esta desafetação vai permitir uma nova acessibilidade à cidade e uma nova acessibilidade à zona industrial de Oliveira de Azeméis, aproveitando a via do Carpan, rotunda do Carpan, e todo o acesso que é feito depois à zona industrial de Oliveira de Azeméis. Como sabem, aquilo que está hoje, é uma via estreita, apesar de estar devidamente pavimentada depois de alguns meses de obra que foi feita da Lactogal, essa estrada é uma estrada estreita, perigosa, com preexistências de construção de um lado e do outro e com dificuldades, naturalmente, de alargamento, e é uma via com muito trânsito à saída da cidade e trânsito à entrada. O que está aqui em causa é uma vontade expressa já há muito tempo pela Junta de Freguesia, então Junta de Freguesia Santiago de Riba-Ul, hoje Junta de Freguesia da União das Freguesias, no sentido de criar essa nova acessibilidade. Uma acessibilidade que seja condizente também e que vai entroncar com uma via do mesmo aspeto que está já hoje colocada no terreno que é a tal via do Carpan, numa rotunda que está em mau estado de conservação porque tem ervas e está cheia de mato. Mas, como sabem, essa via não está na sua plenitude fruto de estar inviabilizada com esta ligação que agora se quer ser feita. O que é que isto obriga? Obriga, naturalmente, aos privados, aos proprietários do terreno que estão disponíveis para ceder terreno à Câmara Municipal, para que a Câmara Municipal possa fazer este investimento. Pergunta os senhores deputados: Mas estamos a falar de um investimento de quanto? E eu respondo: O investimento que está previsto para esta obra ronda os 250 mil euros. Ou seja, é o investimento que os técnicos da Câmara Municipal apontam para a conclusão desta obra que vai naturalmente transformar aquele espaço. Dirão os senhores deputados: Então, mas não é possível fazer isto de outra maneira, não é possível aproveitar um caminho que lá está, etc..., etc...? Não. Porque o caminho que lá está, não dá acesso à rotunda do Carpan, dá acesso a uma casa de habitação de uns senhores que estão imigrados e que só vêm cá no verão e é um caminho estreito que não tem a ver com a grandeza e a dimensão e a nobreza que se quer dar a uma entrada nova na cidade e um acesso novo à zona industrial. Dirão os senhores: Então, o privado dá o terreno e o que é que quer em troca? Neste momento, o privado não quer nada em troca, o privado quer comutar o terreno. E, a Câmara Municipal, naturalmente, dá-lhe possibilidade e capacidade de construção para futuro. Portanto, é uma cedência de terreno e portanto há aqui contrapartidas a dar. Parece-nos que, não envolve montantes financeiros. Portanto, nós não temos de pagar nada, não aqui nenhuma situação de pagamento de terrenos aos proprietários, estamos a falar de três pessoas já com alguma idade que estão em Braga. E, nós conseguimos essa disponibilidade para, tendo em conta a disponibilidade do senhor que veio falar connosco e falou com a Junta de Freguesia e com o senhor vice presidente da Câmara, que efetivamente pudesse dar nobreza aquele espaço. Espaço que tem potencial, que acresce a tudo isto: Tem um potencial interessante que tem a ver com um Parque de Lazer que também pode ser construído; Pela valorização ambiental de um conjunto significativo de árvores e de espécies que ali estão. Portanto, é a proposta que

nós fazemos à Assembleia Municipal. Estando naturalmente disponíveis, dentro daquelas que são as nossas capacidades, dar os esclarecimentos que entender necessário. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão, do PS e do senhor Carlos Silva – Presidente de Junta da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-UI/ UI/ Macinhata da Seixa e Madail. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Para que a discussão não fique inquinada dizer que, o Partido Socialista, como é natural, não tem nada contra a necessidade de se fazer ali esta obra. Tanto é que em 2010 já propôs, já sinalizou a necessidade de se fazer ali uma intervenção. Mereceu, em sede de Executivo, naturalmente, uma votação contrária porque, enfim, entenderam que havia outras prioridades. Agora a situação mudou. Portanto não há nada. Em função, como diria o doutor António Rosa, para não dizer que eu sou tendencioso – em função do contexto, da circunstância e tal.... Mas, como diz o senhor vereador Ricardo, que se vai rindo destas coisas como se isto não fosse importante. Aliás, até votavam o ponto anterior com um sinal que já não estava. Enfim, voltando à essência da questão: Mas, há uma proposta agora, que o senhor presidente disse, que irá custar 250 mil euros tendo em conta o que é necessário lá fazer. Há uma proposta anterior, também conhecida, que apontava para uma solução diferente aproveitando o traçado e que apontava para um custo de 100 mil euros. Não se riam, é discussão, podem apresentar os argumentos e dizer: Olhe, é por isto que queremos esta, é por isto que queremos aquela. É só isto. É tão simples quanto isto. Não há nenhum parecer técnico, neste momento, que nos permita dizer: Esta solução é por isto, é porque implica que haja uma permuta de terrenos, é por isso que não há a utilização do atual traçado, é por isso que vai ter um custo superior. Além disso, senhor presidente, nos documentos anexos há definição de um conjunto de lotes em zona verde que implicam alteração ao PDM; Ou, se não houver alteração, implicam violação do PDM. Isto é claro, está nos documentos que nos foram remetidos e a toda a Assembleia. E, portanto, nunca votaremos uma proposta que indicia que pode haver violação ao PDM, isso é garantido. E ainda para mais numa zona verde. E como o senhor presidente disse: “... há a possibilidade de fazer ali um campo de lazer”. Mais um campo de lazer, enfim, até para a prática de desporto informal – como o senhor presidente disse em outro ponto. E, portanto, mais uma vez, a alteração de uma zona verde, tal como está nos documentos que nos foram enviados, não nos permite, em consciência, votar naturalmente a favor esta proposta. Agora, se o senhor presidente puder, dar, nesta Assembleia, o compromisso de que não haverá alterações ao PDM e a essa zona verde tal como está nos documentos; Naturalmente que nos abstermos e não temos nada a dizer. Pode não ser a nossa opção. Não seria a nossa solução. Pelo menos estudaríamos duas alternativas e teríamos pareceres técnicos que nos pudéssemos suportar, porque

naturalmente nenhum de nós é jurista. Mas naturalmente que nos abstermos se puder dar esse esclarecimento. Seja como for, deixamos a nossa declaração de voto, que está naturalmente condicionada à explicação que o senhor presidente de Câmara possa entender dar e ajudar naturalmente esta Assembleia. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Carlos Silva – Presidente de Junta da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis/Santiago de Riba-Ul/ Ul/ Macinhata da Seixa e Madail. =====

===== Este assunto já muito discutido esta manhã em sede de reunião de Câmara e na qual me foi dada a oportunidade de intervir no sentido de serem esclarecidas algumas das muitas dúvidas que foram levantadas. Atrevo-me a dizer que muitas delas foram – julgo eu ou penso eu – ultrapassadas e que esgrimidos os vários pontos de vista, tirando um ou outro ponto de vista divergente, pelo menos no essencial julgo que todos reconheceram a importância da necessidade imperativa da realização desta obra. De manha, discutia-se, a certo momento, e a informação corria à velocidade da luz, pena que relativamente a este ponto não tenha corrido para os membros da Assembleia e que se coloque novamente em causa, no fundo, - até pela intervenção do senhor deputado Bruno Aragão, algumas das premissas iniciais à construção desta via que consideramos essencial. E naturalmente que, a existirem dúvidas, cabe a mim também, porque sou parte interveniente no processo, vir aqui clarificar e porque acho que deve ser claro para todos. E para que não se passe uma mensagem, para quem não é conhecedor do assunto, relativamente aquilo que é a verdade dos factos, julgo que é de facto necessário essa explicação: Primeiro, quero que fique bem claro que esta é uma obra que já reivindicamos antes do ano 2010, portanto, ela fazia parte do nosso compromisso eleitoral, enquanto Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul, e pelas mais várias razões não foi possível fazer até ao momento pese embora a nossa insistência. O que significa que, estando cada vez mais perto da sua execução, este deveria ser um momento de satisfação e não o momento de conflito. E, se nós – Junta de Freguesia – andamos já quase há sete anos e tal para que este dia chegue; O que dizer dos moradores e utentes que assinaram este abaixo-assinado (que aqui está) que tem mais de 300 assinaturas e que, no fundo, não são mais do que a opinião de muitos moradores da envolvente das várias freguesias vizinhas e dos vários concelhos vizinhos e que sustenta, de certa forma, que lutemos com todas as nossas forças para que esta via seja de facto uma realidade. E garanto-vos aqui, hoje mesmo, que não nos vamos desviar um milímetro sequer que seja desta concretização e desse mesmo propósito. Em primeiro lugar, e é importante que se clarifique que a Rua Manuel Joaquim Costa Pereira, mais conhecida pela Rua Dr. Manecas, é um caminho em terra batida, em muito mau estado, e que apenas serve uma moradia. E como o senhor presidente da Câmara já aqui disse e muito bem – não faz qualquer ligação á rotunda - chamada do Carpan. Isto significa que para além de ser um caminho estreito, a ser construída uma avenida com a dignidade que merece e usando o dito caminho, teria de ser negociado o seu

alargamento com os proprietários, assim como teria de ser comprado uma parte substancial de uma parcela de terreno que permitisse a ligação à rotunda porque ela de facto não existe. Aos proprietários caberia sempre a opção de decidir se sim ou se não. Mas imaginemos, nós, que a decidir-se pela concretização da hipótese de se fazer aa avenida pelo caminho que aqui se disse, estaríamos a fazer uma avenida que não tem qualquer sentido, não é tecnicamente aceitável porque não daria continuidade à infraestrutura pré-existente. Sem falar nos problemas de segurança que daí adviriam ao vir desembocar na Rua Ator Alfredo Ferreira da Silva, pela reduzida visibilidade como é facilmente perceptível no terreno a quem lá se deslocar. Depois, importa destacar que: Fomos nós quem estabeleceu os contactos com os proprietários; vários contactos; E que os principais interessados nesta obra somos nós, Junta de Freguesia e Câmara Municipal; Nós é que consideramos prioritária a necessidade de construção desta via. Nós é que fomos incomodar quem estava quietinho lá no seu canto. E, portanto, importa também aqui realçar a postura dos proprietários - uma família com raízes oliveirenses que vivem em Braga, como já aqui também foi dito – e que imediatamente disseram: Sim. Porque consideram, tal como nós, crucial que se invista no desenvolvimento da nossa terra; Não exigindo qualquer contrapartida financeira a ser paga por esta permuta. Felizes de nós, presidentes de Junta de Freguesia, se tivéssemos muitos proprietários com uma postura assim tão nobre. A fazer-se a obra, achamos que a mesma deve ser feita numa ligação adequada. E depois de alguns estudos, o que está a ser apresentado, é aquele que consideramos o mais adequado e também pelos técnicos envolvidos na execução do projeto, no que diz respeito à construção da avenida, que é o que está aqui em questão, neste momento, e consequentemente o mais coerente com o já existente: ou seja, mantendo a largura da avenida de acordo com a ligação que já existe na infraestrutura a montante. As vantagens desta construção são evidentes: Primeiro estão expressas neste documento que acabei de mostrar. Subscreveram este abaixo-assinado: as dezenas de pessoas que nos abordam também para a sua realização no dia-a-dia. E são muitas. E este é de facto o melhor exemplo da necessidade da concretização desta obra. Trata-se de uma ligação á entrada da cidade – como o senhor presidente da Câmara também disse. Trata-se de uma acessibilidade mais fácil e rápida à zona industrial que passará a ser o principal eixo de ligação, sem qualquer dúvida. É um troço que servirá para além de Santiago de Riba-Ul, Madail, S. Martinho da Gândara, uma parte de Cucujães, uma parte de Loureiro, e até concelhos vizinhos S. Vicente de Pereira, Válega, Ovar. A única exigência por parte dos proprietários, ao solicitarmos esta permuta, foia de ficarem com uma pequena área de terreno que permita a construção de pequeno loteamento: E estamos a falar de uma área muito mais pequena do que aquela que existe atualmente e na qual é possível construir. Portanto, consideramos que, é mais do que justo atribuir este loteamento aos proprietários. A execução deste loteamento, que não saberemos quando será feito, e que esperamos que venha a ser feito, também é benéfico porque trata-se de um investimento no nosso concelho, numa das nossas freguesias, ou seja: vamos ter mais oferta ao nível da habitação, vamos ter mais população. E julgo que nisso somos todos unanimes em considerar que são em duvidada fatores e aspetos

muito positivos. Está aqui ainda em equação, a cedência de uma área considerável de terreno por parte dos proprietários, mais de 25 mil metros quadrados, enquadrado no espaço verde que está no estudo apresentado e que, tratando-se de um estudo, não é naturalmente vinculativo, é apenas uma proposta contempla um campo de futebol, um parque de jogos, uma churrasqueira; pode, ou não, ser feito; Trata-se apenas de um estudo; Área essa que também não é necessário pagar por parte e da Autarquia um único euro. E que vai permitir a criação de uma zona aprazível, um espaço de lazer que requer investimento baixo e que nós – Junta de Freguesia – estamos disponíveis para assumir mais esta obra pelo benefício que vai trazer a todo este lugar e pela riqueza da sua flora, que é de facto de um valor incalculável. Relativamente aquilo que o deputado Bruno Aragão aqui disse, dos 100 mil euros. Portanto, estão a usar este argumento, já o usaram na parte da manhã. Dada a abertura que tive pra com todos os membros que estiveram na reunião de Câmara: Nós, na altura, quando pensamos na viabilidades desta construção, decidimos fazer um estudo e tentar perceber por quanto é que ficaria esta obra. E na altura o que fizemos foi, precisamente, com umas linhas simples, um estudo nosso, pedir um preço a um empreiteiro; Portanto, numa via que seria uma via de ligação simples, naturalmente que, depois, feito um estudo mais aprofundado pelos técnicos da Câmara Municipal, que contempla também a ligação à outra moradia e a um estacionamento que iria dar acesso à nova zona de lazer: Portanto este valor de 100 mil euros, que não eram 100 mil euros eram 88 mil euros mais IVA, passa a ser um investimento superior e daí a razão desta diferença de preços. Agora, não tenham qualquer dúvida e é isso que eu queria, sem mais floreios, dizer: - Que de facto é vital e importante esta ligação. Consideramos imperativa. E portanto não existe aqui nenhuma jogada por detrás. O que existe é apenas e tão só, a necessidade de progresso e desenvolvimento da nossa freguesia.=====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Senhor presidente, três notas muito breves e importantes nesta discussão, para que fique claro: Nós estamos a tratar da desafetação do domínio público para domínio privado municipal de uma parcela de terreno, ou seja: estamos a falar de uma troca de 808 por 2416 metros. É o que estamos a discutir, hoje. Não estamos a aprovar nenhum loteamento. Nenhum loteamento. E queria dar a garantia ao senhor deputado Bruno Aragão que nenhum loteamento em Oliveira de Azeméis será aprovado violando o PDM, ponto final, parágrafo. Sabe que, aprovar um loteamento violando o PDM dá logo perda de mandato, para além de outras coisas. Eu garanto-lhe que nenhum loteamento em Oliveira de Azeméis é aprovado violando o PDM. E o que nós estamos aqui a falar hoje não é de dar viabilidade a isto, não é aprovar o loteamento daquilo, não é nada disso. O que estamos a falar é da desafetação de uma parcela de terreno, uma permuta de terreno. O desenho tem aí uma série de outras coisas, o desenho. Mas não

estamos a aprovar nada hoje. Hoje, circunscrevemo-nos a esta questão. Senhor presidente, julgo que era importante dar este esclarecimento. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Agradeço, senhor presidente. É exatamente para isso que aqui estamos, para discutir documentos, propostas, ideias, nem que seja até à hora do pequeno-almoço porque a seguir temos todos de ir trabalhar. E não é uma questão, como é óbvio, de ter um jogo por detrás - ninguém disse isso; Tal como, não é uma questão de satisfação ou de conflito. Todos achamos que é importante ter ali aquela infraestrutura. Isso não está sequer em causa. A questão é: Como e qual? Isso é que é depois fazer a gestão Autárquica, naturalmente. O Senhor presidente de Junta, o senhor e muito bem - naturalmente estará escudado por esse tipo de documentação - Diz que, não é tecnicamente viável, outra alternativa. Foi exatamente isso que eu falei: Nós não temos nenhum parecer técnico que nos diga que aquela ou que outra opção são as mais interessantes. O senhor diz que há um estudo que aprofundado da Autarquia que mostra que esta é que é a melhor opção. É exatamente isso que pedíamos. Se nos pedem para aprovar e para debater um determinado assunto, se há essa documentação, pois, naturalmente, ela é feita chegar aos membros da Assembleia Municipal esse tal estudo aprofundado feito pelos técnicos da Autarquia que diz que esta é que é a melhor opção e que diz que, tecnicamente, há outra que é inviável. Porque se não o preço que o senhor diz de 100 mil euros – Que eu percebo qual é que foi a ideia: Ok- Vamos ter uma estimativa; -tem tanto valor como este que agora vamos porque eu não tenho nenhum parecer técnico e não sei se é 250, se é 300, se é outra coisa qualquer. É isto que nós estamos a dizer quando pensamos, naturalmente, nestas questões. Mas, como o senhor presidente da Câmara diz e muito bem, - “não haverá, em nenhum momento, violação do PDM”. Portanto, a intenção mantém-se de se fazer ali uma infraestrutura, naturalmente que nos abstermos. A questão não está sequer nisso. Aliás, por isso é que já houve uma proposta nesse sentido. As questões devem-se colocar exatamente onde elas estão, não é: Lá estão vocês - o progresso; e contra gente que vem para aqui viver. Nem sequer é uma via estruturante, é uma via fundamental. A questão não é essa. A questão é: Se nos pedem para nos pronunciarmos sobre um determinado assunto, nós temos de ter documentos que suportam naturalmente a nossa votação. É só isso. Se eles existem: É mais fácil; É simples. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresenta, com a seguinte votação: - a favor: dezasseis votos do PSD, três votos do CDS/PP, o voto do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, o voto do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara, o voto do Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, o voto do Presidente da Junta de

Freguesia de Cucujães, o voto do Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, o voto do Presidente da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz; - abstenções: doze votos do PS.=====

===== **Ponto dezanove:** *Regulamento de Utilização de Bicicletas Públicas de Uso Partilhado – BikeSharing – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Os parques de bicicletas públicas de uso partilhado estão a ser instalados na cidade, estando já um disponível na Praça da Cidade / Loja Interativa de Turismo; É importante estabelecer regras de utilização deste sistema, que salvaguardem quer a segurança do utilizador quer a longevidade dos equipamentos, proponho: A aprovação do regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; Que no período experimental, a utilização seja gratuita para os residentes em Oliveira de Azeméis.”*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Conforme já hoje falamos também neste sistema de utilização de bicicletas públicas e portanto isto tem que ter um regulamento de utilização. Já foi também aprovado em reunião de Câmara Municipal e precisa naturalmente de ser aprovado e ratificado em sede de Assembleia Municipal para poder ser implementado e estar devidamente aprovado.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do senhor Rui Manuel Pinho Costa, Albino António Pereira de Oliveira, Manuel da Costa Resende, Leonel Martins e da senhora Catarina Soares.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Rui Pinho Costa, residente em Rua Santiago do Lobão, Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Boa noite, senhor presidente, senhores vereadores, meus senhores e minhas senhoras. Como devem calcular estou aqui pelas alterações de trânsito que foram sujeitas as*

ruas Conde Santiago de Lobão e as afluentes. Acho que foi uma decisão boa no sentido de fluir o trânsito nessa zona, sem dúvida. Trataram com os agentes de segurança e com os da emergência, acho que foi bem feito mas, esqueceram-se de também tratar esse assunto com os comerciantes e com os moradores e com as pessoas que usufruem dessa artéria. Vocês bem sabem que o trânsito confluiu com muita intensidade nessa zona. É certo que, resolveram um problema importante. Mas também criaram outros graves para o comércio, para os moradores e para as pessoas que usufruíam daquele local. Uma artéria de comércio, importante. Vou falar de um assunto que também poderia ter sido sujeito a apreciação, que era: a rua que une as Barrocas à Farrapa; Portanto, aquele viaduto que foi construído - Acho que no anterior mandato do Sr. Aipo Assunção- penso eu era uma das artérias que poderia ter sido prolongada para fazer um desvio do trânsito. Era uma das possibilidades. Essa obra ficou interrompida. Aquela zona perdeu quase 30 lugares de estacionamento, entretanto tornaram criar meia dúzia numa rua mais á frente. E é por isso que eu estou aqui, em nome dos comerciantes e moradores daquela artéria, e gostava que nessa zona criassem estacionamentos. Tiraram estacionamentos. Acho que o sentido do trânsito está muito bem. Tiraram de lá os estacionamentos e é preciso arranjar uma solução urgente porque isso prejudica imenso a qualidade de vida das pessoas. Até as que passavam nessa rua e faziam o seu dia-a-dia normal perderam, e vão perder, se continuar assim como está e se não forem tomadas medidas urgentes. Porque isso é fundamental. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Albino António Pereira de Oliveira, residente em Rua Santiago do Lobão, Oliveira de Azeméis. =====

===== Boa noite, a todos os presentes. É a primeira vez que venho a uma Assembleia. A única coisa que eu quero apontar, objetivamente, é só uma: Em Santo António, é proibido parar o carro, para os habitantes e para os que passam lá, portanto, não se pode parar o carro em lado nenhum. É só isso. Nem comerciantes. Não se pode parar o carro. Soluções para isso há. É só isto, mais nada. Portanto, há uma nota proibitiva de parar o carro, em Santo António e arredores. Está feito, está dito. Façam o que tiverem a entenderem e o que devem fazer. Continuação de uma boa noite. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Manuel da Costa Resende, comerciante na Rua Conde Santiago do Lobão, Oliveira de Azeméis. =====

===== Boa noite, a todos. Eu só venho concretizar um bocadinho mais o que os meus colegas acabaram de dizer, porque talvez não fossem tão explícitos. Eu estive na altura com o senhor vice-presidente da Câmara e com o senhor presidente da Câmara e nós chegamos á

conclusão em alguns pontos: inclusive alguns foram sugeridos pelo senhor Ricardo e pelo senhor presidente. Acontece que, depois da nossa conversa e da observação que se fez da zona, a Rua 25 de Abril imperiosamente tem de ter um estacionamento. Foram roubados dois: quer do lado esquerdo, quer do lado direito; O senhor vice-presidente na altura fez uma observação credível, que era: A zona que virava para a Zona Industrial tinha de ter campo (visão) livre e, depois, quem seguia em frente. Acontece que, eu medi o local: tem sete metros de largura, um carro tem dois, ficam cinco; Só tem um sentido, não tem lógica que se roube dois estacionamentos; Em frente está correto o que se fez: deixaram ali quatro, cinco, lugares para parar meia hora em quarto de hora. Muito bem. Aquele bocadinho que desce na Almeida Garrett, o senhor presidente também concedeu dez minutos, um quarto de hora, mas esquecemos um pormenor: Quem vem de Santiago ou de Bustelo, não pode virar agora para a Almeida Garrett, portanto aqueles lugares são como se não existissem para esse efeito. Portanto, aqueles cinco, ou seis, lugares, embora não estejam aqui as pessoas que mais necessitassem deles, - eu também preciso deles e muito mais a Laranjeira, que é uma casa centenária. Não estamos a roubar nada a Oliveira de Azeméis nem ao tráfego. Eu se quiser ir para Aveiro pela autoestrada não tem problema nenhum. Portanto, nós temos de circular bem, em segurança, á velocidade que se deve e pode. E acho que naquele correr, ou de um lado ou do outro, fosse bem avaliado pelo senhor vereador Ricardo e ao senhor presidente da Câmara e que realmente concedesse aqueles cinco ou seis lugares a seguir à Agencia Coutinho: ou de um lado, ou do outro. Talvez fizesse mais sentido do lado esquerdo mas, aí, fica para os técnicos. Porque eu tenho uma vista privilegiada do meu estabelecimento e vejo a fluidez que tem o trânsito e que já na altura tinha, circulava, e tinha dois parques de estacionamento um pago o outro não. E, na altura, circulava muito bem, agora circula-se melhor. Mas o que se pretende é que se circule bem e que se sirva os oliveirenses e a que a gente não seja obrigada ir para outros locais. Eu, por mim falo, facilmente desloco a minha casa. Não é isso que eu pretendo. Mas uma casa como a Laranjeira e outros que lá estão gostavam de continuar em Oliveira de Azeméis a servir e a pagar os impostos que todos somos obrigados. Tenho dito. Muito obrigado. Espero que seja atendido este pedido, digamos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Leonel Martins, residente em Oliveira de Azeméis. =====

===== Boa noite. Eu não vinha falar propriamente da questão do trânsito. Mas já que abordaram: Em primeiro lugar – A questão do suprimir ou não suprimir o STOP, aqui ao fundo da rua. Eu chamo á atenção para um pormenor: Hoje à tarde foram efetuadas obras de adaptação naquela saída; A questão qual é que era? A questão do trânsito demorar aqui em frente ao Agrupamento da Escola Soares de Basto, não é de estacionar ao lado. O problema que se levantava, qual é que era? O trânsito chegava ao fundo da rua e como tinha o STOP era obrigado a parar e só, eventualmente, quando não viesse trânsito de baixo é que podia entrar.

Foi encontrado hoje, uma solução, á tarde, que foi a colocação de uns pinos que fez a divisória das duas faixas de rodagem que vêm de baixo. O que implica que quem vem de baixo é obrigado a encostar à esquerda e flui sempre e quem vem do lado da Soares de Basto entra pelo lado direito e flui sempre. O STOP. Qual é a questão do STOP? O STOP, no meu entender, não deve sair de lá. E eu vou explicar porquê: Porque, vocês vão daqui nesta direção e na esquina tem o quê? Tem o quiosque, que tapa a visibilidade para uma coisa que é a ciclovia/ passadeira. A existência do STOP lá não é com o objetivo do trânsito que vem de baixo, porque esse não se encontra, o STOP é uma medida preventiva em relação aos peões e a quem vem na ciclovia. Eu estou a dar a minha opinião, não quer dizer que concordem comigo. Estou a dar a minha opinião faça aquilo que vejo lá, isto não é retórica. Isto não é gabinete. É a minha experiencia que vejo lá, porque passo lá todos os dias. Mal fazem a curva aparece logo a ciclovia e a passadeira. Ponham lá qualquer coisa ou pelo menos algo que obrigue a quem vem daqui a reduzir a velocidade e a prestar atenção para quem vem na ciclovia ou na passadeira. Isto é uma sugestão. Outra questão: há bocado falavam - quem desce para Cidacos não era possível aceder. Houve aqui uma pequena falha: Realmente, quem vem do lado de Santiago não acede diretamente, isso é uma realidade, mas, se for pela Rua 25 de Abril e contornar, automaticamente tem acesso. Portanto, o espaço está lá. Eu sei que têm negócio e não quero que fiquem aborrecidos comigo. Mas uma pessoa tem de ser correto a analisar as coisas. Se forem a Santo António, início da Rua 25 de Abril, hão de reparar que se não tiver carros estacionados do lado esquerdo há muito mais fluidez e segurança; Quem vem do lado de Santiago, entra, tem um mecos e vão separados; Quem quer estacionar obriga a quem vem do lado esquerdo a ir para a outra faixa. E isso quebra a fluidez. Não é por causa de cinco ou seis estacionamentos do lado esquerdo que vai prejudicar o vosso negócio. Em frente à minha casa, não foi cinco ou seis, criaram onze lugares. Eu não tenho nada a ver com os senhores, atenção, não estou aqui a defender esta dama. Atenção. Atenção, eu prezo a minha independência. Eu não sou desta cor nem daquela cor, sou independente. Estou aqui no papel de Município. Em frente da minha casa criaram onze lugares, tem onze lugares de estacionamento. No outro dia eu também estava presente e vocês concordaram; Agradou, agradou as sugestões; Deu a impressão que estava tudo muito bem. De um dia para o outro? Têm o direito de mudar. Mas pensem friamente e pensem bem. Não é cinco, ou dois, ou três, ou quatro, lugares do lado esquerdo que vai resolver a questão. A questão vai ser resolvida como? Quando tirarem dali aquela linha onde antigamente parava o autocarro, que agora não pode parar. Vão tirar de lá a linha e vão criar lá uma baía para estacionamento. É quando, eventualmente, um dia, pegarem na descida de quem vem do lado de Bustelo e obrigar o trânsito a cortar ali nas escadas redondas e descerem e então, aquela rua em vez de descer, podem fazer estacionamento, fica só em sentido ascendente: Quem vai para a La-Salette sentido ascendente; Quem vem para baixo corta nas escadas redondas, desce e tem ali um espaço para estacionamento. E está o problema resolvido de Santo António. Tem estacionamento. É uma questão de pensarem nesta hipótese. Agora, o que me trouxe cá: Eu venho com um abaixo-assinado, não é o abaixo-assinado de Santo António

é outro abaixo-assinado. Eu sempre vivi na Rua 25 de Abril. Tirando os anos em que lecionei fora, sempre vivi na Rua 25 de Abril. A Rua 25 de Abril tem uma rua paralela, estreitinha, que chamam de Quelho da Celestinha. Nessa rua houve sempre três pontos de luz. Entretanto, depois, fizeram um passeio e suprimiram e ficou com dois pontos de luz. Eu não quero recuar mais mas, 20 anos, pelo menos há 20 anos tinha dois pontos de luz. Um em frente à minha casa, do lado de trás e, um, um bocadinho mais à frente no sentido poente – saída. Entretanto, estamos a falar no mínimo 20 anos, no ano passado, dois moradores que vivem no mesmo prédio solicitou à Câmara que o ponto de luz que estava próximo de casa deles fosse retirado porque incomodava. A luz incomodava, apesar de terem persianas a luz incomodava. Então o Executivo, e muito bem porque foram lá dois munícipes preocupados, solicitou à EDP que retirasse o ponto de luz. Então, a rua passou a ter um ponto de luz atrás de minha casa e outro foi transferido para o fundo – parte ponte – onde o mesmo suporte passou a ter dois pontos de luz. O mesmo suporte, dois pontos de luz. Nós utilizadores - não estou a falar de quem passa, é utilizadores que vivem lá e utilizam a rua - somos onze, incluindo esses dois senhores. Então, nove em onze, (está aqui o abaixo-assinado, já entreguei na Câmara), fizemos o abaixo-assinado e, em 7 dezembro do ano passado, fomos entregar o abaixo-assinado em que se solicitava a reposição dos pontos de luz: O ponto de luz que estava afastado voltasse para onde estava e o ponto de luz que estava em frente da minha casa, que tinha sido inclinado, e até foi bom porque passei a poupar energia porque a luz entrava pelo quarto dentro e como não tem persianas poupei luz. Mas não me queixei. Não fui dizer que me incomodava a luz. E, então, entregamos isto, nove dos onze moradores, entregamos o abaixo-assinado no dia 7 de dezembro. Os meses foram se passando; Fui à Câmara, algumas vezes, ao serviço de atendimento, ver como estava a questão. E, então, este mês, passados nove meses, a coisa pariu e deu alguma coisa à luz. Por volta do dia 13 deste mês a EDP foi lá e fez a reposição. Entretanto, no dia a seguir o casal foi à Câmara – a senhora tem jeito para representação cénica – e, pelos vistos, fez lá uma cena, pelos vistos, atirou-se para o chão e, não sei quê, que sofria do coração e mais não sei quantos. O que é a realidade é que, no dia a seguir, portanto, alguém da Câmara no dia a seguir mandou a EDP cortar a luz ao ponto de luz. Nós estivemos nove meses. E a senhor no dia seguir conseguiu que fossem lá cortar. A rua esteve às escuras e passados dois dias o ponto de luz foi para o mesmo sítio. Senhor presidente – desculpe lá – eu vou entregar isto. Aqui diz que é dirigido ao senhor presidente da Câmara mas isto deve ter ficado lá pelos corredores. Até trago o original, tem o carimbo e tudo. Portanto, nove contra dois. E a minoria ganhou. Não sei o que é que se passa? Muncípe de primeira? Muncípe de segunda? Ou será que também temos de ir lá encenar uma dor de coração? Agradecia, senhor presidente, que visse isso. Eu não sei se o senhor presidente me da licença que eu me arme aqui um bocadinho em comentador político, em relação a algumas intervenções? Eu vou ser muito rápido. Permite? É a questão das ruas pedonais e das ciclovias. No tempo do senhor Ápio, não sei se se recordam – era o dia da semana da mobilidade – Naquela altura começou-se a fazer um dia ou dois que era: cortar o trânsito na rua de cima - depois ouviu-se a opinião das pessoas; Acho que se fez um inquérito e

chegou-se á conclusão que se ia avançar com uma zona pedonal. Os comerciantes: - que não; - vai prejudicar. Mas tudo bem. Avançou-se com a zona pedonal. A zona pedonal foi feita. Com o decorrer do tempo a zona pedonal mantém, de zona pedonal, apenas o nome. Porque, na realidade, o que é que nós vemos diariamente? Carros a passarem consecutivamente nos dois sentidos; Carros estacionados no passeio. E dizem assim: A culpa não é nossa, a culpa é da GNR., a GNR é que tem de controlar isso. O executivo também tem a sua quota-parte. Também tem a sua quota-parte, precisa de tomar medidas. Medidas toma. Mas agora o que é que se passa? Agora, com o atual executivo, a semana da mobilidade já não está associada a caminhar. O ser peão, foi-se; Meus amigos, vocês querem andar cá em Oliveira de Azeméis têm de ser ciclistas. Porque o que está a dar agora é a ciclovia. - Eu não tenho nada contra a ciclovia. Simplesmente há uma coisa, eu quero continuar a ser peão e quero continuar a caminhar. E por isso, eu exijo que me garantam segurança quando ando no passeio. Não é como este último alargamento – eu não sei o que vão fazer posteriormente, mas neste alargamento que fizeram: do lado do Gemini o passeio desapareceu, praticamente. Portanto, a ciclovia vem do lado de baixo, do lado do Stick, entra do outro lado e do outro lado o passeio praticamente foi ao ar. Passem lá. Passem lá. Não estou a falar de cor, passem lá. A não ser que pintem lá a dizer que é para os dois. E, agora, reparem: passem para o lado da Soares de Basto: Não estou a por em causa se colocaram as árvores abaixo. Não vou entrar nessa polémica. A realidade é uma: Antigamente quando se ia para a escola, e ia-se a pé, uma pessoa sabia que ia com segurança. Porque ali as bicicletas e os carros passavam depois da árvore, passavam na estrada; E agora o que é que acontece: Nós vamos no passeio e junto a nós temos uma ciclovia. Eu volto a dizer - Não sei o que vão lá fazer. Mas vão lá ver e meçam, -Eu estive lá a medir os espaços - e hão de ver que a ciclovia é mais larga do que a própria zona para os peões. É normal? Ah, pois é? Por isso é que eu digo: - Mas eu quero continuar a ser peão e exijo andar nos passeios em segurança. Só mais uma coisa: No seguimento da intervenção do senhor presidente da Assembleia Municipal: ele focou um pormenor, que acho que fica mal, que é o discurso político cá em Azeméis está a ficar muito baixo. Ainda estamos a um ano das eleições. A continuar por este caminho, vamos cair em situações de um certo extremismo que em nada dignifica quem exerce cargos políticos a nível de poder local. E depois dizem assim: Epá, cada vez há mais abstenção, cada vez as pessoas se afastam mais da política. Com esse discurso, não vão lá. Boa noite.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à senhora Catarina Andreia Silva Soares, comerciante na Rua Conde Santiago de Lobão, Oliveira de Azeméis. =====

===== Boa noite a todos. Eu quero ser curta e breve. Nós os moradores/ comerciantes da Rua Conde Santiago de Lobão fizemos um abaixo-assinado que assinamos e vamos entregar hoje: Ou seja: decorreu o abaixo-assinado desde o dia 26 até hoje. Foi mesmo muito curtinho

mas estamos aqui para entregar, objetivamente para resolvermos o seguinte: Em frente á pastelaria Laranjeira, á tabacaria Santo António, do Palpitão, temos uma faixa amarela do outro lado da via. O que é que nós pretendíamos? Pretendíamos que nos resolvessem muito rapidamente essa situação porque evita de os nossos clientes poderem usufruir dos serviços que nós temos para eles. Ou seja, estamos a perder comércio por causa disso. Era mesmo só isso que eu queria. Precisávamos mesmo urgentemente que resolvessem isso, está bem? =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:=====

===== A todos, muito boa noite. Bom fim-de-semana. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====